

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01 - 0270 / 1995

DE

1995

MATÉRIA LEGISLATIVA:

PL

01 - 0270 / 1995

DE

28/03/1995

NUM. OFÍCIO A.T.L.:

61 / 1995

PROMOVENTE:

EXECUTIVO

PAULO MALUF

EMENTA:

CONCEDE ISENÇÃO DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL UR
BANO INCIDENTES SOBRE IMÓVEIS INTEGRANTES DO PATRIMÔ-
NIO DA SÃO PAULO TRANSPORTE S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

OBSERVAÇÕES: CAPA RECONSTITUIDA EM 09/02/07

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 10:44:33

00000012736-12



ARQUIVADO EM 03/04/2007

Viviane FB

VIVIANE FERREIRA PO
CHEFE DE SEÇÃO
Supervisora
SGP-33



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 27 de março de 1995

Folha no	01	de proc
no	270	de 1995

GABINETE DO PREFEITO

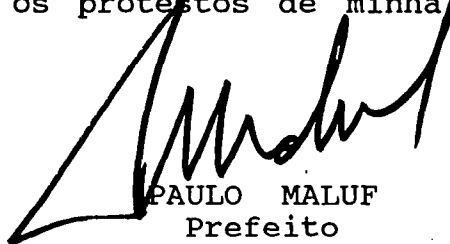
Ofício A. T. L. n.º 061/95

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 27/ 03 1995
às 17:00 horas

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.


PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: projeto de lei e exposição de motivos.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
SPF/sffs

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 6 e folha de informação sob
n.º 7 19/1/3 95 a 1 Qd

PROJETO DE LEI

01 - FL
01-0270/1995

HOJE
ÀS COMISSÕES DE 28 MAR 1995
CONSTITUIÇÃO DEVIDA
POLÍCIA URBANA, MEMORIAL
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE

SEÇÃO DE REVISÃO
28 MAR 1995
-DT. 10-

Concede isenção dos
Impostos Predial e
Territorial Urbano
incidentes sobre imóveis
integrantes do patrimônio
da São Paulo Transporte
S/A, e dá outras
providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam isentos dos Impostos
Predial e Territorial Urbano os imóveis integrantes do

Folha no	03	de proc
no	270	de 1995
<i>CD</i>		

patrimônio da São Paulo Transporte S/A, atual razão social da Companhia Municipal de Transportes Coletivos-CMTC, enquanto esta empresa executar os serviços que legalmente lhe são atribuídos.

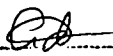
Art. 2º - A isenção concedida nos termos desta lei não exonera a beneficiária do cumprimento das obrigações acessórias a que está sujeita.

Art. 3º - Ficam cancelados os débitos relativos aos Impostos Predial e Territorial Urbano, incidentes sobre os imóveis referidos no artigo 1º e anistiadas as penalidades correspondentes, existentes, uns e outras, até a data de início de vigência desta lei.

Parágrafo único - Fica vedada a restituição de importâncias pagas a qualquer desses títulos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SPF/bel

Folha n.º	04	de proc.
n.º	270	de 1995-1
		

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Objetiva o projeto de lei ora submetido à abalizada apreciação dessa douta Câmara Municipal, conceder isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano-IPTU incidentes sobre os imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A (atual razão social da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTc, enquanto esta empresa executar os serviços que legalmente lhe são atribuídos.

É importante assinalar que, nos termos da Lei nº 8.424, de 18 de agosto de 1976, foi possibilitada à Prefeitura do Município de São Paulo assinar novo contrato de concessão com a referida Companhia, para continuação da prestação e exploração, com exclusividade, do serviço de transporte coletivo de passageiros, na Capital, pelo prazo de 30 (trinta) anos. Estatuía, ainda, o diploma mencionado, que as tarifas cobradas dos usuários deveriam possibilitar a obtenção, pela CMTc, de recursos suficientes para as despesas de exploração e melhoria dos serviços, abrangendo operação, manutenção, administração e expansão, bem como tributos e encargos de qualquer espécie; constituição de fundo de

depreciação dos bens perecíveis; e remuneração adequada do investimento.

Cumpra registrar, por outro lado que, quando da edição da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, dispondo sobre o Sistema Tributário do Município de São Paulo, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC fora contemplada com isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano, por expressa disposição dos artigos 18, inciso II, alínea "g" e 38, inciso III, respectivamente. Este tratamento fiscal mais benéfico perdurou até o exercício de 1989, inclusive, sendo revogado no início da Administração passada, com a edição da Lei nº 10.815, de 28 de dezembro de 1989.

Ocorre, todavia, que a empresa vem sistematicamente apresentando perda de receita, a exigir constantes repasses por parte da Prefeitura, para viabilizar os serviços de transporte municipal. Com efeito, consoante levantamentos efetuados pelo órgão técnico da Prefeitura, o total das dívidas apuradas até o momento, relativamente a imóveis da antiga Companhia Municipal de Transportes Coletivos, não atinge o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Em consequência, a concessão da isenção ora proposta, na verdade não implicaria perda de receita por parte da Municipalidade, à vista dos constantes repasses de verba que têm sido efetuados.

Ademais, para resguardo dos interesses do Fisco municipal, nos expressos termos do artigo 2º da medida, a São Paulo Transporte S/A fica

Folha n.º	06	de proc.
n.º	270	de 1995
<i>GA</i>		

obrigada ao cumprimento das obrigações acessórias do IPTU.

Propõe, ainda, o projeto, o cancelamento de débitos porventura em aberto da empresa, vedando, contudo, a restituição de importâncias já recolhidas a título de Impostos Predial e Territorial Urbano, consoante prevê o artigo 3º.

Estes, em síntese, os aspectos abordados pela propositura em análise, que ora é submetido ao sempre minudente e criterioso exame dessa digna Casa de Leis.

SPF/sffs



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 07

do processo nº 270 de 1995 31 03 95 (a) Adelina

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, consta:
Em 31-03-95
Lei 8.424/76, 6.989/66, 10.815/89.

Adelina Clemente

À Com. de Const. e Justiça

314195

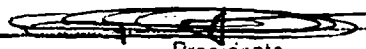
LUÍZ ALBERTO DE SOUZA
Ass. Tec. Leg. Câmara - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 04/04/95 às 12:00 hs.

À Nobre Vereador
para relatar

Viviani Drey

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 04 de 04 de 19.95


Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha n.º

Em

24.04.95

(a)



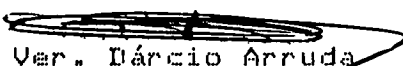
Câmara Municipal de

Folha n.º	198
n.º	198

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 19/04/95


Ver. Dárcio Arruda

Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça



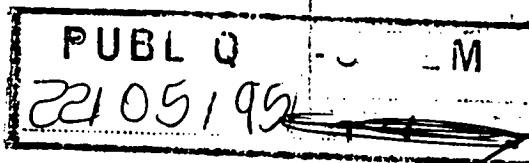
17 - RELCOM
17-1387/1995

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0746/1995

Folha n.º	289	de 100
n.º	289	de 100

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 270/95.



Trata-se de projeto de lei, encaminhado pelo Executivo, que visa conceder isenção de IPTU incidente sobre os imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S.A., atual razão social da CMTC, enquanto esta executar os serviços que legalmente lhe são atribuídos, bem como cancelar débitos e anistiar multas relativas ao IPTU existentes porventura até o início de vigência desta lei.

Segundo a justificativa da propositura o total das dívidas apuradas até o momento não atinge R\$ 700.000,00. A concessão da isenção, por sua vez, não implicaria perda de receita por parte da Municipalidade, já que constantes repasses de verba têm sido efetuados por parte da Prefeitura para viabilizar os serviços de transporte municipal.

O projeto está amparado no art.13, I e III, da Lei Orgânica do Município.

Por se tratar de projeto que cuida de matéria tributária deverão ser convocadas pelo menos duas audiências públicas durante a sua tramitação (art.41, V, Lei Orgânica).

Pelo exposto, somos

Pela Legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça,

24/04/95

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 27, 05, 1995

página 39, coluna 2ª

conferido: Antônio

A. Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em, 01/06/95

P/ ENILZA ANDRE
Secretária

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 7/6/95 às _____ hs.

Luis Fernando B. de Araujo
Reg. 10840

DO NOBRE VEREADOR

Duino Geder

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

9 / 6 / 95

Antônio
PRESIDENTE



Câmara Municipal de São Paulo

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio
Ambiente

Folha n.º	10	do proc.
N.º	270	de 19 95
O funcionário	m	

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da
matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta
Comissão, conforme disposto no art. 63 "caput", do Regimento
Interno.

Em, 22/06/95.


Ver. Antonio Faiva Monteiro Filho
Presidente



Câ

16 - PAR
16-1111/1995

Principal de

Folha n.º	11	do proc.
N.º	270	de 1995
Assinatura	<i>São Paulo</i>	

PARECER Nº DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 270/95

Visa o presente Projeto de Lei nº 270/95, de autoria do Executivo, conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A enquanto essa empresa executar os serviços que legalmente lhe são atribuídas.

Ainda de acordo com a propositura (art. 3º) ficarão cancelados os débitos relativos aos Impostos Predial e Territorial Urbano, incidentes sobre esses imóveis e anistiadas as penalidades correspondentes, existentes, uns e outras, até a data de início de vigência da lei.

Na Justificativa apresentada foi lembrado que a referida empresa, que é a atual razão social da antiga Companhia Municipal de Transporte Coletivos - CMTC, já contou com isenção desse imposto no período de 29 de dezembro de 1966 até 28 de dezembro de 1989 através da Lei nº 6.989/66, tendo sido revogada pela Lei nº 10.815/89. Ainda na justificativa fala-se que a empresa vem, sistematicamente, apresentando perda de receita, exigindo constantes repasses por parte da Prefeitura para viabilizar os serviços de transporte municipal, de modo que a isenção não implicará em perda de receita.

Esta Comissão, estudando a questão, foi analisar os motivos apresentados pela anterior Administração Municipal que a levaram a pedir a suspensão do benefício a então CMTC.

Passamos a transcrever argumentos usados naquela Exposição de Motivos:

"Todos devem contribuir para pagamento dos serviços, benefícios e equipamentos que a Cidade coloca à disposição de toda a coletividade.

Tal contribuição é representada pelo Imposto.

Esta, diz a Magna Carta, deve ser paga de forma graduada, segundo a capacidade econômica do contribuinte.

A isenção do imposto, neste contexto, constitui FAVOR concedido a alguém, com exclusão dos outros e contra o direito comum.

17 - RELCOM
17-3194/1995



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 12 do proc.
N.º 276 de 1995
O funcionário M

A concessão de uma isenção deve ser analisada portanto, com extremo cuidado e só se justificaria quando o Poder Público reconhece que o sujeito passivo não teria a "capacidade econômica" de suportar determinado ônus tributário. Tão seletiva deve ser sua instituição, que o Legislador Complementar estabelece que a isenção só pode ser criada em Lei."

Estamos apresentando estes argumentos, por entendermos que a validade dos mesmos não cessou. A São Paulo Transportes S/A, se hoje não reúne condições financeiras para o pagamento do tributo em tela, necessitando do aporte de recursos do Município para fechar suas contas, poderá, em qualquer momento futuro, apresentar esta capacidade tributária.

Além do mais, dentro do quadro presente, não há qualquer diferença de receita municipal em conceder ou não a isenção proposta, já que o deficit apresentado pela empresa é coberto com recursos do erário municipal.

Pelo exposto, contrário é nosso parecer.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente em 11/08/95

Presidente

Relator

Luiz

Maria Helena Ruedas

Luiz

Maria Helena Ruedas



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 13 do proc.
N.º 270 de 1995
Funcionário P.M.

VOTO VENCIDO DO RELATOR PARECER Nº DA COMISSÃO DE PO- LÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 270/95

Visa o presente Projeto de Lei nº 270/95, oriundo do Executivo, conceder isenção dos impostos predial e Territorial urbano - IPTU, incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A enquanto essa empresa executar os serviços que legalmente lhe são atribuídas.

Ainda de acordo com a propositura (art. 3º) ficarão cancelados os débitos relativos aos Impostos Predial e Territorial Urbano, incidentes sobre esses imóveis e anistiadas as penalidades correspondentes, existentes, uns e outras, até a data de início de vigência da lei.

Na Justificativa apresentada foi lembrado que a referida empresa, que é a atual razão social da antiga Companhia Municipal de Transporte Coletivos - CMTC, já contou com isenção desse imposto no período de 29 de dezembro de 1966 até 28 de dezembro de 1989 através da Lei nº 6.989/66, tendo sido revogada pela Lei nº 10.815/89. Ainda na justificativa fala-se que a empresa vem, sistematicamente, apresentando perda de receita, exigindo constantes repasses por parte da Prefeitura para viabilizar os serviços de transporte municipal, sendo desse modo que a isenção não implicará em perda de receita.

Lembra o Executivo na Justificativa que, para o resguardo do Fisco municipal, o artigo 2º do projeto obriga à referida empresa ao cumprimento das obrigações acessórias do IPTU.

Esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente analisando a propositura julgou-a de interesse público concordando com sua aprovação.

Favorável, portanto, nosso parecer.

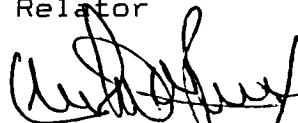
Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente em 09/08/95


Presidente


Relator


(CONTRÁRIO)


Contrário


C.R. (Comissão)

Publicado no DIARIO OFICIAL

de 22 / 10 / 8 / 1995

pagina 54 coluna 3

conferido: M

A Douta Comissão de
Administração Pública
Em 22/10/8/95

p/ M
LUIS FERNANDO BRAZ DE ARAUJO
Chefe de Seção Técnica I

Recebido na Comissão de
Administração Pública

Em 22/8/95 as 16:00 h.

Ao nobre Vereador

para relatar. Regimentalmente até 11.
Sala da Comissão de Administração Pública

22/10/95

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SIGUE, Juntado nesta data após ser informado, rubricado em

folha n.º 14 / 06/09/95 a



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 14 do proc.
n.º 280 de 1995
o funcionário 647

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria,
prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão,
conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

06/09/95

VEREADOR CARLOS ZARATTINI
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

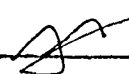
02/06/1910

...
...
...

...
...

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

SEGUE, Juntado nesta data para a informação, rubricado sob

folha n.º 15 1.06/10 195 a) 



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 15 do proc
n.º 270 de 1995
o funcionário

À SECRETARIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senhor Secretário,

Necessitando este processo de uma análise mais aprofundada mas tendo expirado o prazo regimental (art. 63 do Regimento Interno), determino, a pedido do Senhor Relator, que este processo siga sua tramitação normal (art. 64 do Regimento Interno).

06/10/95 -

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

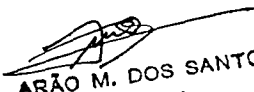
dez. 1995

Carz

VEREADOR CARLOS ZARATTINI

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em, 09/10/95


ARÃO M. DOS SANTOS
Secretário

Recebido na Comissão de

Finanças e Orçamento

Em 10/10/95 às 19 00 h.

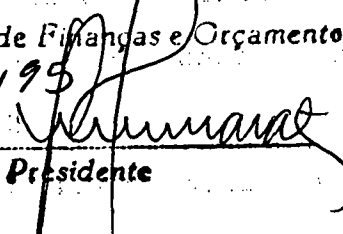

MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

do nobre Vereador Ze Indio

para relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

10/10/95

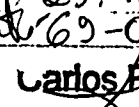

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SGRM, juntados nesta data destes para informação documento rubricados sob

folhas de nº 15, 23, 10, 95 o) 69

diq 36 at 69 - 03/04/95


Carlos Roberto da Silva

Supervisor de Equipe - SGP-15



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 16	de 19 95
n.º 376	
do proc. 95	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADO	CONT. APORTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros : Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Índio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública realizada na Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo em 17 de outubro de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

FAH 1.001	do proc.
n.º 240	de 19 95
ORADOR	
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	1	Angela	Com.Fin.O.	17.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães - PFL) - Vamos dar início à Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento desta data.

Inicialmente, agradecemos a presença e cumprimentamos o Dr. Celso Pitta, nosso Secretário das Finanças do Município; os Vereadores Zenas Pires, Odilon Guedes; o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário, Dr. Bean Voss (?); o Dr. Freitas, em quem saudamos toda a comitiva do Sr. Secretário.

No dia de hoje há até o acúmulo de uma pauta que, a nosso ver, não é muito produtiva, porque certamente haverá muitos debates, o que poderá atrapalhar. Mas deixaremos a segunda audiência com mais vagar, com mais espaço.

Contamos também com a presença do Vereador José Índio, que desta feita é o relator do nosso projeto da Peça Orçamentária e do IPTU.

Assim sendo, Dr. Pitta, para economia processual, passamos a palavra a V.Exa., para que disponha de tanto quanto for o tempo necessário para fazer a sua exposição, como de hábito.

Queremos registrar que o Dr. Celso Pitta, como sempre, está acompanhado de seus assessores, é sempre prestativo. Nunca



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

FOLHA 18
n.º 270 do proc.
de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	2	Angela	Com.Fin.O.	17.10.95		

S.Exa. faltou a uma convocação desta Casa para que prestasse as informações necessárias, pelo que a esta Comissão agradece. Esperamos que, através dos esclarecimentos de V.Exa., tenhamos subsídios para, daqui para frente, trabalharmos em nossa Peça Orçamentária.

Assim sendo, passo a palavra a S.Exa., o eminente Secretário do Município de São Paulo.

O SR. CELSO PITTA - Muito obrigado, Vereador Almir Guimarães, Exmo. Presidente desta Comissão de Finanças; Srs. Vereadores presentes, Zenas Pires, Odilon Guedes, José Índio, a quem cumprimentamos.

Eu, como de praxe, farei uma exposição geral da Peça Orçamentária, de acordo com a proposição enviada a esta Casa. Após essa exposição eu ficarei feliz em poder responder perguntas ou esclarecer eventuais dúvidas que a audiência possa suscitar.

Antes de entrar na ~~numeração~~ numerologia do Orçamento é bom fixarmos alguns conceitos em que ele está alicerçado. O primeiro deles é o conceito de equilíbrio entre receitas e despesas. Não haverá, no ano de 1996, um desequilíbrio orçamentário, assim



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 19	do proc. 270	de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APARTE
A18	3	Angela	Com.Fin.0.	17.10.95	

como neste período de 1995 deveremos encerrar também com um equilíbrio entre receitas e despesas.

Essa é uma situação bastante benéfica e bastante favorável às finanças municipais, uma vez que saímos, no início da Administração, com um deficit herdado da ordem de 18,6%, correspondente ao exercício de 1992.

No ano passado esse deficit se reduziu a 8,6%. Este ano deveremos apresentar, se não um equilíbrio um ligeiro superavit entre receitas e despesas, o que demonstra a vitalidade da nossa situação financeira.

Outro ponto importante a se ponderar é que nesta Administração foi revertido um quadro bastante preocupante das finanças municipais, ^{que} em janeiro de 1993 basicamente se resumia num atraso de pagamentos correspondentes a dois meses e meio de arrecadação, uma dívida com o Governo Federal de 1 bilhão e 200 milhões de reais, cujo pagamento havia sido cessado desde setembro de 1991.

Tínhamos, também, um problema representado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTc, que impunha um subsídio anualizado da ordem de 400 milhões de reais; tínhamos um problema de ~~um~~ subsídio descomunal ao setor operador, através de contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 20	do proc. 270
de 19 95	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTIR
A18	4	Angela	Com.Fin.Orç.	17.10p.95		

que davam uma remuneração aos operadores privados, não na base de passageiros transportados efetivamente, mas com base unicamente na distância percorrida, estando o ônibus cheio ou vazio. Isso era pago pela Municipalidade e representava outros 400 milhões de reais anualizados.

Herdamos, também, uma tarifa defasada em relação ao custo, propositadamente fechada à base de custo, que representava, aproximadamente, 200 milhões de reais.

Quer dizer, o Setor de Transportes, como um todo, projetava, de acordo com a própria Peça Orçamentária de 1993, 1 bilhão e 13 milhões de recursos da Municipalidade. Isso representava, na época, quase 50% da arrecadação.

O que ocorreu é que nós privatizamos a CMTC, repactuamos os contratos com os operadores privados agora remunerados com base no passageiro transportado e não mais na distância percorrida, reduzimos esse subsídio propositadamente deixado elevado em níveis compatíveis com as necessidades da população e com as possibilidades financeiras do Município.

Reduziu-se, então, esse rombo anualizado de 1 bilhão de reais e, com o produto dessa economia, dessa redução de despesas,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO	do proc.
270	da 19 95
n.º	
ORADOR	CONT: APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
A18	5	Angela	Com, Fin, Orç,	17.10.95	

conseguimos fazer um programa de investimentos bastante expressi-
vo.

O meu boa tarde ao Vereador Hanna Gharib, que acaba de
chegar.

~~Além disso, quero dizer que no ano de 96...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 22 do proc.
270 de 1998

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-10	1	emira	finanças	17.10.95		

Além disso, quero notar que no ano de 96 iremos ter um efetivo do funcionalismo, basicamente idêntico à posição atual. Ou seja, 126 mil funcionários na ativa, e 25 mil inativos. Quero Lembrar que ao assumirmos a prefeitura, tínhamos 166 mil funcionários. Esse é um efetivo 35 mil funcionários a mais do que de fato a administração de Jânio Quadros, encerrada em 88 levou à prefeitura. Em 88 tínhamos 130 mil funcionários. Em dezembro de 88. Em dezembro de 92, 166 mil. Hoje, estamos com 155 mil. Então, vejam que fizemos um esforço para reduzir o número de servidores daquele excesso que foi encontrado no ano de 93. Isso permite que hoje a municipalidade tenha uma despesa com pessoal aproximadamente de 44%, incluindo todos os encargos em relação à sua arrecadação. Esse é um dado bastante relevante, porque no momento se trata do âmbito federal de apôio a Estados e municípios, cujas indissolubilidades financeiras decorrem basicamente da existência de uma folha de pagamentos, que ocupe 80, 90, 100 e até mais de 100% das suas perspectivas de arrecadações. No final da última semana, a Caixa Econômica aprovou um crédito especial de 40 milhões a um Estado para fazer pagamentos da folha. Então, isso é um dado importantíssimo a considerar na peça de 96, o fato de nós estarmos com uma despesa de pessoal absolutamente compatível com a nossa capacidade financeira, permitindo com isso à municipalidade investir a maior parte da sua arrecadação em investimentos, em projeto,s em atividades, e não no custeio da máquina. A peça em si envolve um montante de 6.120.000.000, recursos esses advindos das receitas correntes, no valor de 4.776.000.000, e receitas de capital de umx 1.343 milhões. As receitas correntes estão compostas assim:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 23 do tipo 95
n.º 270 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-10	2	emira	finanças	17.10.95		

ICM com 1.355 milhões; ISS, 1.068 milhões; IPTU, 580 milhões; IPVA, 364 milhões; ITDI, 132 milhões; as taxas de conservação, Limpeza e Siniestro, 460 milhões; multas e resultados de aplicação financeira, 261 milhões; outros itens de receita, 553 milhões. As receitas de capital, que totalizam 1.343 milhões, estão assim distribuídas: a colocação de títulos, 508 milhões de reais; empréstimos externos, 269; empréstimos internos, 290 milhões; vendas de ações de propriedades da municipalidade, 250 milhões; outros, 15 milhões de reais. Do lado das despesas, estas 6.120 milhões, estão assim distribuídos: a área social ficará com 2.336 milhões; o setor serviços, com 648 milhões; a infraestrutura, com 1.113 milhões; os encargos do município, 1.699 milhões; o legislativo, 109 milhões; o setor administrativo, 212 milhões. Da área social, que é a que mais ocupa as despesas do orçamento de 96, temos as seguintes distribuições: Secretaria da Educação ficará com 667 milhões; a da Saúde, com 772 milhões; a da Habitação, com 313 milhões; a do Bem Estar Social, com 294 milhões; a da Cultura, com 91 milhões; Abastecimento, 127 milhões, e Esportes, 54 milhões. O setor de infraestrutura, que é compreendido pela Secretaria de Vias Públicas, Transportes, Verde e Meio Ambiente, tem a seguinte distribuição: Vias Públicas, 728 milhões; Transportes, 325 milhões; Verde e Meio Ambiente, 60 milhões. Na área de Serviços, totalizando 648 milhões, temos as Administrações Regionais com 523 milhões, e Serviços e Obras com 125 milhões. Eu quero destacar a importância do setor social nessa peça orçamentária. Tenho aqui informações correspondentes a gastos com educação, habitação, saúde, esportes, bem estar, cultura e abastecimento, respectivamente, nos últimos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	24	do proc.	
n.º	270	de 19	95
☒ COM. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
I-10	3	emira	finanças	18.10.95	pitta

anos das Administrações Jânio Quadros, Erundina e a nossa proposta para o ano que vem, que será o último ano da administração Maluf. Quero citar explicitamente a área da saúde, ~~que tem uma história de 771 mil~~

~~de reais, e a área da saúde é a mais importante da administração~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	25	do proc.	
de	270	de 19	95

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	1	ant.	aud. pub.	17.10.95		

que tem uma dotação de 772 milhões de reais. Este valor, em reais, correspondente ao último ano da gestão da Prefeita Luíza Erundina, foi de 571 milhões e do Prefeito Jânio Quadros, 292 milhões. Na área da Educação vamos gastar 678 milhões, enquanto o ex-Prefeito no último ano gastou 413 e o Prefeito Jânio Quadros 289. Na área da Habitação 319 milhões em 96, contra os 149 gastos em 92, e 27 gastos em 88. Na área do Bem-Estar Social 295 em 96; 163 em 92 e 106 em 88. Esses dados comprovam o esforço que essa administração está fazendo no sentido de minimizar esse problema social da população carente da nossa cidade.

Quero esclarecer no que diz respeito à arrecadação, está implícita nessa arrecadação a seguinte hipótese de aumento dos seguintes impostos: ISS, 6,71%; Taxas de Conservação e Limpeza, 19,5%; IPTU, 9,2%; transferências do ~~ISS~~ ICMS, 8,4%; Operações de Crédito terão uma redução de 39,2%. As razões pelas quais assumimos essas hipóteses de arrecadação vou explicitar mais adiante.

Quero citar algumas referências feitas na imprensa a respeito dessa proposta encaminhada à Câmara Municipal e que de acordo com críticas da Oposição não guardaria uma sintonia com a realidade. Numa matéria publicada hoje no Diário Popular diz que o governo Maluf faria obras que se repetem nos orçamentos, mas que não saem do papel. Nesse sentido queria esclarecer o seguinte. Temos uns dados relativos à execução orçamentária para o ano 95, para o período de janeiro a setembro de 96 e janeiro a setembro de 96. Isso mostra o que foi gasto nesse período de 96, relativamente ao que foi gasto no mesmo período anterior. O setor social que é composto pelas Secretarias da Habitação, Educação, Saúde, Esporte, Bem-Estar Social, Cultura e Abastecimento, tiveram um acréscimo de des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	26	do proc.	
n.º	270	de 19.	95

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
III	2	ant.	aud. pub	17.10	

pesa de 55%. Foram gastos, exceto pessoal. no ano de 95, cerca de 363,3 milhões; em 94, 234 milhões; em 96, ~~2,336~~ 2,336. Temos, então, em relação ao ano a terior um expressivo aumento nessa área social. Isso são dados do istema SEOs, de execução orçamentária. Outro dado diz respeito ao que está empenhado no ano de 96 por setor. Empenhamos no período de janeiro a setembro 1.182 bilhão nesses setores sociais, isso em comparação ao que foi gasto, por exemplo, na área de vias públicas que foi 721 milhões. O mesmo sistema de execução orçamentária de 30.9.96. Um outro dado importantíssimo diz respeito à questão de gastos com creches e outros projetos da área social e que não estariam sendo executados. Tenho a relação da situação das 50 creches propostas no orçamento de 95 e como elas se encontram no presente momento. Temos 10 creches já contratadas em fase de execução que são as seguinte: Vila Califórnia, Jd. Nordeste, Jd. dos Reis, Jd. Fujihara, Jd. Miragaia, N.S. do Caminho, Novo Horizonte, V. Califórnia Interlaços, Pq. Ipê e V. Remo Temos em licitação 7 creches. a da COHAB Educandário, Pq. Dorotéia, Jd. Antártica, Jd. Castelo? Pq. Cruzeiro do Sul, Pq. Anhanquera e V. Piaui. Temos recursos assegurados que foram transferidos para a Edif e que estão aguardando licitação 8 creches. A parte residencial do Grajaú, o Jd. do Centro, Jd. Maracanã; Jd. Tereza, Lajeado, Jd. São Jorge, Pq. Cruzeiro do Sul, Jd. Tremembé, Jd. Ana Rosa. ~~Temos 8 creches em licitação: Jd. do Centro, Jd. Maracanã, Jd. Tereza, Jd. São Jorge, Jd. Tremembé, Jd. Ana Rosa, Jd. do Centro, Jd. Maracanã, Jd. Tereza, Jd. São Jorge, Jd. Tremembé, Jd. Ana Rosa.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	1	Marcelo	Com. Fin. Orga.	17.10.95		

Folha n.º	24	do proc.
n.º	270	de 19.95
CONT. APARTE		

Fizemos oito creches em elaboração e orçamento, são Jardim Eliane, Jardim da Conquista, Jardim Sapopemba, Cohab, Sítio Conceição, Jardim Bandeirantes, Vila Sabrina, Jardim São Francisco, Americanópolis, Jardim São Carlos. Temos projetos especiais de sete outras creches que são Vila Jaquari, Jardim Apurá, Jardim Presidente, Vila Paulicéia, Vila Guilherme, Vila Anglo, Jardim Dulce. E temos pendentes de orçamento dez creches que são Vila Central Carolina Jabui, Jardim Cliper e São José, Jardim Marilda, Barro Blando, Vila Gumerindo, ~~Eugenio~~ Engenheiro Trindade, Jardim Umuarama, Parque das Nações, Vila ~~Rosa~~ Terera Cerca, Vila Primavera e Jardim Oriental.

Independente dessas creches, que se encontram em situação que eu citei, eu quero lembrar ao s senhores que as creches municipais diretas, são suplementadas no atendimento às necessidades da população pela rede conveniada. Isso quer dizer que enquanto essas creches não estão concluídas a necessidade de abrigo da população infantil é suprida por convênios que a Prefeitura estabelece com entidades privadas.

Para os senhores terem uma idéia, no ano de 92 haviam 658 creches entre as diretas, num número de 317 e indiretas, totalizando 658. Em 1995 nós temos 681 creches, 302 diretas e 299 particulares e mais 80 indiretas. Isso quer dizer que a população infantil não deixou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	28	do proc.	
L.º	270	de 19	95

Ordem	Folha	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AF. P. 11
112	2	Marcelo	Com. Fin. Orç.	17.10.95		

de ter atendimento por conta da não conclusão dessas obras de ~~crianças~~ novas creches, muito pelo contrário, eu tenho aqui a informação de que, inclusive foi divulgada na imprensa no dia 06.10, a notícia do Diário Popular, de que: "Prefeito Paulo Maluf aumentou em 701 o número de vagas das creches municipais, ao todo 20 creches foram beneficiadas com mais de 25 à 80 novas colocações. Ainda de acordo com a Secretaria de Família e Bem-Estar Social, a ampliação do número de vagas foi possível graças a ampliações e reformas das creches que fazem parte do Projeto Criança Feliz. Na

Na ~~na~~ avaliação dos Vereadores da Oposição a reforma e ampliação não ~~ent~~ conta. Conta unicamente a parte da construção de novas creches, não conta também a existência de creches conveniadas.

Então o objetivo é criar mais oito mil vagas, que representa 20% a mais de crianças matriculadas atualmente." Isso foi publicado no Diário Popular do dia seis deste mês.

Com relação a escolas existe a crítica de que também as escolas não se saem do papel. Então, ~~para~~ não ~~e~~ enumerar as 96 escolas que se encontram e onde está cada uma delas, está aqui um resumo que depois poderá ser explicitado especificamente em cada projeto.

Das 96 escolas ~~pro~~ propostas, as EMEIS nós temos 46 projetos em licitação, aliás, com orçamentação concluída, em processo licita-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	29	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
112	3	Marcelo	Com. Fin. Orça,	17.10.95		

tório se dará no início de 96. Vinte estão em vias de assinatura de contrato, cujo prosseguimento e conclusão se darão no ano de 96. Duas estão em fase final de conclusão e 13 estão com valores no orçamento para ~~elaborar~~ elaboração de projetos. As EMPGs nós temos 16 projetos orçamentário concluídos, que a licitação se dará no início de 96. Cinco em fase de assinatura de contrato, nove somente com valores de projeto.

Outro ponto muito enfatizado é que ~~o~~ não se fez em um ano e esse mesmo projeto é representado sucessivamente nos orçamentos seguintes. Por proposta do próprio partido da Oposição incluída ~~a~~ na peça ~~orçamentária~~ orçamentária de 94, um dispositivo pelo qual não se poderia dar início a qualquer projeto que estivesse com recursos vinculados a financiamentos que não tinham ~~contratos~~ contratos ainda assinados. Então os projetos que dependiam de recursos do Banco Mundial, que dependiam do Banco Interamericano não poderiam ser dado partida sem que antes o contratos respectivos fossem assinados. Nesse caso estão 20 escolas que deveriam ser financiadas pelo ~~BIRD~~ BIRD, cujo financiamento não se concretizou e que passaram para o ano da proposta de 96. Ainda uma correspondente no Jardim Paranapanema, no ~~X~~ Jardim Vila Alba, cujo terreno foi invadido.

No que diz respeito à saúde eu quero esclarecer que ~~ta~~ é listada nessa crítica que ~~mxéx~~ é feita pela Oposição que algumas obras



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 30
n.º 270 do pro-
de 19 95
CONT. APARTE

PRODÍZIO	FOLIA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
II2	4	Marcelo	Com. Fin. Orça.	17.10.95		

propostas não foram feitas e que essas obras passam ~~xxx~~ ano a ano. Então temos aqui o caso da maternidade Julio Tupi, ~~xxx~~ cujo processo executivo está em elaboração e deverá ser licitado até o final do ano. Quero lembrar que existe um decreto do Executivo, do ano passado, em que qualquer licitação para ser publicada, para ser colocada, tem que ~~sempre~~ ser precedida por um projeto executivo. Anteriormente tinha-se um esquema geral da obra, com base nesse esquema geral da obra era feita licitação. Resultava ~~x~~ daí valores insuficientes, ou irrealis para a realização ~~de~~ daquele projeto, que ~~x~~ eram sempre suplementados por termos aditivos. Então não se tinha nunca no início do processo uma idéia clara de quanto seria o valor ~~x~~ final daquela obra. Em razão desse decreto do Executivo, ~~qualquer licitação tem que ser precedida de um projeto executivo.~~
~~o qual tem que ser elaborado de modo a atingir o valor da obra com um preço~~
~~seja maior no custo final...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	31	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	1	Raimundo	Com.Finanças	17-10-95		

... qualquer licitação ela tem que ser precedida de um projeto executivo, com detalhamento a nível de custo unitário, de forma a se ter uma precisão maior do custo final dessa obra. Nós temos projetos executivos em fase final de conclusão das unidades básicas de saúde do Jardim Elian e Vila Ema. A Maternidade Itaquera também está com projeto executivo em fase final, e as obras deverão ser iniciadas em 96. Essas obras que não foram iniciadas em 95 e que constam do Orçamento de 96. Aconte o seguinte: não foram iniciadas, não foram concluídas essas, mas foram feitas outras que a oposição esquece, propositadamente, de citar na sua crítica. Tem aqui a relação delas: o Hospital Infantil Menino Jesus, o Posto de Saúde Alvaro Dino (?) de Almeida, o Posto de Saúde da Lapa, Unidade Básica de Saúde Jardim São Roque, Jardim da D'Abril, Campos Elísios, Bandeirante, Ambulatório de Especialidades do Ipiranga, Sapopemba, São Savério, Parque São Lucas, Vila Prudente, Eduardo Refinhan(?), Artur Ribeiro de Saboia, Jardim da Saúde, Hospital Municipal Carmino Garicho (?), Tatuapé - Almoxarifado, Emilio Santiago de Oliveira, Vila Nova Manchester, Waldomiro de Paula; o próprio Hospital Maternidade Julio Tupi(?), que está com a dotação correspondente ao projeto executivo; o hospital municipal Tide Setubal, Escola Vila Nova Cachoeirinha, Hospital Vila Maria, Hospital Chora Menino (?) José Hun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	32	do prop.	
n.º	270	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	2	Raimundo	Com.Finanças	17-10-95		

gria, Parque Residencial Cocaia, Independente, Santo Amaro, Jardim São Bento, Jardim Guarujá, Vila Formosa,, Conjunto Habitacional Garagem, Conjunto Inácio Monteiro, Ambulatório Tito Lopes (?), Hospital São Miguel, Conjunto Habitacional Citty Jaraguá, Maternidade Campo Limpo.

Essas são as realizações, quer dizer, e não se entenda de forma alguma que a não conclusão dessas obras antes citadas e que estão na Peça de 96 e que estavam constando da Peça de 95, foram simplesmente deixadas de lado numa desatenção ao setor saúde. Muito pelo contrário, essas estão na situação que descrevi e além delas nós fizemos essa outra relação que acabei de citar.

Essas são, portanto, as considerações que queria deixar com os senhores, deixando, portanto, agora, aberta a palavra do Sr. Presidente e demais componentes da Comissão ou da audiência aqui presentes, para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE Cx(Almir Guimarães) - Queremos agradecer a exposição do Dr. Pitta e ao mesmo tempo alguns Vereadores nos pedem se o senhor poderia fornecer esses elementos, especialmente o Hanna Gharib. Pedimos a V.Exa. que nos passe e vamos tirar xerox e devolveremos os originais ao senhor. Todo material nós vamos tirar cópia, se o senhor nos permitir e no correr da sessão o senhor terá de volta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	33	de	95
n.º	270		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	3	Raimundo	Com. Finanças	17-10-95		

Registramos aqui a presença dos Membros da ~~Mano~~ nossa Comissão, Vereadores Hanna ~~Sar~~ Gharib, Vicente Viscome. O Vereador Mo^hamad Mourad nos encaminha um ofício dizendo que está em missão em Bra-sília recebendo o líder Arafat. Registramos também a presença dos Ve-readores Sergio Rosa, Lúdia Correa e Zarattini. Agradecemos a presen-ça de todos os Srs. Vereadores.

Passamos a palavra ao nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Boa tarde, Sr. Secretário, é um prazer recebê-lo aqui em nossa Casa, boa tarde a todos. Antes de fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário, como S.Exa. fez considerações ge-raís abordando inclusive o Governo anterior da R ex-Prefeita Luíza E-rundina, também gostaria de fazer rapidamente algumas considerações.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário falou sobre a questão dos transportes, e falando sobre o subsídio que havia no ~~trans~~ transporte na época do Governo do PT. O PT considera o transporte uma área social e fundamental, porque à medida que o trabalhador não precisa pagar uma tarifa elevada como acontece hoje ele tem um aumento indireto da renda. Então, o Partido dos Trabalhadores nesse sentido, subsidiava o transpor-te porque conseguia ter uma tarifa baixa e hoje nós sabemos que a ta-rifa do transporte é uma das mais elevadas da história de São Paulo, a-

Lém do que o Poder Executivo contivo continua subsidiando a SP Transpor-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	34	do proc.
n.º	270	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X25	4	Raimundo	Com. Finanças	17-10		

tes e as empresas e segundom os últimos dados que temos este ano aqui foi mais de 100 milhões de reais de reais já de subsídios. Então, continua se subsidiando, não nas mesmas proporções do Governo anterior, apesar da privatização da CMTC e da tarifa está elevadíssima. Então, era uma primeira consideração que queria fazer e inegavelmente o transporte coletivo era bem melhor na época do Partido dos Trabalhadores do que hoje em dia.

Uma segunda questão que o Secretário levanta é a respeito do equilíbrio das receitas e das ~~desas~~ despesas. O que queria abordar nesse sentido é que o Secretário deveria abordar a questão do endividamento da Prefeitura, que tem aumentado. Isso precisa ser abordado e gostaria que S.Exa. vinculasse essa ao equilíbrio das contas.

Uma outra questão que o Secretário abordou é que houve uma contratação maior de pessoal na época do Partido dos Trabalhadores. Quero lembrar ao Sr. Secretário que o Estado está aí para oferecer serviços à população. E a ex-prefeita Luiza Erundina fez muitas contratações, principalmente na área da Saúde - onde foram inaugurados 6 hospitais na época do PT, então logicamente teria que contratar mais gente. E era uma situação bem melhor para o atendimento público, não como acontece agora, para dá um exemplo, estive recentemente já diversas vezes no Hospital Saboia e ali centenas de funcionários já pediram demissão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Ordem n.º	35	do proc.	
n.º	270	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
25	5	raimundo	Com.Finanças	17-10		

por causa dos baixos ~~salários~~ salários. Tenho visitado dezenas de escolas públicas e faltam professores em quase todas elas. E muitos professores não querem, hoje, assumir seus cargos por causa dos baixos salários. Então, temos que levar em consideração que o Estado não está aí para dá lucro. ~~O Estado está aí para atender a população, principalmente a da baixa renda.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 36 do proc.
n.º 270 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
126	1	Norma	Com. Finanças	17.10.95		

O Estado está aí para atender a população, principalmente a de baixa renda. Então por isso que houve aumento de contratação de pessoal na época do Partido dos Trabalhadores, o que é extremamente justificado, porque se qualquer cidadão que estiver hoje presente aqui for fazer uma visita em creches, hospitais, escolas e perguntar como é que era na época do Partido dos Trabalhadores e como é hoje, quer dizer, vocês vão ter um parâmetro de que era muito melhor anteriormente, porque havia essa preocupação em pagar bem ao funcionalismo e havia a preocupação em ter um número suficiente de pessoas admitidas.

Então eu queria fazer primeiro essas considerações gerais. Agora, eu queria fazer algumas perguntas ao Secretário: primeiro, do ponto de vista das receitas, está se prevendo arrecadar 250 milhões de reais com venda de ações. Eu gostaria que o Secretário nos informasse quais as companhias da Prefeitura que vão ser vendidas no ano que vem, e como é que está sendo esse processo executado na Prefeitura, e se está vinculada, essa vendas ~~de~~ das ações ~~a~~ a pagamento de dívidas, como eu falei está aumentando muito, ou ~~a~~ a vinculação a investimentos em projetos sociais.

E isso porque, por exemplo, nós acompanhamos no Governo Federal, e em relação a essa instância de poder a justificativa apresentada para as privatizações é a de que é para pagar dívidas, então eu gostaria de saber se existe uma vinculação, porque no Orçamento nós não vimos nenhuma. Essa é uma primeira pergunta, do ponto de vista das receitas.

Outra questão, do ponto de vista das receitas, é em relação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	37	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X26	2	Norma	Com.Finanças	17.10.95		

ao IPTU. Eu queria lembrá-los de que na época da campanha eleitoral o atual Prefeito da Cidade de São Paulo fez uma campanha, com outdoors, onde havia uma frase que dizia: "Votou no PT, tomou no IPTU. - e o que nós vemos agora é que o Governo também, o IPTU é uma receita importante para o Município, está aumentando o IPTU, inclusive nós fizemos um estudo, agora, para 1996, em que existe uma coisa que eu gostaria de que o Secretário analisasse, que é no mínimo estranha. Nós fizemos uma avaliação e chegamos à seguinte conclusão: nós dividimos a Cidade em cinco zonas, por exemplo, em 1995, os Jardins receberam 58, 67% dos investimentos da Cidade, e para 1994 é a quarta região, está classificada em quarto lugar sobre o aumento do IPTU, vai ter um aumento médio de 12,45%; em segundo lugar, vem a Zona Sul, com investimento de 305 milhões de reais - os Jardins têm um investimento de 809 milhões, agora, em 1995, a Zona Sul tem um investimento de 305 milhões, que significam 22,14% de todos os investimentos da Cidade, e terá um aumento médio de IPTU de 18,59%. A Zona Leste vai receber 135 milhões de investimento e vai ter um aumento de IPTU de 27,24% para 1996. A Zona Oeste vai ter 63 milhões de reais de investimentos, o que significa 4,61% - vai ter, não, teve, agora, nesses três anos de Governo Maluf - 4,61% do total de investimentos, e vai ter 7,53% de aumento de IPTU para 96. A Região Centro teve um investimento de 41 milhões, o que significam 4,75% dos investimentos na Cidade, e vai ter um aumento médio de 10,17% de IPTU. E, finalmente, a Zona Norte, que é a zona menos aquinhoadada com obras na Cidade, pois nesse período do Governo Maluf está tendo investimentos de 23 milhões de reais, 1,73% dos investimentos, em compensação vai ter mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	38	do proc.	
n.º	270	de 19	95
ORADOR		CONT. PARTE	

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X26	3	Norma	Com.Finanças	17.10.95		

de 30% de aumento no IPTU.

Então, além de haver um aumento real no IPTU, está havendo um aumento ~~desproporcional~~ desproporcional, inclusive nas áreas dos Jardins, onde mora o Prefeito, porque é a região que tem mais investimentos, na Cidade, e é a que vai ter ~~menor~~ menor aumento de IPTU. E eu gostaria que isso fosse explicado; e a Zona Norte, em compensação, que é a que está tendo menos investimento, vai ter um aumento maior de IPTU.

Portanto, em relação às receitas, gostaria que o Sr. Secretário abordasse essa questão do IPTU, e dissesse o porquê de não ~~constar~~ constar a questão da progressividade, porque, por exemplo, o Túnel, recentemente inaugurado, aí onde se gastou barbaridade de dinheiro - e depois vou abordar essa questão também - fica nos Jardins, e o IPTU aumentou muito pouco lá, então eu gostaria de saber porque não há progressividade no aumento do IPTU.

Isso, com relação às receitas, receitas de capital e IPTU. Agora, com relação às despesas, primeiro, o seguinte, eu gostaria de reafirmar algumas declarações que tenho dado à Imprensa: o Governo Magalhães é um governo que faz muita figuração na área social, mas na prática não tem feito quase nada. Só para dar um exemplo - e aqui eu tenho as relações de creches que o Secretário leu, eu tenho todas elas e inclusive a posição de cada creche, o que está investido.

Por exemplo, neste ano de 1995 foi aprovada a construção de 54 creches, na prática uma só está sendo realizada, que é a do Jardim Laranjeiras, é a única em que se está gastando dinheiro, o resto são gastos de 2.000 reais, 1.500 reais, um valor de 400.000, quer dizer, então, não se está fazendo nada nessa área.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	39	do	proj.
n.º	240	de	1995
0			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X26	4	Norma	Com.Finanças	17.10.95		

Em relação às escolas, foram aprovadas, neste ano, 54 escolas, e na prática estão se fazendo quatro! Na área da Saúde foram aprovados dois hospitais, duas maternidades, um hospital geral, dois centros de saúde, e não se fez nada!

Quer dizer, então, esses são dados do nosso acompanhamento aqui através do CEO. Se nós pegarmos - que é outra questão que o Secretário abordou - existem inúmeras obras que estamos denominando de laranja, porque elas apareceram em 94, 95 e 96, e não se fez nada, e nós temos aqui esses dados.

Só para informá-lo, Secretário, nesses três anos temos 88 creches aprovadas, na prática, três foram concluídas; 40 NPGs, quatro concluídas, na prática. Entre unidades básicas de saúde e hospitais há 16 aprovados, e nada foi feito! Perdão, duas foram concluídas. E de creches, de 78 aprovadas, duas foram concluídas, que são repetidas.

O Secretário apresenta a argumentação de que estão em licitações, etc.

~~Assinatura do Secretário Municipal de Saúde, Dr. João de Deus~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	40	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE.
X27	1	morg.	aud.pública	17.10.95		

Nunca vi uma licitação tão demorada de dois três anos, enquanto que o dinheiro para o túnel do Ibirapuera sai num piscar de olhos. Queria saber por que esse tratamento diferente, quando se discute a questão de investimento em grandes obras e quando se discute a área social e se demora dois ou três anos para se fazer uma licitação. Então, quero reafirmar essa questão que esse governo faz propaganda na área social e não está fazendo nada. Só mais um exemplo, projeto Cingapura. Estou muito bem lembrado que na campanha eleitoral e quando da posse do Secretário João Melão, ele informou que ia fazer 200 mil casas populares e segundo informações do próprio Secretário Celso Pita até agora foram entregues 800 apartamentos do projeto Cingapura, quer dizer, só faltam 19.200 casas populares para cumprir a promessa, faltando um ano e dois meses para terminar o governo. Em dois anos e dez meses foram feitas 800 casas populares e mais nada isso é uma prova cabal que é um governo do Sr. Salim Maluf que faz propaganda na televisão e não realiza isso em relação a área social e com relação aos investimentos, Sr. Secretário, desculpa, mas por exemplo o túnel, e não sou contra grande obras, agora o túnel do ^{Ibirapuera} ~~Rio Pinheiros~~ e esse complexo de ~~túnel~~ obras que foi feito na região sul não têm o mínimo interesse para a cidade de São Paulo do ponto de vista de transportes, com esse dinheiro dava prá construir e foram gastos 800 milhões nos Jardins, como falei nesses anos de governo Maluf, dava prá construir cerca de dez quilômetros de metrô. O exemplo que tenho dado é pegar o Metrô do Hospital das Clínicas e levar até bem prá lá da Vila Sônia, desafogaria o trânsito da região da Av. Rebouças, das Pontes sobre o Rio Pinheiros, diminuiria a população, e atenderia centenas de milhares de pessoas por dia, aumentaria indireta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	41	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X27	2	morg.	aud.públ.	17.10.95		

mente a renda dessas pessoas que deixariam o carro em casa e não gastariam com combustível ~~quaxxx~~, com estacionamento, manutenção do carro, diminuiria o stress dessa população no trânsito, uma coisa que não entendi até hoje e mais um detalhe o governo Maluf que faz uma propaganda que faz grandes obras para criar empregos, o Metrô também cria só que com uma vantagem adicional o túnel acabou aqueles trabalhadores perderam o emprego ou foram deslocados de lá aquele túnel não gerou mais nada, o Metrô quando concluído cria centenas de empregos diretos desde pessoas que dirigem os trens, vendedores de bilhetes, manutenção das estações, do pátio de manobras, todo esse complexo que o Metrô exige de empregos diretos. Então, mesmo quando faz grandes investimentos faz de uma forma que não atende os interesses da cidade. Precisamos de uma cidade que tenha investimentos mas para melhorar a qualidade de vida da população e não do jeito que está sendo feito. Então gostaria que o senhor abordasse essas questões mais uma questão importante o orçamento deste ano continua ainda colocando os 15% de remanejamento para o Poder Executivo isso significa e já falei para os vereadores que apoiam o Sr. Paulo Maluf aqui nesta Casa, tenho falado insistentemente que a Câmara ao aprovar esses 15% é perder o seu poder de fiscalização do Executivo, independente se o Prefeito tem maioria aqui isso é um poder independente e nós temos que fiscalizar o Poder Executivo, queriam lembrar que na época do PT essa possibilidade de remanejamento de verbas era de 1%, e que temos de dar 3% ou 4%, tudo bem, mas 15% é um dinheiro brutal tanto que a Câmara não discutiu uma vez sequer no último ano qualquer tipo de remanejamento, qualquer projeto de lei que o Executivo mandou para cá para remanejar verbas e uma das justificativas do Executivo relativas a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 42	do proc. 98
n.º 270	de 19 98
CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X27	4	morg.	aud.pública	17.10.95		

mas colocações com relação ao pronunciamento do Vereador Odilon Guedes. Um deles diz respeito à progressividade, que não pode ser aplicada este ano uma vez que não foi prevista na LDO, não sendo prevista não tem como ser aplicada. Acho que o vereador concorda plenamente com a situação, mesmo porque ela também ainda continua "sub júdice"; ainda que tivéssemos previsto ~~na LDO a progressividade para o ano de 1996~~
~~esta colocação não tem porte público para o ano de 1996~~
~~do PM~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	43	do	de 19
n.º	270		
CONT. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
X27	3	morg.	aud.públ.	17.10.95	

isso é porque a inflação é muito elevada. Agora, nós estamos com a inflação controlada a níveis baixíssimos para o padrão brasileiro e continua a proposta de 15%. Isso significa que o Executivo vai continuar fazendo o que ele quer e o que não quer, vai continuar tirando dinheiro de creches, hospitais, escolas, para colocar em grandes obras sem consultar a Câmara. Isso é uma realidade que está ocorrendo e queria que o Secretário também abordasse essa questão.

Finalmente, tenho mais uma questão importante, Sr. Presidente, o art. 20, § único define que em relação a Secretaria da Saúde pode se remanejar verba pessoal para qualquer outra área da própria Secretaria sem que essa verba esteja incluída nos 15%. A pergunta que faço para o Secretário é a seguinte: isso significa arrocho salarial para o funcionalismo público da Secretaria da Saúde ou significa demissões para a Saúde, significa esse artigo pelo que entendi que o Executivo pode tirar dinheiro do pessoal da Saúde e colocar em qualquer área., deslocar para qualquer outra área, então gostaria que o Secretário abordasse essa questão, se está se prevendo demissões na área da saúde ou o arrocho salarial do funcionalismo da saúde, São essas as questões básicas que ~~exsax~~ gostaria que o Secretário respondesse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - O Vereador José Índio deseja fazer uma pergunta rápida. Gostaria de registrar a presença do Vereador efetivo da Comissão de Finanças, Edson Simões e a presença do Vereador Adriano Diogo, que nos honra nesta tarde.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Quero fazer algu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 444
n.º 270 do processo de 1998

MODIJO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
X28	1	ANA	And. Pub.	17.10.95		

Na LDO, nós teríamos, talvez, não se sabe, qualquer tipo de dificuldade lá na frente. Com relação ao transporte público, que V.Exa. disse que na época do PT, apesar do subsídio, ter tido uma interferência altíssima no orçamento do Município, nós tínhamos, realmente o pagamento através do cálculo feito por Km corrido. E o que acontecia? Eu presenciei e tenho testemunhas até hoje que muitos ~~ônibus~~ ônibus eram colocados sobre cavaletes e rodavam e a Prefeitura pagava; a prefeitura não, o povo. Então eu concordo plenamente que tem que ser por passageiro transportado.*

Com relação aos seis hospitais que V.Exa. disse que sua administração concluiu, eu diria o seguinte: em primeiro lugar, houve uma precipitação na entrega desses hospitais, porque nós vivíamos um conflito de situação justamente em função da remoção zerada que foi realmente que complicou a toda a área de saúde no Município de São Paulo, você não tem nenhuma dúvida, porque nós tínhamos uma situação não das melhores mas não era tão pior do que acontece hoje, mesmo porque hoje flete e também iniciou-se a partir da remoção zerada. Nós não tínhamos na época o mesmo problema que temos hoje: não tínhamos médicos porque eles eram também mal remunerados; nós tivemos uma administração passada que deixou uma defasagem de quase 300% no funcionalismo público; nós tivemos um aumento enorme em termos de funcionários, e eles tiveram naturalmente uma grande interferência dentro do orçamento. E mais, e eu diria com plena convicção porque tive oportunidade de muitas vezes receber esse tipo de reclamação: que os concursos eram feitos de forma subjetiva, os sujeitos eram submetidos depois do concurso a um critério ideológico-partidário, porque senão não tinha sua nomeação executada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 45	do proc. 270	de 19 98
CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORA	Q.R.	CONT. APARTE
X28	2	ANA	Aud.Pub.	17.10.95			

Com relação ao IPTU eu estranho que V.Exa. reclame da interferência do IPTU no orçamento, porque na época da administração Luiza Erundina, ela queria que esse IPTU representasse no mínimo 17% do orçamento, que era previsão da administração passada. E nós conseguimos na época mantê-lo em termos de 5 a 7%; hoje, essa repercussão é menor ainda.

Ainda com relação aos hospitais é bom lembrar a V.Exa também, que vocês tiveram o fechamento de um hospital, sendo substituído por um que não tinha condições nenhuma de suprir a demanda que na ocasião era necessária, inclusive esse hospital até hoje além de não suprir essa demanda ele continua sem as condições de funcionamento, que foi o Hospital Menino de Preença, transferido para o João XXIII, por uma cessão do governo federal. Infelizmente até hoje esse hospital continua na mesma situação.

Quero fazer coro com V.Exa. com relação às áreas sociais, principalmente com as escolas e creches. Também acho que o governo atual tem figurado muito mais do que usado a prática. E nesse ponto eu sou totalmente favorável à colocação feita pelo Vereador Odilon Guedes. Faço votos e vamos brigar para isso, para que tenhamos no próximo ano o orçamento cumprido, principalmente com relação à área social, dentro do mais sério vigor. Mas também faço uma observação quanto ao setor de creche, na época da Prefeita Erundina, com relação principalmente às creches conveniadas que na ocasião o que se entendia com relação a creche conveniada era o fechamento delas, era a extinção das creches conveniadas. Por posição da Câmara Municipal é que graças a Deus nós mantivemos as creches conveniadas, é quem hoje tem um trabalho bom, um trabalho que cumpre sua função, e eu diria que até muitas vezes melhor do que o setor



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	46	de proc.
n.º	270	de 1995
ORADOR	CONT. APARTE	

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
128	3	ANA	Aud. Pub.	17.10.95		

público.

Com relação ao Metrô é que achei a colocação de V.Exa inoportuna. Em primeiro lugar porque na administração Luiza Brundina o que se pretendia fazer com o Metrô era vender a participação que tínhamos em termos de Metrô para não ter qualquer tipo de influência no setor de transporte em relação aos trens do Metrô. Hoje, estramente V.Exa. diz que a Prefeitura deveria ter uma participação maior, na medida que V.Exa. pede para que a Prefeitura vai se fazer túneis, fizesse, talvez, naturalmente, isso seria o mais natural, em convênio com o Estado e naturalmente com os órgãos internacionais, o aumento seria... Eu até concordo que seria talvez até o mais correto, mas não era o discurso da administração do PT na ocasião. Essas algumas colocações que gostaria de fazer com relação ao pronunciamento de V.Exa.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - Tem a palavra o Sr. Secretário para responder ao Vereador Odilon Guedes.

O SR. SECRETÁRIO - Muito bem, eu fiz algumas anotações aqui, alguns pontos que foram abordados pelo Vereador Odilon já tinha citado anteriormente, mas não me importo em repetir em ~~razão~~ inclusive de muitas pessoas não estarem presentes no início de minha exposição. A primeira observação do Vereador diz respeito ao subsídio ao setor transporte que ele defende arduamente como sendo uma necessidade para atender, vamos dizer assim, um reclamo do setor social.

~~Está assinado pelo Vereador José
Índio dos Santos.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 2757 do proc. n.º 2757 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARELHO
X291	9	ant.	and.	17.10.95		

Está abordado pelo Vereador José Índio essa disparidade que era a remuneração das empresas, distância percorrida ao invés de ser o passageiro transportado. Tenho um relatório da SPT S/A, que é a gerenciadora do sistema de transporte e que informa o seguinte. Em 1993, estava se projetando um gasto de 462 milhões com a operação da própria CMTC e 549 milhões com operação do sistema levando dos cofres municipais 1.011 bilhão. Este ano de 94, encerrado agora, gastamos 191 milhões, ou seja, uma economia do que havia sido legado de 820 milhões só nesses dois itens, operação da CMTC e subsídio ao sistema privado de operação de ônibus. No ano de 95, deveremos encerrar com um subsídio da ordem de 219 milhões, assim distribuídos: para a operadora que hoje ainda tem uma folha de ativos com estabilidade e inativos que é de responsabilidade da operadora, ainda tem despesa financeira de compromissos assumidos anteriormente, 115 milhões são despesas incomprimíveis e temos o subsídio ao sistema representado pela gratuidade a pessoas idosas, estudantes e todas as facilidades que a prefeitura oferece por lei, 113 milhões. Deveremos gastar, portanto, 219 contra um orçamento legado em 93 de 1.011 bilhão. Temos, de fato, uma economia de 800 milhões de reais só entre esses dois itens que é a operação do sistema e o subsídio à extinta CMTC que deixou de haver. Se somar isso ainda àquela defasagem de tarifa, a conta vai para mais de 1 bilhão. A segunda observação do vereador diz respeito à questão do endividamento que não foi abordada na minha exposição e que deveria fazer parte dessa apreciação geral da peça orçamentária. Tenho a posição em 31.8 deste ano do endividamento da Prefeitura. Temos um total de 3,7 bilhões em valores assim distribuídos: títulos, 2,5; dívida contratada, 1.2. Significa que essa divi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	48	do grupo	
n.º	270	de 19	98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S29	2	ant.	aud.	17.10		

da contratada tanto a externa quanto a interna. O que o vereador deixou de mencionar é que essa dívida é herança do próprio PT. Ele não pagou durante os últimos anos da sua gestão toda a dívida contratada com o governo federal. Essa dívida começou a ser paga pela nossa Administração. Vai aí outra resposta ~~fa~~ a outro quesito formulada pelo vereador no que diz respeito à habitação. Diz ele que havíamos, no início do mandato, previsto a entrega de 200 mil unidades e que, efetivamente, o projeto Cingapura, só entregou 300. Para início de conversa essa é uma comparação errada. A concepção do projeto Cingapura não é beneficiar unicamente os ocupantes dos novos ~~px~~ apartamento. A concepção é beneficiar toda uma comunidade sendo ela representada por arruamentos, serviços de coleta de lixo, abastecimento d'água, coisa que não se tinha anteriormente e para cada unidade construída, cada família beneficiada corresponde outra 4 da mesma comunidade que são beneficiadas. A relação de beneficiários pelo projeto Cingapura é 4 vezes mais do que a citada por essa estatística. Outra coisa é que essa despesa habitacional inclui o pagamento de uma dívida de 800 milhões, contratada pela CONAB, na época do PT e que não foi paga, corresponde a financiamentos que não foram honrados e que estão sendo honrados nessa Administração. A se somar a despesa de habitação, some-se também o pagamento dessa dívida anteriormente contratada e que não foi paga na época do PT e que está sendo paga agora. Isso é importante porque isso drena recursos. Essa parte toda de dívida herdada todo mundo escuece, vamos olhar para a frente, mas temos que pagar o que foi contratado também. Além do mais essa dívida cresce em relação ao que foi herdado pela Administração do PT em 47,92% unicamente em razão do aumento das taxas de juros que incidem sobre o saldo devedor. Não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	49	do proc.	
n.º	270	de 19	98
CONT. APARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X29	3	ant.	aud.	18.10		

houve uma emissão desse conjunto que não fosse para pagamento ou rolagem de débitos anteriores, ou pagamento de precatória, pagamentos esses, inclusive, que foram solicitados pela própria administração do PT em setembro de 92. Essa dívida sobe, em termos de saldo devedor, em 47% por uma razão simples. Apesar de estar sendo amortizada a incidência de juros sobre o saldo devedor supera essa amortização, isto não compromete as finanças do município por uma razão é que a arrecadação elevou-se em 127% nesse período de 92 a 95. Então, a relação entre o endividamento da Cidade e a sua arrecadação, hoje, é menor. Hoje esta relação é de 0,88. Anteriormente, em 92, era de 1,22. Isso quer dizer, em 92 precisávamos de mais de um ano de arrecadação, 22% a mais do que 1 ano de arrecadação para pagar a dívida. Hoje precisamos de menos 12%, 0,88 dessa arrecadação para quitar a dívida.

~~Assinatura do Sr. Vereador~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	50	do proc.	
n.º	280	de 19	95
CONF. PARTE			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	
X30	1	emira	fin.orçam.	17.10.95	pitta	

Isso significa que a capacidade financeira da cidade melhorou. Evidentemente, quem ganha mais, pode pagar mais financiamentos. É isso que a relação mostra. Outra coisa também importante a citar, nós temos todos os pagamentos, tanto de dívida contratada, como de dívida mobiliária, rigorosamente em dia. Não estamos como os Estados da Federação em situação de pedinte no fundo do governo federal, para refinanciamento, para subsídio, etc. Muito pelo contrário, estamos nos debatendo que devemos ter, por parte do Governo federal, um tratamento isonômico ao que está sendo dado a outros Estados, independentemente da nossa situação financeira. Eles entendem que já que temos uma situação econômica-financeira muito confortável, não precisamos dos favorecimentos, das benesses que eles estão dando a outros Estados. E nós entendemos ao contrário, ~~maximamente~~ que nosso esforço foi à custa de muita austeridade na área de custeio, de muita responsabilidade no trato da despesa, e também deve ser objeto de toda e qualquer favor a nível de alongamento da dívida, ou de redução de juros incidentes sobre ela, como os Estados em situação financeira delicada. Então, com relação ao endividamento, a resposta é: não cabe nenhuma crítica à situação da dívida da prefeitura, por que lamentavelmente é falsa a afirmação de que elevamos a dívida da prefeitura. Essa dívida está no patamar em que está por herança de administração anterior, e por força da taxa de juros que é praticada nesta economia. Estamos pagando exatamente aquilo que foi tratado.

Fala o ilustre Vereador, defendendo a contratação de funcionários da Administração petista. Isso é indefensável. Para inf-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	51	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X30	2	emira	çfin.org.	17.10.95	pitta	

cio de conversa, os funcionários que foram contratados na área da saúde foram em proporção maior do que os funcionários da área administrativa, porque efetivamente é um pessoal de atendimento à saúde. Quer dizer, nós temos provas disso, porque como chegamos aqui, havia um excesso de funcionários administrativos no setor saúde, e uma carência do setor médico e do setor de enfermagem. Então, a admissão desses funcionários, na realidade, se verificou uma atenção à política partidária, como o Vereador José Índio bem citou. Temos aqui provas estatísticas do que estou citando.

O SR. ALMIR GUIMARÃES - O Vereador Adriano Diogo aguarda o momento da sua interferência na tribuna.

V.Exa. está inscrito, e esta Presidência não permite interrupção;

O SR. CELSO PITTA - V.Exa. terá oportunidade de falar, mas basta pegar qualquer acidentado, que tenha recorrido a um posto de saúde, e ele terá uma assistência social muito boa, terá um funcionário administrativo para fazer a sua ficha, mas não terá um médico para fazer a sutura do seu ferimento.

Esta é a colocação com relação à contratação. É indefensável a contratação de 35 mil funcionários do PT. Foi uma irresponsabilidade que prejudicou todo o quadro do funcionalismo da prefeitura, Por força do excesso desses 35 mil a mais, é que o Vereador se refere aos baixos salários. Evidentemente, se temos um total a dividir entre 130 mil e entre 165 mil, é evidente que vai sobrar para cada um muito menos que sobrava antes. A responsabilidade é do PT, e não se pode fu-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 52
n.º 270 do P.M.
de 1995
CONTAPARTE

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
X30	3	emira	fin.orç.	17.10.95	pitta	

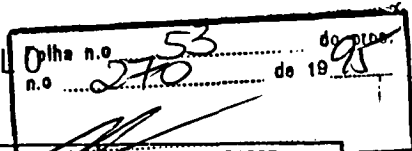
gir dela.

Continuando com a exposição do Vereador Odilon, ele fala da questão "receitas". Temos, então, uma sugestão do que é esses 250 milhões da venda de ações, que está no orçamento. Essa venda de ações foi autorizada pela Câmara Municipal, em lei específica do ano passado, e se refere às ações da Eletropaulo e da Comgás, de propriedade da prefeitura. Como é que está sendo feita, ou como está sendo programada essa venda para o ano de 96? Ela segue toda a legislação vigente, que prevê uma avaliação por uma auditoria independente, a auditoria independente é essa que já foi contratada, e que vai elaborar um laudo no valor de mercado dessas ações, do valor patrimonial dessas ações, e fazer uma recomendação para um valor mínimo de venda a ser colocado em leilão em hasta pública. O procedimento da venda é este, e está sendo observado ~~rigor~~ rigorosamente.

Quanto à vinculação de receitas, a própria lei que autorizou a venda dessas ações, não estabeleceu a vinculação da receita. É uma lei específica, promulgada pela Câmara Municipal, e aí está à disposição dos senhores.

Quero falar agora sobre o IPTU. A afirmação de que ocorreu um aumento menor do IPTU na área dos Jardins, em relação a outras áreas da cidade, como Zona Norte, ou outras áreas que não me lembra da ~~cit~~ citação do Vereador. Quero explicar que a ~~recomendação~~ recomendação para 96 do IPTU aumenta por força de uma atualização da Planta Genérica de Valores, que é a base de cálculo da incidência do IPTU.

E por que que existe essa atualização da Planta Genérica





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 54
n.º 270 do processo de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	1	valéria	fin.orç.	17.10.95		

de recompor os valores venais adotados para cobrança do IPTU guardando uma relação não superior a 70% do valor do mercado que propositadamente foram deixados defasados. Agora, por que no ano de 96 aumentou mais algumas áreas e aumentou menos nos Jardins? Por uma razão simples: os valores venais da área dos Jardins já estavam no valor de mercado. Etenho aqui, você tem a planta? Tenho aqui uma distribuição geográfica dos valores venais na cidade de São Paulo. Esta área vermelha, a área dos Jardins e a área central é a área que tem a maior valorização da cidade.

comparação apresentada pelo Vereador, essa área subiu menos do que qualquer uma dessas de valor menor não quer dizer absolutamente nada, porque anteriormente essas áreas já estavam perto de seu valor de mercado; outras áreas não estavam no seu valor de mercado e, evidentemente, tiveram de ter uma correção maior. Agora, a comparação de números, percentuais é muito distorcida, por uma razão muito simples: aumentou 23% o valor venal da Zona Norte. OK, não se dá o valor absoluto. Podia ser que esse IPTU saiu de 100 reais para 123 reais, o que significaria por isso nada mais do que 4 reais ou qualquer coisa equivalente, ou 2,8 reais por prestação. O valor absoluto em relação à renda do cidadão é irrisório, o valor absoluto do IPTU já foi comprovado por pesquisa da Fipe ocupa menos de 1% da renda familiar. Não é um imposto que onera o proprietário, é um imposto bastante razoável que se compararmos o que é cobrado em outras municipalidades, a cidade mais rica do país está com um imposto bastante razoável. Está aqui à disposição da mesa e de quem queira consultar a distribuição espacial dos valores venais para cobrança do IPTU no ano de 96, onde se destacam os maiores valores na região central e nos Jardins, os menores valores na periferia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	255	de 270
n.º	270	de 1995

ROLÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
Al9	2	valéria	fin. org.	17.10.95		

cópia.

O SR. ~~SECRETÁRIO~~ SECRETÁRIO - Pois não, fica à disposição. Um outro dad importantíssimo também é relativo a isenções. Propositadamente não foi citado. As isenções dos 500 mil proprietários que não vão pagar o IPTU no ano de 96 estão exatamente nessa área periférica, área de baixa renda. A população de baixa renda não está sendo onerada com o pagamento do IPTU. Temos também uma distribuição geográfica das isenções que comprova exatamente que é a população carente que está sendo objeto de isenções.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Sr. Secretário, porq que diminuiu o número de isenções?

O SR. SECRETÁRIO - O número de isenções não foi reduzido. O número de isenções proposto para o ano de 96 é exatamente o que ocorreu no ano de 95. Nós, inclusive, tivemos o cuidado de estabelecer um parâmetro de 18 mil reais como valor venal limite para a isenção, justamente para beneficiar o mesmo número de proprietários e os mesmos proprietário que já estavam isentos no ano de 95. Ninguém que está isento no ano de 95 deverá deixar de estar no ano de 96, a exceção, é claro, aquela propriedades que tiveram aumento do seu valor por força de ampliações ou benefícios que foram feitos pelo próprio proprietário. Também o caso dos aposentados, estarão isentos, dentro daquela premissa legal de renda até 3 salários mínimos e que tenha um único imóvel e que residam nesse imóvel, também estarão isentos. Não houve redução no número de isenções do IPTU de 96. A outra questão é sobre a progressividade. Insiste o Vereador na tese do PT da progressividade. A nossa Administração já se posicionou desde o início contrariamente à adoção da progressividade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	56	do proc.	
Q.º	270	de 19	95
ORADOR		BOM APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
A19	3	valeria	fin. orç.	17.10.95	

por entender ser isso um sobreônus, um encargo absurdo sobre a propriedade, sobre o cidadão. Na realidade, o que se pretende não é onerar o cidadão que tenha, onerar desnecessariamente, exageradamente, o proprietário que tem uma propriedade de valor maior, porque ele já paga mais. Uma propriedade de valor maior, evidentemente, tendo um valor venal proporcional a esse valor, está pagando mais. O que se quer com a proporcionalidade é que além desse cidadão pagar mais, ele pague muito mais, ou seja, progressivamente, geometricamente. Isso nós estamos contrários desde o início da nossa Administração. Entendemos que isso é um despropósito, entendemos, inclusive, para aqueles que vivem de renda, de aluguel, é facilmente tornável, o cidadão tem uma propriedade de grande valor, e ele ~~transferir~~ a transforma em pequenas propriedades e escapa dessa progressividade que não tem, do nosso ponto de vista, uma sustentação. Isso é nossa posição desde o início da nossa Administração. Há também o seguinte detalhe que não foi citado na minha exposição e não foi chamada a atenção pelo Vereador, com relação a essa tendência do ano de 92. Existe uma pendência relativa ao IPTU cobrado no ano de 92 cuja receita não está incluída nessa Peça Orçamentária de 96. Não está incluída na Peça Orçamentária de 96 porque ainda está tramitando no âmbito do Judiciário. Não se tem ainda uma decisão em caráter definitivo e em havendo a decisão de caráter definitivo que obrigue a essa cobrança, deverá ser remetido à Câmara Municipal um projeto de lei complementar com a destinação desses recursos daí advindos. Bem, a questão... é uma situação que vamos ter de examinar na época propícia. Quanto a despesas, o Vereador insiste na questão da realização de despesas com creches, escolas e saúde, dizendo, inclusive, que não se fez nada na área



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 57
n.º 270 de 19 95
BONT. APARTE.....

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	BONT. APARTE.....
419	4	valéria	fin. orç.	17.10.95		

de saúde, o que é uma inverdade que foi rebatida aqui ~~com o relatório de~~
~~todas as obras que foram feitas no Estado de saúde e que mostra a importância~~
~~e importância que não estavam sendo dadas, aliás, importância~~
~~que é descartada pelo II que desde o começo usa...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	58	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	1	morg.	aud.pública	17.10.95		

com o relatório de todas obras que foram feitas no setor de saúde e que mostram, de fato, a importância que estamos dando a esse setor. Aliás, importância que é descartada pelo PT desde o começo da idéia da implantação do plano PAS, que se manifestou contrário e agora nós estamos implementando esse plano PAS. Agora, veja, creches, volto a insistir, não há uma desassistência à população infantil, porque existem creches conveniadas que estão suprimindo as necessidades anteriormente previstas por creches da administração direta. Dois, aumentamos o número de vagas nas creches municipais. Nas escolas existe toda aquela relação que eu já citei que faz parte da gravação e que passei à Mesa, das escolas, da construção de cada uma dessas escolas e das reformas que foram feitas. Esquecem de falar de que essas escolas são permanentemente depredadas, e permanentemente estamos consertando, estamos investindo, reformando, ampliando. Ele fala da licitação para essas obras que é uma licitação demorada, isso também foi respondido na minha exposição, anteriormente se fazia licitação com base num esquema geral de projetos sem uma especificação de materiais, especificação de serviços que pudesse dar uma segurança do valor empenhado, e licitado. Hoje, toda e qualquer licitação de obras tem que ser precedido por um projeto do Executivo, que tem que determinar os custos unitários, é um processo mais demorado. Agora, por que o túnel do complexo Airton Sena foi rápido ? Muito simples, porque eles pararam, o PT parou a obra na gestão deles, quatro anos ficaram paradas as obras do complexo viário Airton Sena, esquece-se de dizer o seguinte, qual foi o prejuízo imposto à comunidade pela paralização dessas obras quanto dinheiro do contribuinte ficou lá dormindo debaixo da terra, ficou servindo de palco para



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	259	do proc.
n.º	270	de 1988

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
120	2	morg.	aud.pública	17.10.95		

peça de teatro, ficou em desuso total e nós pagando os encargos financeiros disso decorrentes. Isso foi a maior irresponsabilidade dentre muitas que foram deixadas pelo PT, essa foi a maior das irresponsabilidades, parar uma obra iniciada, nós concluimos, e inclusive, obras iniciadas pelo próprio PTX ~~EN~~ concluimos e todas as obras que nós iniciamos ou estão concluídas ou estarão concluídas no exercício de 96, excessão àqueles projetos de longa duração que é canalização de córregos, que é o projeto Cingapura que prevê uma continuidade mais ou menos caráter permanente.

Com relação aos 15% do remanejamento, volto a colocar a mesma situação que falamos no ano anterior. Toda peça orçamentária quer do Estado, quer do governo federal, estabelece um grau de remanejamento que representa a flexibilidade necessária que o Executivo precisa ter para a condução dos nossos, do seu proposta, do seu próprio mandato. Esse percentual de 15% nada tem de exagerado, acho que do Estado é de 20%, o governo federal é algo assemelhado e não vejo razão pela qual vamos alterar isso.

Creio que cobri todos os pontos abordados ~~por~~ ou existe um dispositivo que pediria ao Freitas para esclarecer, que é o artigo 20 § único, alguma coisa relacionada à área da saúde, programa PAS.

O Sr. Freitas - O § único do artigo 20 diz o seguinte: ~~Exceção~~ Em função da implantação do Plano de Atendimento à Saúde - PAS, as transposições de dotações de pessoal para outras dotações da Secretaria Municipal de Saúde ficam também excluídas dos limites fixados nos artigos 18 e 19 desta lei.

O Sr. Odilon Guedes - Isso daí eu entendi. Queria saber se



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	3	morg.	aud. pública	17.10.95		

significa demissão de pessoal, arrocho salarial para o pessoal da saúde. Isso que eu quero saber.

O Sr. Freitas - De maneira alguma. É a implantação do PAS vai possibilitar a transposição de recursos de pessoal para a prestação de serviços relacionada ao PAS.

O Sr. Celso Pitta - A resposta foi dada. Não haverá redução de salários.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Daqui pra frente cada perguntador terá cinco minutos e o Vereador Zenas Pires é o próximo.

O SR. ZENAS PIRES - Em primeiro lugar quero parabenizar o Secretário Pitta por estar conosco e este ano com bastante mais informações que no ano passado. Queria colocar o seguinte, acho que seria realmente interessante que para o ano que vem, apesar de ser o último ano do Prefeito, ele realmente demonstrasse algum desapego de ordem mais político partidária e chamasse o Estado pra discutir a questão do transporte de massa, não só limitado ao transporte coletivo, ônibus, corredores, mas o Metrô. Sabemos que a única solução para o transporte de massa é pelo sistema metroviário e vemos hoje que a Prefeitura com a administração passada tendo estado em condições de discutir isso abertamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	61	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
A21	1	Marcelo	Com.Fin.Org.	17.10.95		

sistema metroviário. E a gente vê que hoje a Prefeitura, com a administração que está tendo, ela está em condição de discutir isso abertamente. Nós ~~até~~ até provocamos, de certa forma, reuniões ou conversas entre o Governo do Estado e o Governo Municipal, quando eu estive com o Secretário de Planejamento ~~xxxx~~ tanto estadual quando municipal, quando eu estive com o Secretário Estadual de Transportes, o Dr. Frederico, quando eu estive com o Secretário de Governo, no sentido de se iniciar as conversações no sentido de que a Prefeitura voltasse a retomar sua condição de interessada no problema de transporte coletivo na Cidade de São Paulo.

Eu acho que a Prefeitura hoje ~~está~~ está numa situação boa, acho que a Prefeitura tem condição, o Executivo Municipal tem condição de sentar hoje com o Executivo Estadual e discutir de forma mais abrangente, de forma mais aberta essa questão do transporte coletivo, do transporte metroviário, do transporte de massa. O Prefeito, certamente, não perderia oportunidade de trazer à tona, ou sentar realmente para procurar solução desse caminho.

Outra coisa que eu queria citar aqui, Secretário, era com relação à dívida. Mas me parece que o senhor tem um relatório que nos esclareceu quase tudo. Gostaria de pedir ao Presidente uma ~~em~~ cópia, que o senhor cedesse uma cópia para a gente analisar essas questões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	62	do proc.
n.º	270	de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	2	Marcelo	Com. Fin. Org.	17.10.95		

Gostaria de pedir também, porque parece que não tem neste ~~relatório~~ relatório, a ~~alta~~ progressividade de tempo para tempo em cada Governo. Acho que a gente precisa disso.

Uma outra questão que quero ~~me~~ colocar aqui, isso a gente já formalizou, mas ~~eu~~ quero deixar ratificado para o senhor, ~~eu~~ para a Mesa e para todos os presentes, é ~~eu~~ que existe um projeto do Prefeito para a região do Butantã, de um ~~pequeno~~ pequeno ~~um~~ complexo viário. Nós apresentamos uma proposta para correção desse complexo. O problema do Butantã, a nossa região, é tirar os caminhões que estão atravessando pelo Butantã. Esse complexo que está no orçamento para o ano que vem e que já está em discussão técnica, inclusive, não vai resolver o problema. Eu já apresentei para o Prefeito, já oficiei, já fiz indicação também, a forma de solução mais adequada para isso. Gostaria que a próxima reunião de secretariado que o senhor tivesse com o Prefeito isso fosse colocado e fosse ~~uma~~ estudada a nossa proposta. Está aqui o Vereador Zarattini, que tem conversado com a ~~gente~~ gente sobre isso e nesse ~~aspecto~~ aspecto temos alguma coisa em comum. Eu ficaria muito grato se o senhor pudesse ~~fazer~~ fazer essa avaliação para nós.

Tem mais um detalhe. Quando o senhor fala em 44% o custo municipal com pessoal, é sobre a receita corrente total?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	63	do prop.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTIR
A21	3	Marcelo	Com. Fin. Orça.	17.10.95		

O SR. SECRETÁRIO - Esse dado, inclusive, já foi transmitido para o Tribunal de Contas e diz respeito àquela Lei 11.722, aprovada em fevereiro, que estabeleceu um limite de 40% para despesas de pessoal e encargos em relação a arrecadação. Nós aferimos isso para efeito de aplicação dessa lei e o percentual encontrado foi de 44% com encargos. A discriminação dessas despesas todas já foram passadas para o ~~TEL~~ Tribunal de Contas do Município.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - V.Exa. tem mais alguma coisa a acrescentar ao que pergunta o Vereador Zenas Pires?

O SR. SECRETÁRIO - Eu gostaria de comentar unicamente a proposição do Vereador no que diz respeito a transporte de massa, ...

x x x x

- Manifestação longe do microfone. Trecho inaudível.

x x x x

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência responde ao Vereador Adriano Diogo informando que às 15 horas tem início o Pequeno Expediente e certamente essa é a primeira audiência pública, outras nós teremos. Dai porque nós gostaríamos que se abreviasse, que todos fizessem sinteticamente as suas perguntas e o Sr. Secretário, por sua vez, assim deveria se conduzir para que nós pudéssemos, mesmo que adentrasse um pouco no Pequeno Expediente, continuar nossos traba-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	64	do proc.	
n.º	270	de 19	95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
121	4	Marcelo	Com. Fin. Orga.	17.10.95		

lhos.

O SR. JOSÉ ÍNDIO KEE FERREIRA DO NASCIMENTO - Vou dar ~~uma~~ uma sugestão. Os Vereadores que estão inscritos para falar falariam, fariam suas indagações e o Secretário, na outra audiência, daria a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência acolhe todas as sugestões, desde que os demais membros da Comissão assim entendam.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Presidente, se me permite, eu pediria o direito de dar ~~resposta~~ resposta na mesma sessão. Poderia haver uma audiência extra, se for o caso.

O SR. ODILON GUEDES - Sr. ~~Presidente~~ Presidente, poderia fazer a chamada do Pequeno Expediente e suspende a sessão até terminar esta sessão. Seria interessante outros Vereadores verem este debate.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência não vai ferir o ~~r~~ Regimento da ~~Exma~~ Casa. Assim sendo, esta Presidência ~~xi~~ vai considerar o seguinte, está inscrito como primeiro debatedor o nobre Vereador Adriano Diogo, o segundo é o Vereador Carlos Zarattini, terceiro Vereador Odilon Guedes, o quarto Vereador Sérgio Rosa, quinta Vereadora Lídia Correa e o sexto o Vereador Edson Sinões. Nós vamos

ouvir a resposta do Sr. Secretário e damos por encerrados nossos tra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ordem n.º	65
n.º	270
de	1995
CONT. APARTE	

PROZÓDIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	5	Marcelo	Com. Fin. Org.	17.10.95		

balhos no dia de hoje. ~~Emenda Taquigrafada Srs. Srs.~~

Tem a palavra o Sr. Secretário, para concluir as respostas ao Vereador Zenas Pires, se ainda não concluiu.

O SR. SECRETÁRIO - Esta administração já tem entendimentos com o Governo do Estado para, conjuntamente, participar do projeto da quarta linha do metrô. Na oportunidade em que interinamente ocupei a Secretaria de Planejamento, no ano passado, nós demos início a esses entendimentos com o Governo do Estado, para que a Prefeitura também participasse disso. Então deveremos participar da quarta linha do metrô.

AO SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães)- Srs. Vereadores, de acordo com a manifestação do Sr. Secretário, S.Exa. virá numa outra audiência extraordinária, independente da ~~segunda~~ ~~sessão~~ ~~com o Sr. Secretário~~...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 66
n.º 270
de 19 95
No proc.
95

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B1	1	regina	Fin.Orç.	17.10.95		

audiência pública, tendo inicialmente como debatedores inscritos, o Vereador Adriano Diogo...

O SR. ODILON GUEDES - Sr.Presidente, o senhor não vai continuar...

O SR.PRESIDENTE (Almir Guimarães)- Nós encerramos os nossos trabalhos.

O SR.ODILON GUEDES - Sr.Presidente, com licença.

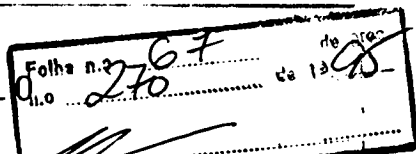
O SR.PRESIDENTE (Almir Guimarães)- Permita-me concluir.

Continuando, os Vereadores são Adriano Diogo, Carlos Zaratinni, Odilon Guedes, Sérgio Rosa, Lúcia Correa e Édson Simões. E antes de encerrar, concedo a palavra a V.Exa., Vereador Odilon Guedes, para depois ouvirmos as considerações finais.

O SR.ODILON GUEDES - Muito obrigado, Sr.Presidente. Em primeiro lugar, eu acho ruim terminar agora, porque o Secretário inclusive, eu fiz uma série de críticas ao atual Governo mas não fiz julgamento moral. E o Secretário falou que o governo do PT era irresponsável, e isso nós não podemos deixar simplesmente dessa forma. Porque eu gostaria, já que ele entrou nesse campo, de dizer que o Governo Maluf é um governo de hipócritas e fariseus, isso se pegarmos somente a questão do IPTU. Porque o Sr. Paulo Maluf na campanha eleitoral fez aquela placa dizendo: "votou no PT tomou no IPTU". Agora, o Sr. Secretário vem nos dizer aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



PROLÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B1	2	regina	Fin.Orç.	17.10.95		

que o IPTU não tem problema nenhum. Inclusive cai em contradição pelo seguinte motivo... Eu queria também responder ao Vereador José Índio que nós não somos contra o aumento do IPTU, mas o IPTU tem que ser aumentado progressivamente. Era isso que o governo do PT queria fazer porque isso significa justiça social, porque qualquer país capitalista desenvolvido do mundo faz quem tem mais dinheiro pagar mais. Quem mora no Morumbi e nos Jardins tem que pagar mais IPTU progressivamente. Quer dizer, eu queria colocar primeiramente essa questão, porque eu acho grave a acusação contra o governo do PT.

O Secretário fala também sobre o funcionalismo público, que é irresponsabilidade. Não houve nenhuma irresponsabilidade, mas concepções completamente diferentes de governo. Esse é o problema. Inclusive o Sr. Paulo Maluf é coerente com a contradição dele, ele foi Prefeito em 1970 e que infelizmente o senhor não morava nesta cidade, e depois foi governador do Estado, e ele só fazia grandes obras. Quero lembrar a Paulipetro, é que o senhor não morava aqui. Ele enterrou 500 milhões de dólares e não achou uma gota de petróleo. Esse é o tipo de Prefeito que nós temos, o Sr. Paulo Maluf é coerente: faz obras, grandes obras para interesses que não são os da população. É um governo anti-social e antipopular.

Está aqui, o senhor fez uma série de enumerações sobre hos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	68	de proc.	
n.º	270	de 19	95
ORADOR		CONT. ARARTE	

PRODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR
Bl.	3	regina	pt fin.org.	17.10.95	

pitais, o Hospital Sabóia eu conheço muito bem, não foi feito nada; no Hospital Manino Jesus também não foi feito nada. Eu tenho a lista aqui se o senhor precisar, das obras aprovadas em 1994/1995 e 1993.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Quero dizer ao Vereador Odilon Guedes que o seu discurso paralelo é descabido.

Dou a palavra ao Sr. Secretário...

O SR. ODILON GUEDES - Não é descabido não, não é descabido em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - ... para encerrar a sua passagem por aqui no dia de hoje. Ele voltará oportunamente numa sessão extraordinária, quando V.Exa., no seu tempo, Vereador Odilon Guedes, fará o discurso que bem entender.

Tem S.Exa. a palavra, Sr. Secretário, para concluir.

O SR. ODILON GUEDES - Tudo bem, mas não é descabido.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - V.Exa. extrapolou no momento em que deu a palavra a V.Exa. para que V.Exa. fizesse um discurso paralelo.

Sr. Secretário, esta Presidência agradece a presença de V.Exa., bem como de todos os seus assessores, agradeço aos Srs. Vereadores, membros desta Comissão. E tem V.Exa., Sr. Secretário, o tempo necessário para sua despedidas e conclusões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	69	de pro.	
n.º	276	de 19	95
ORADOR		CONT. APARTE	

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B1	4	regina	com.fin.org.	17.10.95		

O SR. SECRETÁRIO - Mais uma vez agradeço a atenção da Comissão de Finanças, ao Sr. Presidente, o Vereador Almir Guimarães e aos demais participantes desta audiência. Coloco-me à disposição para a continuidade do debate porque acho muito positivo para todos nós.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Voltaremos em nova data para mais uma audiência extraordinária com o Sr. Secretário, porque S. Exa. se prontificou a voltar a esta Casa.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

* * *

* *

*

Segue juntado , nesta data
Documento e papel de informação
Rubricado sob folha nº
Em 03/04/02

Carlos Roberto da Silva
Supervisor de Equipe - SGP-15



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 20736 do
Processo 20953

Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEN 11130

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Sr. Vereador Almir Guimarães

Membros : Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Indio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Audiência Pública sobre os Pls. do Executivo de Ns: 971/95, 269/95, 970/95, 733/95, 824/95, 923/95 e 973/95 realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo, em 23 de outubro de 1995.

Solicitante: Sr. Vereador Almir Guimarães

(Memo. CFO. nº: 71/95)

Secretaria: Margarete Nunes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 71 do
Processo 270/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADORES Redução de VALOR PARTE
N13	1	morg.	Aud. Pública Com. Fin. Orç.	23.10.95	Reg. 11180

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Vamos iniciar mais uma reunião da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, em audiência pública. Registramos a presença dos Srs. Vereadores Odilon Guedes, Zenas Pires, Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria de Finanças, Dr. Benrossi, Dr. José Antonio de Freitas, assessor, Dr. Reinaldo Santino Bueno de Souza, Dra. Lilliane Benedetti, Dr. Carlos Ferreira Augusto, Diretor de Rendas Imobiliárias, Dr. Sérgio Guilherme, Dra. Nádia Roselli, assessora supervisora, Dr. Francisco de Assis Leme Franco, assessor e demais convidados. Vamos dar início à reunião.

Antes dos debates com o Sr. Secretário de Finanças, Dr. Celso Pitta, vamos começar pela audiência pública, 17a. da Comissão de Finanças, sobre os projetos de lei 269/95, que concede remissão de créditos tributários aos imóveis identificados pelos contribuintes que especifica; 270/95, que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre imóveis integrantes do patrimônio de São Paulo Transportes S/A.; 733/95, que concede isenção do IPTU incidente sobre imóveis integrantes ~~sobre~~ do patrimônio da Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio Libanês; 824/95, que concede isenção de tributos municipais a empresas instaladas ou que venham a se instalar na zona de uso ZF-001; 923/95, que fixa as alíquotas a serem utilizadas no cálculo do imposto sobre transmissão "inter vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia; 973/95, que altera a legislação relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - e as Taxas de Limpeza Pública e de Conservação de Vias e Logradouros públicos e extingue, a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PROCESSO	CONTÁBIL
NL3	2	morg.	aud.pública	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

partir de primeiro de janeiro de 1996, a Unidade de Valor Fiscal do Município de São Paulo - UFM.

Todos estes projetos são de autoria do Executivo e esta é a primeira audiência para tratarmos destas matérias. Certamente, são projetos que terão algumas discussões e assim sendo abrimos o debate perguntando ao Vereador Zenas Pires se tem alguma manifestação a fazer .(Pausa.) Ficará para se manifestar na segunda audiência. Vereador Odilon Guedes.

O Sr. Odilon Guedes - Prefiro, como é continuidade da primeira audiência pública, quer analisar com ~~uma~~ mais detalhes esses processos e me pronunciarei na segunda audiência.

O SR. PRESIDENTE(Almir Guimarães) - Não havendo mais manifestação damos por concluída a primeira audiência pública pertinente a esses projetos aqui reportados e vamos aguardar mais um pouco a presença do Dr. Celso Pitta, para dar início dos nossos debates.

Está suspensa a nossa audiência, ~~com~~ o encerramento desta audiência, até a volta do Sr. Secretário.

* * *

- É suspensa a reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 73 # 1 do
Processo 220/95
Carlos Roberto Silva
Reg. 1130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N13	3	morg.	aud.pública	23.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, com a chegada do Dr. Celso Pitta, Sr. Secretário de Finanças do Município de São Paulo, como sempre muito prestativo às nossas reuniões e o exemplo de S.Exa. deveria ser seguido pelos demais secretários, o que nós não estamos registrando em outras audiências, o que certamente, no correr dessas discussões poderá criar uma celeuma, mas agradecemos a presença do Sr. Secretário, com toda a sua assessoria, e registramos além dos Srs. Vereadores já citados, a presença do Vereador Carlos Zarattini.

Daremos a palavra ao Sr. Secretário para fazer as suas considerações e a seguir iniciaremos os nossos debates. De ante-mão informo aos presentes que no correr desta audiência o nobre Vereador Zenas Pires dará continuidade à reunião presidindo a mesma. Tem a palavra S.Exa., o Dr. Celso Pitta.

O SR. CELSO PITTA - Muito obrigado Sr. Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Almir Guimarães, Srs. Vereadores integrantes da Mesa, Zenas Pires, Odilon Guedes, Zarattini, e senhoras e senhores.

Essa audiência entendo seja continuação da anterior que teve que ser interrompida por força do início das sessões de plenário. De forma que vou ser breve nesta minha apresentação do tema uma vez que isso já foi feito na reunião anterior. Quero destacar unicamente pontos relevantes dessa peça orçamentária que servirão para esclarecimentos por parte do público. O primeiro deles é que o orçamento está estabelecendo o equilíbrio entre as receitas e despesas, não está previsto déficit quer na parte de contas correntes, que aliás deverá ocorrer um superávit,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
N14	1	morg.	com.finanças	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

quer em relação à totalidade de receitas e despesas. É uma situação bastante diferente da que encontramos em dezembro de 92, quando o déficit era de 18,6%. No ano passado o Município de São Paulo encerrou o exercício com déficit da ordem de 8,6%. Este ano de 95 se não ocorrer o equilíbrio haverá um ligeiro superávit orçamentário o que demonstra a situação segura em que se encontra as finanças do Município de São Paulo.

Outro aspecto importante a destacar é que essa peça orçamentária no que diz respeito a despesas ela privilegia a área social, destaca para a área social uma importância ao redor de dois bilhões e 400 milhões de reais de um total de 6 bilhões e 120 milhões de reais. Com relação às despesas de custeio nós atemos aos níveis atuais. As previsões que dizem respeito ao funcionalismo elas seguem o que está estabelecido na Lei 11.722 de correção quadrimestral dos salários desde que a relação entre as despesas de pessoal e encargos e arrecadação não ultrapasse os 40% . É também uma situação bastante importante a se destacar porque enquanto a maior parte das administrações públicas estaduais está se debatendo com esse problema de vinculação de parte ou quase totalidade da sua arrecadação com a folha de pagamento e a Prefeitura de São Paulo tem unicamente um percentual de 44% da sua arrecadação vinculada à folha de pagamento, diferente do que é publicado ~~ex~~ rotineiramente agora pela imprensa com percentuais que vão de 80 a 100% e até mais de 100% e em alguns casos ~~XXXXX~~ necessitando de socorro das entidades governamentais federais tipo Caixa Econômica Federal, que liberou na semana passada empréstimos para socorrer os Estados que estavam mais em situação delicada em relação as suas folhas de pagamento. De forma que temos com isso a tranquilidade de poder fazer um programa de investimentos, programa esse que será da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 25#	do
Processo 220957	
Orador Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N14	2	morg.	Com. Finanças	23.10.95		

ordem de um bilhão e 700 milhões de reais unicamente com os recursos advindos da arrecadação, é produto da economia das despesas de custeio, associado ao aumento da arrecadação. Isso aí nos dá o que chamamos de superávit primário no ano de 94 foi de 700 milhões de reais, neste ano deverá bater cerca de um bilhão de reais. Então, é exatamente com a poupança pública que estamos fazendo essa proposta orçamentária de investimentos para o ano de 96. É um programa vigoroso de investimentos e que deverá gerar empregos, deverá gerar renda, deverá gerar atividade, deverá gerar riqueza para a nossa Cidade de São Paulo.

Essas são as considerações que julgo convenientes estar presentes nesta audiência pública, que agora deixo a palavra para eventuais perguntas e esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência registra a presença do Vereador José Índio e como havia combinado vou passar a Presidência ao Vereador Zenas Pires, dando a palavra a seguir ao Vereador Odilon Guedes.

- Assume a Presidência o Sr. Zenas Pires.

O SR. ODILON GUEDES - Boa tarde Sr. Secretário e demais presentes. Na audiência que houve na semana passada nós fizemos uma série de argumentações que o Secretário respondeu e inclusive tivemos acesso ao que foi transcrito e quero recolocar algumas questões que fizemos, para que o Secretário nos respondesse.

Primeiro, o Sr. Secretário fez uma observação sobre o funcionalismo público, mas queria dizer que a cidade de São Paulo nunca teve grande parte do seu orçamento comprometido em pagamento do funcionalismo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha nº 240957	do
Processo	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N14	3	morg.	com.financeiras	23.10.95		

porque havia lei aprovada pelo ex-Prefeito Jânio Quadros, que definia o montante a ser gasto pelo funcionalismo público, tinha um mínimo de 47% o mínimo de despesas e o máximo de 58%, já prevendo a possibilidade que se não se controlasse isso poderia se comprometer grande parte das despesas com pagamento de funcionalismo. Então, já havia alguns parâmetros estabelecidos por lei aqui na cidade de São Paulo. Acontece que o governo Maluf mudou a lei salarial em fevereiro deste ano e segundo a análise que fizemos aqui na Câmara Municipal, com uma pequena correção que queria falar ao Sr. Secretário, que ele fala que o pessoal hoje, o município gasta cerca de 44% das receitas correntes com pessoal. Segundo dados que nós levantamos essa despesa é de 39% e o que queria reafirmar aqui é que o funcionalismo público é muito importante para a cidade porque grande parte do funcionalismo público são professores e se eles recebem um mal salário, logicamente a qualidade do ensino cai. Então precisamos ressaltar que despesa com funcionalismo, como aliás hoje é uma propaganda generalizada em nosso país, como se o problema do Brasil fosse funcionalismo público, quando acho que o funcionalismo tem que receber bem porque se o funcionário público professor recebe bem logicamente ele vai desempenhar bem as suas atividades como professor, que é fundamental não só para a cidade de São Paulo como para a sociedade brasileira. A mesma coisa em relação ao médico, aos enfermeiros. Então, queria ressaltar essa questão que aqui na cidade de São Paulo o funcionalismo nunca comprometeu a questão de aumentos salariais porque havia essa lei que foi aprovada pelo ex-Prefeito Jânio Quadros. E uma segunda questão que é a seguinte, em relação ao IPTU, o Secretário na última audiência nos informou e nós sabemos disso que o IPTU não é um imposto que onera de forma extremamente pesada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 77#1	do
Processo 220957	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 1130	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N15	1	morg.	com. #finanças	23.10.95	

o bolso do cidadão , ele é um imposto que em outros municípios do Brasil taxam muito mais. E uma questão que eu indaguei ao Secretário e volto a indagar, que é a seguinte: eu tenho dito que o governo Maluf fez uma campanha na época eleitoral de desinformação em relação à opinião pública, inclusive, se vocês lembrarem, tinha outro door colocado pela cidade que ela votou no PT e tomou no IPTU. Quer dizer, insinuando que o PT tinha aumentado muito o imposto , o IPTU. E como nós sabemos, como o próprio Secretário falou, o IPTU não é um imposto extremamente oneroso. E mais, o aumento que o PT queria dar para o IPTU, a ex-Prefeita Luíza Erundina, era um aumento progressivo para penalizar quem tinha maiores propriedades com melhor construção, do que as propriedades mais humildes, como eu já me referi aqui na semana passada, acho que é extremamente justo que numa sociedade como a nossa nós precisamos taxar mais a riqueza, taxar mais a propriedade, para que a gente possa fazer justiça social. O Secretário argumentou que não era correto isso e aí eu reafirmo que realmente são concepções completamente diferentes de governo. O PT tem concepção de que precisamos taxar mais a riqueza, para que se possa fazer justiça social, aliás é que se faz nos países capitalistas avançados como Itália, França, etc., o problema é que a concepção do Sr. Paulo Maluf privilegia os ricos em detrimento da população de baixa renda.

Uma outra questão que em levantei com relação ao IPTU é que fizemos um estudo e mostramos que os Jardins, que é a região que recebe mais investimentos na cidade de São Paulo, mais de 50% no governo Maluf, em compensação é a quarta que vai ser aumentada em IPTU no ano que vem. A argumentação do Secretário na semana passada era de que em ~~la~~ relação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 784 do

Processo 220957



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N15	2	morg.	Com. Finanças	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

à planta genérica de valores havia uma correção em relação aos imóveis dos Jardins e a pergunta que faça para o Secretário é a seguinte: a conclusão agora da canalização da Av. do Córrego das Águas Espraiadas, do túnel do Ibirapuera, agora a inauguração da duplicação da Av. Faria Lima, e isso no meu entender vai valorizar em muito os imóveis da região para o ano que vem o que temos acompanhado na imprensa e o Secretário, em sua argumentação em relação ao ano que vem dizendo que nesses locais já existe uma valorização. Queria lembrar que eu e o Vereador José Eduardo Martins Cardozo entramos na Justiça para impedir a construção de uma praça próximo à residência do Prefeito, que infelizmente o Prefeito conseguiu cassar a liminar, vamos recorrer na Justiça, mas essa praça sendo executada vai valorizar aquela região também.

Então, gostaria que o Secretário respondesse essas questões em relação ao IPTU. Em relação à dívida da cidade, o Secretário fez uma argumentação na semana passada dizendo que as contas da ex-Prefeita Luíza Erundina não havia um controle, que o Prefeito Paulo Maluf que colocou em dia essas contas do município. Queria lembrar uma questões importantes. Assim que o Prefeito Paulo Maluf tomou posse, se os senhores estão lembrados, ele falou que ia nomear o atual deputado federal Delfim Neto e o ex-Presidente do Banco Central, Celso Pastore como seus embaixadores no exterior, para tomar dinheiro emprestado, porque o governo do PT nem sabia tomar dinheiro emprestado. Isso significa que o PT como são os dados que temos acompanhado não endividou a cidade como o atual Prefeito Paulo Maluf vem fazendo endividando de uma forma extremamente onerosa, e tenho dados que depois vou passar as mãos do Secretário, que são dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, em que anali-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N15	3	morg,	Com. Finanças	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

Folha nº 79 \$1 do

Processo 240958

sa a execução orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais entre 85 e 94, e, por exemplo, só para os senhores terem uma idéia, a dívida entre 92, último ano do governo PT, para 1994, que são os dados abordados aqui neste relatório da Secretaria do Tesouro Nacional, aumentou a preços de dezembro de 94, de um um bilhão, 882 milhões, 851 mil reais, para dois bilhões, 871 milhões, 720 mil reais, houve um aumento real de 51,74% da dívida, quer dizer, eu gostaria que o Secretário abordasse essa questão, porque este debate tem se tornado intenso e sempre há números diferentes e aqui é um órgão insuspeito que é do Ministério da Fazenda.

E mais um detalhe, em relação a arrecadação houve um aumento de 3 bilhões e 75 milhões de reais, para 3 bilhões e 685 milhões, um aumento de 19,85% em relação à receita. Então, enquanto a receita aumentou nem 20%, a dívida aumentou mais de 51%. São dados que eu gostaria de explicação e vou até passar às mãos do Sr. Secretário para que possa examinar com mais profundidade.

Então, primeiro isso, a atual administração vem endividando a cidade muito mais do que a administração da ex-Prefeita Luíza Erundina. Mais um detalhe, o Prefeito falava que ia nomear o Delfim e o Celso Pastorex, só que o Prefeito desconhece hoje o que acontece no mercado internacional, por isso que ele falou isso, ele é mal informado, de que se conseguiria pegar dinheiro emprestado para investimento e o que acontece hoje que a grande soma de investimentos que vem para o Brasil e hoje tem um artigo bastante extenso no jornal "O Estado de São Paulo" sobre isso, que tem entrado muitos bilhões de dólares no Brasil, mas fundamentalmente é dinheiro especulativo, são capitais voláteis e não capitais de investimento, inclusive o dinheiro que vai entrar na Prefeitura agora para cana-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 80# do
Processo 240954

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N16	1	morg.	Com. Finanças	23.10.95	Carlos Roberto Silva

Reg. 1130

lização de córregos, que é um dinheiro do BIRD, se não estou equivocado, quem começou essas negociações foi a ex-Prefeita Luíza Erundina. O que queria lembrar é que a Prefeitura, o Srl Paulo Maluf está endividando em muito a cidade. E mais um detalhe, o Secretário na última audiência ~~em~~ argumentou que o problema do endividamento principalmente é baseado em LFTM, que são baseadas em juros do mercado e que o governo federal tem praticado esses juros. Queria lembrar que relatórios já discutimos em outra ocasião que a Prefeitura de São Paulo é a que mais está se endividando no Brasil e os juros que a Prefeitura de outros municípios se baseiam eles ~~em~~ também estão baseados em juros de mercado, quer dizer, no meu entender não há justificativa para isso.

Finalmente, uma outra questão que queria fazer para o Sr. Secretário é a respeito de investimentos, o que nos acompanhamos e isso é interessante, a propaganda do Governo Paulo Maluf, que é o governo que investe, que faz obras, etc., nesse mesmo relatório da Secretaria do Tesouro Nacional tem um ~~uma~~ dado bastante importante que nós precisamos informar a todos, que é o seguinte, numa série histórica, se pegarmos de 89, o primeiro ano do governo Luíza Erundina, até 94, que é o último ano dos dados do Tesouro Nacional, o ano que houve mais investimentos foi em 90, da ex-Prefeita Luíza Erundina, 966 milhões, 902 mil reais, enquanto o governo Maluf, em 1994, investiu 866 milhões, 299 mil reais. São dados extremamente relevantes para este debate. O governo do PT é o que mais investiu na cidade, dados do Tesouro Nacional, que é importante passar isso na imprensa. Isso mostra que nós investimos mais que o governo Maluf, o problema é que governo Maluf faz propaganda na mídia de uma coisa que ele não está fazendo e só para dar o exemplo, quero lembrar que o projeto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	Processo	CONT. APARTES
NLE	2	morg.	Com. Finanças	23.10.95		Carlos Roberto Silva Rcg. 11 30	

Folha nº 81#1 do

Processo

CONT. APARTES

Carlos Roberto Silva
Rcg. 11 30

Cingapura que se fala tanto, como já coloquei aqui na semana passada, de uma promessa de 200 mil casas populares foram entregues 800 até agora, em dois anos e dez meses de governo. Falta um ano e dois meses pra se fazer as outras 199.200 casas, enquanto que no governo do PT foram feitas 42 mil casas. Quanto a creches, este ano está se fazendo uma, no ano passado não se fez nenhuma, escolas de 108 estão fazendo 4, enquanto que no governo do PT fizeram dezenas de creches, dezenas de escolas, se asfaltou mais 800 quilômetros de novas ruas e recapeou mais de mil quilômetros e se fez seis hospitais, e se pagava bem o funcionalismo público. O que quero reafirmar é que são concepções completamente diferentes de governar a cidade, enquanto o Sr. Paulo Maluf governa ligado aos interesses das camadas mais abastadas da população paulistana, investindo nos Jardins, arrojando o funcionalismo público, não investindo em creches e em educação, o governo do PT, investiu mais, endividou menos a cidade e investiu onde mora a população de menos renda na cidade de São Paulo. Essa é uma outra questão que estou levantando e gostaria que o Secretário abordasse essas questões: funcionalismo, IPTU, dívida e investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Antes das ponderações do Sr. Secretário, tem a palavra o Vereador José Índio Ferreira do Nascimento.

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Em primeiro lugar gostaria de lembrar ao Vereador Odilon Guedes que em 1990 a Prefeita nos enviou aqui uma proposta orçamentária que aumentava o IPTU em torno de 450%, em relação ao ano anterior, sem se falar na época em progressividade. Eu me recordo muito bem que depois de muita briga, 450% reais, depois de muito briga aquiescemos em ceder 125% de aumento, de 450% conseguimos descer para 125% e isso em função de acordo que fizemos em relação ao

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PROCESSO	CONT.	PARTES
N16	3	morg.	Com. Finanças	23.10.95				

Folha nº 82#1 do

Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

IPBI, que na época ela queria aumentar para 6%.

Com relação ao funcionalismo é mais uma vez lamentável o que o Vereador Odilon Guedes coloque em questão o problema do funcionalismo, porque em diversos momentos a Sra. Prefeita desobedeceu a própria lei do Jânio Quadros, quando chegou a dar 0,1% e a inflação do mês chegou a 40%.

~~Em uma época quando também houve inflação da Prefeitura nós tínhamos uma tabela~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	1	ANA	Aud. Pub.	23.10.95		

Folha nº 83 # 100

Processo 24095#

Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

Prova disso, é que quando terminou a gestão da Prefeita nós tínhamos uma defasagem em torno do salário do funcionalismo público de quase 300%. Então, não entendo: vocês têm um discurso teórico que não se aplica à prática. Pode ser que esse entusiasmo que V.Exa. tem, deverá ser para um próximo governo, que se Deus quiser não deverá acontecer.

Quanto ao problema do empréstimo, ~~hoje~~ hoje se aprova um empréstimo tanto interno como externo com muito mais facilidade. Por que? Porque a grande verdade é que a Administração do PT não tinha credibilidade. Isso são palavras da própria administração do PT, que não conseguia os empréstimo para a Cidade de São Paulo em função de a administração ser petista.

O SR .ODILON GUEDES - Se V.Exa. me der um aparte eu explico onde está se endividando o Governo Paulo Maluf.

O SR .JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Depois V.Exa fala. Então, a impressão que eu tenho é que vocês continuam com o discurso o mais lindo possível, mas infelizmente, pelo menos no decorrer de vossa administração não aconteceu nada. Quando você fala em 42.000 casas, em primeiro lugar não foram 42.000 casas. Isso não existe. Eu quero ver onde você vai me provar que vocês fizeram 42.000 casas. Vocês tiveram a complementação de quase 25.000 unidades, que eu saiba do governo Jânio Quadros que estavam semi-prontas. Então, vocês em termo de moradia, não teve um mutirão concluído, na época da Administração Erundina. É estranho. Quando vocês falam em recapeamento de mil metros de asfalto, mil quilômetros de recapeamento, de 400 quilômetros de asfaltamento, eu queria saber onde é que você foi buscar esses dados. Porque eu desconheço



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 84# do

Processo 2A0951

Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	2	ANA	Aud. Pub.	23.10.95		

totalmente. Lamentavelmente, a gente tentar participar de uma audiência técnica para discutir o que vai ser feito com os recursos dentro do próximo ano; aceito até uma situação de contraposição, agora discutir um problema eminentemente técnico ideologicamente, fica difícil.

Acho que essas reuniões técnicas que temos com as Secretarias, elas deveriam se abster a detalhes técnicos do orçamento, ao que vai-se fazer, se realmente vai ser feito. Agora, a gente vem todas as vezes aqui para assistir uma audiência técnica, e eles partem para o campo ideológico-partidário, fica difícil. Isso que gostaria de colocar. E pedir para quem sabe, se dermos um azar e vocês ganharem a eleição, vocês saiam do teórico e vão para o prático. Aí eu quero ver. Porque infelizmente não foi isso que aconteceu na administração do PT.

O SR. CELSO ROBERTO PITTA - Essas questões colocadas pelo Vereador Odilon Guedes já foram devidamente respondidas na semana passada, mas eu de forma alguma me importo em tornar a responder nesta audiência.

Ele fala, inicialmente que os dados com relação à despesa do funcionalismo em relação à arrecadação são da ordem de 39% e não de 44. Os 44% citados são oriundos da aplicação da Lei 11.722, do último quadrimestre encerrado em junho. E esses dados já estão à disposição, já foram apresentados ao Tribunal de Contas do Município para devida verificação. Quanto aos 39% do Vereador Odilon, nós desconhecemos. De qualquer forma o funcionalismo se está com o salário baixo ou relativamente baixo, é da responsabilidade do PT, que na sua administração aumentou o quadro de funcionários em cerca de 35.000 servidores. Isso também já foi dito na oportunidade anterior e eu torno a afirmar aqui trata-se de uma irres-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 85 #1 do

Processo 24095a

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N17	3	ANA	Aud.Pub.	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 130	

ponsabilidade de gestão, uma vez que os serviços públicos melhoraram, ao contrário, deterioraram-se nesse período da gestão PT. Então, houve uma aumento de funcionalismo que como resultado prático reduziu o salário médio do servidor municipal. Apesar disso, essa administração introduziu planos de carreira, reintroduziu diferenças de faixas de 5% que havia sido suprimida na administração anterior, inclusive de forma ilegal, irregular, que estava dando motivo a ações contra a municipalidade, com possibilidade quase certa de perda de todos eles; restabelecemos esse nível hierárquico; reestruturamos a carreira do ensino da educação, carreiras da administração também; o quadro da administração foi reestruturado. Nesta semana estamos enviando para a Câmara Municipal o plano da área de cultura, lazer e esportes. Estamos mantendo o atual abono de 40 reais, e o diferenciado de 50 ~~para~~ a 700 reais para carreiras não reestruturadas, até fevereiro. Toda atenção está sendo dada ao funcionalismo.

Eu lembro, igualmente que em janeiro de 93 a folha de pagamentos da Prefeitura sem encargos representava 50 milhões de reais. Neste mês de outubro ela está em 101 milhões de reais, e com um efetivo de pessoal menor em 15.000 servidores. Isso quer dizer que está havendo um aumento do salário médio do servidor, que anteriormente era na faixa de 300 a 350 reais e hoje está na faixa de 700 reais. A Administração atual está atenta a questão do funcionalismo e de forma alguma está negligenciando, muito menos a área da educação que é uma área prioritária para todos nós.

quanto à afirmação de que a lei anterior do Prefeito Jânio Quadros, a 10.888, que estabelecia uma faixa de variação de 47 a 58%, já era conveniente, é uma afirmação inverídica, porque se essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 8041 do

Processo 240952

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTADOR
N18	1	- ANA	Aud.Pub	23.10.95	Carlos Roberto	1130

lei fosse aplicada no início do ano, ela simplesmente quebriaria os cofres municipais. Ela apresentaria como resultado um aumento percentual incompatível com as possibilidades financeiras da municipalidade, razão pela qual ela foi revogada e substituída pela 11.722, atual.

A seguir o Vereador tece comentários e críticas com relação à proposta do IPTU para o ano de 96. Inicialmente quero lembrar que o IPTU ocupa menos de 10% da receita corrente projetada para o ano de 96. A maior parte dos recursos da municipalidade advem das transferências da quarta parte do ICMS, que a Cidade tem direito, da cobrança do ISS e das taxas e IPTU. O IPTU, portanto, vem em terceiro plano com 380 milhões, enquanto o ICMS representa um bilhão e trezentos milhões. Quero lembrar também que a arrecadação do IPTU foi negligenciada no último ano da Administração do PT que ao estabelecer valores-base de cobrança para o ano seguinte de 93, aplicou um redutor na base do valor venal de 30%; ou seja, o valor cobrado no ano de 93 já tinha um desconto de 30%. E com isso, esse valor venal médio ficou a 25% do valor de mercado. Essa distorção é que nesses anos da Administração do Prefeito Maluf foi corrigida. Nós mantivemos a mesma alíquota de 0,6 e as taxas, e o IPTU que passaram a ser cobrados em 94, 95 e agora em 96 estão incidindo sobre um valor venal da ordem de 60 a 70% do valor de mercado. Essa atualização do valor venal, eu volto a citar, o Art.144, do Código Tributário Nacional, que estabelece rígidos procedimentos para o lançamento de tributos. O lançamento de tributos não pode ser negligenciado, não pode ser defasado. É uma obrigação do Executivo, uma obrigação do administrador mantê-los atualizados.

Quanto a críticas do aumento da área dos Jardins é per-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 82#

do

Processo

CONT. APARTE

Carlos Roberto Silva

Reg. 11

130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N18	2	ANA	Aud. Pub	23.10.95	

centualmente menor que outras áreas da Cidade, sendo que a área dos Jardins é a que está sendo beneficiada com as obras recentemente entregues à população, eu quero lembrar aqui que ^{isso} está assim refletido na Planta Genérica de Valores proposta para o ano de 96. Estará também para o exercício de 96 projetado para o ano de 97, quando outras obras também nessa mesma área passarão a provocar um aumento de valorização de imóveis. Agora mesmo inauguramos o trecho do Largo da Batata até Pedroso de Morais, que não era obra do PT, nem iniciada pelo PT, que era contrário, do ponto de vista do PT, mas que já vai provocar uma valorização crescente, uma geração de atividades naquela área. Quanto a túneis, outras obras viárias, tudo que se refere a aumentos imobiliário é captado por esse processo de atualização da Planta Genérica de Valores.

A questão da progressividade. Eu volto a lembrar aos senhores que o IPTU — é um imposto que incide proporcionalmente à riqueza, de acordo com o que é estabelecido inclusive na própria Constituição Federal, que diz que os tributos têm que guardar uma relação direta com a capacidade contributiva do cidadão. Isso acontece com o IPTU, embora mantendo-se uma alíquota única, ela é aplicada em cima de um valor diferenciado. À medida que existem imóveis com maiores valores, o valor absoluto do IPTU é maior. O que nós discordamos insistentemente é a cobrança de uma sobretaxa de um sobrepreço, representados por uma taxa geométrica das alíquotas incidentes sobre aquelas propriedades de maior valor. O que se pretende não é desestimular a formação de ~~uma~~ riqueza, não é desestimular a formação de patrimônios. O Vereador afirma que justiça social se faz taxando os ricos para distribuir para os pobres; a justiça social se faz com um programa de governo consistente, com investimen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PROCESSO	CONT. APARTE
N18	3	ANA	Aud. Pub.	23.10.95		Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

Folha nº 88 # 1 do

Processo 220952

tos direcionados para a área social, com uma política tributária onde todos pagam, todos pagam menos e não uma pequena percentagem da cidade, uma pequena percentagem da população arque com a totalidade do ônus tributário. Essa é uma visão equivocada, uma visão socialista que felizmente está sendo ultrapassada.

Vamos falar da questão do endividamento e da afirmação de que as contas da ex-Prefeita Luiza Erundina foram passadas em ~~absoluto~~ absoluto equilíbrio. Já não vou repetir o fato de que em 92 a execução orçamentária foi fechada com déficit de 18,6%, um dos maiores da Cidade.

~~que nesse mesmo ano~~ ~~Refo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 89 # do
Processo 22095

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	1	baah	Aud. públ.	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

Eu vou citar também que nesse ano havia em déficit em conta corrente de 290 milhões de reais. Hoje estamos com um superávit de 700 milhões de reais. Eu cito, como já falei na reunião anterior, que a arrecadação da Cidade está em grande declínio, quer propositadamente, como foi feito EX no caso do IPTU, quer por negligência administrativa quando se deixou que a participação da Cidade no bolo da arrecadação do ICMS caísse de um percentual de 30% para 24%. Isso foi obra da administração do PT, um descaso total com relação às finanças do município de São Paulo. Assumimos aqui em janeiro de 1993 e havia dívidas acumuladas correspondentes a dois meses e meio de arrecadação. Havia uma dívida junto ao Governo Federal cujo pagamento havia sido interrompido desde setembro de 1991. Tivemos que repactuar essa conta e reiniciar o pagamento sendo que a maior parte desse pagamento é justamente da área habitacional, produto da má administração de financiamentos a pessoas que não tinham condições de arcar com o mesmo mas que foram ~~XXX~~ ~~XXXXXXXXXX~~ beneficiadas politicamente por esse programa da administração anterior e que está sendo pago por toda a sociedade agora. Eles não repagaram e a Prefeitura, para honrar o seu compromisso com a Caixa Econômica Federal está repagando aproximadamente 850 milhões de reais que foi esse débito da COHAB. Isso não é levando em conta quando se diz que nós estamos fazendo investimento. Isso é conta da administração anterior. Não é verdadeira, não é procedente essa história de que as contas estavam em ordem no final do governo PT. Quanto à questão do relatório da Secretaria do Tesouro Nacional eu quero parabenizar o vereador porque de fato os dados que dizem respeito ao endividamento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 90^{da} do
Processo 220/95
Reg. 1130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	2	beth	aud. públ.	23.10	Carlos Roberto Silva	

coincidem com a questão de aproximação com que eu ~~me~~ já havia informado aqui a semana passada e que está registrado nos Anais da Câmara Municipal. Ele informou que, de acordo com o relatório que se usou a dívida entre o ano de 92 e a presente data evoluiu 51%. Os nossos dados da Secretaria de Finanças apontam para 47,92%. O que o Vereador ~~Anão~~ cita e que está aqui, no Relatório é que no período PT essa dívida aumentou 98%, desculpem, 99,3%. Na época do Governo Jânio Quadros, em 1988, último ano da gestão Jânio Quadros, o débito total da Prefeitura era de 1 bilhão, 271, em termos de reais, atuais. Quando nos foi passado o Governo esse débito era de 2 bilhões, 534 milhões de reais. Estão aqui os dados, à disposição, não me importo de repetir. O único dado que eu contesto, não sei qual é a ~~fonte~~ fonte é o dado relativo à receita. É informado que a receita aumentou 20%. Ora, todos sabem que o orçamento da Prefeitura hoje está em torno de 4 bilhões. Só o receita corrente está em torno de 4 bilhões, 250 conforme o informado pela secretaria de finanças à Câmara Municipal e com realização até o Mês de setembro. No final do governo PT essa ~~arrecadação~~ arrecadação era em torno de 2 milhões e cem. Quer dizer, qualquer funcionário da Câmara, qualquer iniciado da Prefeitura está sabendo desse dado. Na realidade, o aumento foi superior a 100%. O dado que eu tenho aqui e que está registrado também é 127%. Há um equívoco em relação ao aumento da arrecadação. Não aumentou 20%. Aumentou 127%. E por conta disso a relação entre o endividamento e a arrecadação é hoje muito mais favorável do que era na época do PT. Em 1992 essa relação entre o total da dívida era de 1,22. Agora essa relação caiu para 0,28. Esses dados já foram apresentados ~~aqui~~ aqui ~~XXXXXX~~ XXXXXX



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 91 # do
Processo 240957

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N4	3	betg	aud. públ.	23.10X	Carlos Roberto Silva	Reg. 1 130

já foram apresentados aqui na semana passada. Outra informação que eu preciso contestar ~~mais~~ uma vez é de que a Prefeitura embora tenha anunciado no início da gestão esforços no sentido de paptar recursos no exterior não o tenha ~~conseguido~~ conseguido não é procedente porque nós assinamos no início do ano um contrato com o Banco Interamericano no valor de 550 milhões de dólares no qual a Prefeitura participa com 45% e o Banco Interamericano com 55% para a canalização de córregos e Fase II. Não é verdadeira a afirmação de que foi iniciado pelo Governo do PT. Não! O processo já estava até extinto, arquivado na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. Foi a época que assumimos. Tivemos que restabelecer todo esse processo de financiamento. Hoje estamos em fase final de discussão para outro financiamento para o Projeto Cingapura de 250 milhões de dólares dos quais a Prefeitura participará com 100 e o Banco Interamericano com 150. O propósito do Projeto Cingapura - volto a lembrar o que havia dito anteriormente - o número de unidades entregues ~~para~~ pelo projeto Cingapura é um dos dados relevantes do projeto pois trata-se de iniciativa de melhoria de qualidade de vida e da situação das populações faveladas. A média estatística comprovada é de que para cada habitação entregue ~~ou~~ ou contruída existem outras 4 igualmente beneficiada por arruamentos, por serviços de coleta de lixo, abastecimento de água e outros serviços públicos de interesse da comunidade. Então, na realidade é uma concepção diferente daquela que ~~era~~ simplesmente pegava o cidadão numa determinada vizinhança e o deslocava para 40, 50 km daquele local originalmente do que ele se encontrava com prejuízo de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 92#1 do
Processo 240953

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
N4	4	beth	aud. públ.	23.10	Carlos Roberto Silva	Reg. 1130

geração de renda, de emprego, etc. Esse projeto Cingapura tem no seu bojo de concepção a integração do cidadão à comunidade e não simplesmente aliená-lo a uma distância a que ele não mais será capaz de trabalhar dentro da sua periferia. Insiste o Vereador ao afirmar que nós endividamos a cidade. Evidentemente que basta uma consulta aos Anais das contas da Prefeitura para verificar que os títulos que nessa época que foram - estou falando da dívida fundada, da dívida mobiliária, uma vez que a dívida contratual já me referi e que é a parte de contra toa externos, de bancos interamericanos e contratos internos, basicamente esses da COHAB com o Governo Federal que não foi honrado pela administração anterior. Mas com relação à dívida mobiliária os títulos que foram emitidos nessa administração foram solicitados pelo próprio PT em setembro de 92 para o exercício seguinte. Foi uma solicitação do próprio partido dos trabalhadores que originou a emissão de novos títulos que, aliás, não têm nada de mais pois são títulos destinados a pagamento de precatório judiciário. É uma emissão prevista de acordo com o art. 33 da Constituição Federal e amplamente fundamentado. Outra crítica que não foi dessa vez citada pelo Vereador mas eu faço questão de enfatizar é que o produto da venda desses títulos estaria sendo direcionado para outras finalidades que não o pagamento dos próprios precatórios. Inclusive isso já foi objeto de exame pelo Tribunal de Contas do município que manifestou-se contrariamente a uma moção de protesto do PT. Isso foi levado a ministério público que cassou uma liminar nesse sentido. Enfim, o Banco Central e o Senado Federal que são as entidades oficiais, atentas e responsáveis por essa questão de endividamento a cada semestre examinam as contas da Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 93#	do
Processo 240957	
Reg. 11130	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N4	5	beth	aud. públ.	23.10.	

e a cada semestre atestam a veracidade dessa minha afirmação.

Evidentemente que a questão de juros que inside sobre o saldo devedor é fácil de se entender. À medida em que nós temos na economia um juro que incida na base de 30% sobre o saldo devedor, mesmo que ou o Município, ou a pessoa física, ou a empresa amortize algo como 11%, 12% ou 15% essa dívida cresce por força da incidência desse saldo devedor. Aliás não é essa outra a razão pela qual estão reunidos os Estados em Brasília para ~~REPACTUAR~~ repactuar essas dívidas que foram desmesuradamente acrescidas por conta da política dos juros altos do Governo Federal. Inclusive isso deverá beneficiar a própria Cidade de São Paulo pois eles não podem dar um tratamento diferenciado a estados e outro a município. Esses são os esclarecimentos que gostaria de deixar mais uma vez registrados.

O SR. ALMIR GUIMARAES - Se porventura houver mais alguém interessado em questionar com o Secretário das Finanças pode-se inscrever com o Gilberto que está ali atrás. Vereador Odilon Guedes, quer V.Exa fazer mais alguma colocação?

O SR. ODILON GUEDES - Só para esclarecer algumas questões. O Vereador José Índio falou que os mutirões não foram concluídos. Grande parte dos mutirões estavam para ser concluídos. Só que numa atitude política e contra os interesses da Cidade o Sr. Paulo Maluf cortou as verbas do mutirão. Houve dois problemas nos mutirões com relação à idoneidade e o próprio PT fez um Boletim de ocorrência na época que administrava, contra pessoas que estavam administrando mal. Dois mutirões onde eram dezenas. Então, precisa ser esclarecido isso porque o que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Nº 9	I	beth	aud. públ.	23.10		

Folha nº 94 #1 do
Processo 22095
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

nós temos notado no debate político da Cidade e o que tem marcado o Governo Maluf é que se fala uma coisa e se faz outra. Quero esclarecer ao Vereador José Índio que com os mutirões a realidade é essa. Não adianta vir aqui falar outras coisas porque não são realidade. Quem parou com os mutirões foi o Governo Maluf que, aliás, ficava muito mais barato do que outro tipo de construção. Essa é a primeira questão. Nós questionamos o Projeto Cingapura é nisso. Vamos prestar atenção. O atual governo diz que são 200 mil casas populares e construiu 800 até agora. Esse é o problema. Dinheiro para fazer grandes obras não faltou. Agora, para construção de casas populares essa é a realidade, inclusive afirmada pelo próprio secretário. Foram 800 apartamentos entregues. Esse é o problema. Não estou nem discutindo o mérito do projeto. O que estou discutindo é que se fala muito e se faz muito pouco. Com relação ao funcionário público o Sr. Secretário fez uma argumentação e o Vereador José Índio também dizendo que houve uma deterioração. Ora, vão visitar creches, hospitais e escolas e perguntem como era na época da Prefeita Luíza Erundina e como é que é hoje, a merenda, o atendimento. Vão lá e perguntem. Nem vou responder. Para saber o que é a deterioração do serviço público que eu já cansei de escrever relatório para o secretário da ~~MANUTENÇÃO~~ educação, saúde, para mostrar a deterioração total que está havendo. Só queria mostrar que essa visão minha de IPTU progressivo não é socialista. Socialismo é acabar com a propriedade privada. Estou defendendo aqui o que já se cansou de fazer nos países mais desenvolvidos, capitalistas. Você tem que taxar progressivamente a riqueza e ~~XXXXX~~ percentualmente tem que pagar mais do quem paga menos. Não é do ponto de ix



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 571 do
Processo 240952

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAS
N19 2	- beth	aud. públ.	aud. publ.		Carlos Roberto	1130

de vista absoluto. Lógico que um cidadão que tem uma casa que vale 10 mil reais tem que pagar muito menos, proporcionalmente do que aquele que tem uma que vale um milhão de reais. Não é do ponto de vista absoluto. ~~Para~~ Proporcionalmente tem que pagar mais para que se faça justiça social, para investir em educação, saúde, etc. Isso é do ponto de vista do esclarecimento.

~~para duas questões que se tornam importantes~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 96 do

Processo 24952

CONT. APARTE
Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N5	1	regina	Com.Fin.Or.	23.10.95	

E só para duas questões que eu acho que sejam importantes, que são as seguintes: o Secretário afirmou, com relação à dívida e à arrecadação. São dados, pessoal, que eu passei ao Secretário e que são do Tesouro Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional. E aqui é claro que a arrecadação... Primeiro, o Secretário falou que as receitas do Governo da ex-Prefeita Luiza Erundina estavam se deteriorando. Os dados do Tesouro Nacional são os seguintes: 1988, o último ano do Jânio, a arrecadação foi 2 bilhões 426 milhões; primeiro ano da Luiza Erundina, 2 bilhões 691 milhões; segundo ano, 2 bilhões 700 milhões; terceiro, 3 bilhões 450 milhões. Houve um acréscimo contínuo, depois houve queda em 1992 por conta do IPTU, caiu para 3 bilhões e 75 milhões, e em 1993 houve queda novamente para 2 bilhões 976 milhões. E depois houve crescimento relativamente no mesmo patamar de 91. Quer dizer, não houve essa deterioração desde o início do Governo, houve por contingências, porque a Câmara vetou o aumento do IPTU, que no fundo, no meu entender, era uma questão política porque como o PT estava indo muito bem na Administração Municipal, a Câmara resolveu cortar o aumento de arrecadação porque queria impedir o PT de fazer mais investimentos. Enquanto a arrecadação entre o Governo do Jânio e da Luiza Erundina, de 1988 até 1992, que foi o último ano da Luiza Erundina, aumentou de 26,75%, a dívida contrariamente ao que o Secretário falou, nesses dois anos, no último ano do Jânio para o último ano da Luiza Erundina, aumentou 21,99%. Eu não vou ficar mais aqui contestando o número do Secretário, porque são dados do Ministério da Fazenda e quem quiser, estão na minha mão, não vou mais ficar discutindo números, porque não vou ficar discutindo a fonte porque é digna, não vou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha nº 24095 do
 Processo 24095
 Carlos Roberto Silva
 Reg. 1130
 CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
N5	2	regina	com,fin.	23.10.95	

discutir mais os números. Acho que esta fonte é digna de confiança e não discutirei mais sobre isso. Quer dizer, o problema que nós temos, para resumir, é o seguinte: o Governo Paulo Maluf faz propaganda na televisão de uma forma, como por exemplo, este ano aqui, volto a falar, foram aprovadas 54 creches, estão se fazendo uma; 108 escolas, estão fazendo quatro. Esses são os números reais e não adianta apresentar mais meia-dúzia de creches que cada uma gastou mil reais, dois mil, que isso daí deve ser a placa porque não começou até hoje. Essas questões quero deixar claras.

E o Vereador José Índio precisa conhecer melhor a cidade, precisaria visitar escolas, hospitais para saber o grau de deterioração que estão acometendo esses aparelhos públicos. Essa é a grande questão.

E os dados que tenho aqui, do que o PT asfaltou de ruas novas, se V.Exa. for na periferia irá ver quanto que o PT asfaltou.

O SR.ZENAS PIRES - O Sr. Secretário vai fazer um esclarecimento, Vereador José Índio. (Pausa).

Tem a palavra o Vereador José Índio e depois o Secretário Pitta.

O SR.ODILOM GUEDES - Com licença, por favor, para uma última questão.

Sobre a questão do indvidamento, no fim do ano passado entrei no Ministério Público Federal com representação porque nós dizíamos que a Prefeitura emitiu títulos precatórios, em vez de pagar indenização estava usando em obras. E aí o Ministério Público Federal nos informou que deveria ter entrado na esfera estadual e posteriormente, eu e o Vereador José Eduardo, entramos. O que eu queria que o Secretário me informasse é o seguinte: estou aqui com uma relação que foram emitidos 628 milhões, 116 mil 692 reais de títulos precatórios. Os pagamentos foram 227 milhões,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 984 do

Processo 220/957

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	3	regina	com.fin.	23.10.95	Carlos Roberto Silva	Reg. 11130

216 mil 630. Deveria haver saldo em caixa de 400 milhões 899 mil. Só que segundo o balanço do Diário Oficial do Município, do dia 31 de dezembro, o saldo em caixa era de 100 milhões, quando deveria ser de 400 milhões pelos dados que nós temos aqui, do que foi emitido, e do que foi pago. Então ~~isso~~ procede, inclusive o Ministério Público, e não está arquivado, eu queria só informar ao Secretário, quer dizer, a representação continua no Ministério Público, e eu não entendo essa questão. Como é que pode ser isso: se foram emitidos 628 milhões, foram pagos 227 milhões, tinham de ter saldo de caixa de 400 milhões 899 mil 861 reais, e tinha dia 31 de dezembro, segundo dados do Diário Oficial do Município, um saldo de 100 milhões? Quer dizer, está faltando 300 milhões no saldo de caixa. Gostaria que o Secretário nos explicasse para que possamos nos informar melhor onde ~~foi usado esse dinheiro~~ foi usado esse dinheiro do precatório judicial.

O SR.ZENAS PIRES - Primeiro fala o Vereador José Índio e depois o Sr. Secretário.

O SR.JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Com relação aos mutirões o Vereador Odilon Guedes simplesmente confirmou que, de fato, não concluíram nada. E no decorrer da Administração atual...

O SR.ODILON GUEDES - Isso é jogo de palavras, Vereador. Desculpe-me.

O SR.JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - O senhor vai deixar eu falar? Porque as palavras são de V.Exa., Vereador Odilon Gudes, pois realmente não concluíram. Deixaram quase concluídos, essas foram as palavras textuais de V.Exa., e, de fato, não concluíram nada. Como também não começaram nada, essa é a grande verdade. Quanto às creches, posso



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 99# do

Processo 240954

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N5	4	regina	com.fin.	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11	30

dizer a V.Exa. que fui por diversas vezes em muitas creches, na época da Administração Erundina e continuo indo as creches, hospitais porque faz parte do meu trabalho como Vereador. Eu cansei de receber milhares de reclamações, eu cansei de escutar falar por parte da própria administração da extinção das creches conveniadas, e hoje vocês fazem uma política totalmente diferente; eu cansei de fazer apelos ao Secretário de Finanças Amir Khair, na época para reajustar ou contemplar um pouco principalmente as creches conveniadas, que a administração anterior queria extinguir. Eu gostaria de falar, eu esqueci, e o Secretário falou corretamente, que esses 5% que vocês deduziram no pagamento do funcionalismo público, esse amor que vocês têm ao funcionalismo público, está provado também que os 5% que vocês deduziram, de auto-recreação, contrariando a legislação, quer dizer, de uma forma totalmente irregular que alguém lá na frente vai ter de pagar, porque eles já ganharam inclusive em primeira instância e alguém, lá na frente, vai ter de arcar com a irresponsabilidade da Administração Erundina. Enfim, eu não me lembro de alguma obra de porte, de vulto que a Administração passada tenha concluído. Quer dizer, os mutirões estão aí, sem serem concluídos, ~~por~~ estão. Por que? Porque houve um impedimento que foi aplicado pelo Tribunal de Contas e a prova é que até assassinatos já passaram a ocorrer. numa prova "in contesti" que a coisa é de uma desorganização total. Eu vi a prestação de conta dos mutirões em papel de padaria. Vocês deram 800 mil cruzeiros, na ocasião, que era dinheiro prá chuchu, para um elemento construir um Centro Comunitário no Rodolfo Pirani, e o cara simplesmente sumiu e até hoje ninguém respondeu por esses 800 mil! Eu não me lembro quanto era na época, mais era uma importância em torno de 800 milhões



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 1004 do

Processo 220953

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G1	1	regina	com.orç.	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

de cruzeiros. E até hoje ninguém respondeu pelas irregularidades que vocês fizeram através do MOVA! É disso que vocês precisam se lembrar. Agora, você insiste em levar uma discussão totalmente técnica para o lado ideológico. Então eu vou continuar respondendo para você ideologicamente também.

O SR.PRESIDENTE (Zenas Pires) - Tem a palavra o Secretário Celso Pitta. Registramos a presença do Vereador Mohamad Mourad. Em seguida, o Vereador Carlos Zarattini vai questionar algumas coisas.

O SR.SECRETÁRIO CELSO PITTA - Existe uma outra afirmação do Vereador Odilon Guedes, da sua primeira intervenção, eu havia anotado aqui, e por lapso não citei na minha explicação anterior, e é com relação aos investimentos. O Vereador afirmou que se investiu mais na época do PT do que o que se investe hoje na Administração do Prefeito Maluf. Não é verdadeira a afirmação. Nós temos aqui os dados relativos ao desempenho de investimentos dos anos 89 a 92. Totalizaram o equivalente a 2 bilhões 38 milhões(?) de reais, o mesmo período de 93, com a proposta de 96, dará um total de 4 bilhões e 86 milhões de reais, ou seja, 100% mais do que o PT investiu. Se quisermos trabalhar só com dados realizados, nos três primeiros anos da administração do PT, foram aplicados 1 bilhão 461 milhões em projetos; e na nossa administração 2 bilhões 735. Novamente estamos na vizinhança dos 100%. Então, se investiu no Governo Maluf mais do que o dobro do que se investiu no Governo do PT. A taxa de investimento, e eu volto ao tema da nossa audiência pública, que é a proposta orçamentária do ano de 96, a taxa de investimento da Prefeitura é de 26,4%, 1 bilhão 700 milhões de reais serão investidos. O orçamento da União, o orçamento federal irá gastar 5%, o que corresponde a 8 bilhões; e nós vamos gastar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G1	2	regina	com.orç.	23.10.95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	Processo 220654

tar 26,4, correspondete a 1,7 bilhões e isso com recursos próprios, não lançando mão de operações financeiras ou endividamento como prefere falar o Vereador.

Outra coisa também é a questão, em que insiste o Vereador, das contruções populares, da meta das 200 mil casas contra a realização das 800 casas do projeto Cingapura. Eu volto a lembrá-lo que as 800 unidades do Projeto Cingapura estão sendo executadas com recursos unicamente da municipalidade, não se tem aí um tostão de financiamento, quer da Caixa Econômica Federal, quer de qualquer entidade financiadora, são recursos orçamentários. O que não foi feito na época do PT, na época do PT, era cômoda, foram na Caixa Econômica Federal penduraram a Prefeitura e não pagaram e agora estamos pagando o que eles não pagaram. Soma-se aí a conta...

O SR. JOSÉ ÍNDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Isso depois de uma Comissão de Vereadores se dirigir à Brasília para poder forçar a Caixa Econômica ceder porque eles não queriam ceder.

O SR. SECRETÁRIO CELSO PITTA - Muito bem, tomaram o dinheiro e não pagaram. Hoje nos orgulhamos de manter as contas rigorosamente em dia, nós pagamos as nossas contas e as contas deles, porque afinal de contas a municipalidade é única. Mas essa conta do setor habitacional tem que ser levada em conta, essa conta financeira herdada do PT.

Bom, outra observação que o Vereador faz com bastante veemência é que ele vem entrando na Justiça contra o Executivo com relação a endividamento, com relação a saldos de caixa, com relação a questões de ordem financeira. Toda vez que o PT entra na Justiça com relação a esse assunto ele perde. Tanto perde que está sendo processado por denúncia e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 027 do
Processo 220957

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ARTOS	Roberto Silveira
G1	3	regina	com,fin.	23.10.95		Reg. 1130	

difamação em uma das ações que já foi extinta. Todas essas denúncias e acusações com relação ao uso indevido do produto da ~~venda~~ venda de precatórios, foram submetidos ao Tribunal de Contas do Município, foram examinados e considerados improcedentes e objeto de elogios a nossa Administração Financeira. A mesma coisa foi feita com relação ao Banco Central, a mesma coisa foi feita com relação à Justiça. Insiste Vereador nessa tese sabendo que ela não é procedente de antemão.

Bom, era isso que eu gostaria de esclarecer.

O SR. CARLOS ZARATINI - Boa tarde Srs. Vereadores, boa tarde Sr. Secretário.

Eu gostaria de pegar aqui um aspecto da proposta de orçamento, que diz respeito ao FUNCOR. Está destinado no Orçamento cerca de 13 milhões de reais, pouco mais de 13 milhões de reais para o Fundo dos Corredores. ~~_____~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRAD. OC. CSSC	CONT. APARTE
G17	1	raimundo	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva Reg. 11/30	

Folha nº 1034 do

... A primeira questão que eu queria levantar é por que está sendo destinada essa verba ao FUNCOR (?), haja vista que pelo que foi acertado no Programa de Corredores da Prefeitura de São Paulo, as empresas contratadas, vencedoras das licitações, deveriam buscar créditos para financiar suas obras e a compra de veículos - os quais, pelo que estava se acertando ~~pelo~~ com o BNDES só começariam a ser ~~pagos~~ pagos dali a 2 anos, ou seja, no próximo Governo. Neste Governo não seria pago.

Portanto, o FUNCOR, não deveria haver nenhum ressarcimento da parte da Prefeitura a essas empresas nessa primeira etapa, na etapa de construção dos corredores. Então, o que ocorre é que estão sendo alocada uma verba de 13 milhões no FUNCOR, ou seja, ~~xx~~ não sabemos que finalidade tem.

Da mesma forma, por outro lado, na questão de corredores, existe a verba de um milhão e 400 para a racionalização, modernização de terminais; mais 500 reais mil reais para construção do terminal da Penha e 4 milhões e meio para manutenção de corredores e terminais, ou seja, o que deveria ser executado pelas empresas privadas, através de recursos obtidos no mercado, está sendo alocado com verba da própria Prefeitura, do próprio tesouro.

A outra questão que queria deixar aqui é em relação à questão do subsídio para o transporte, onde está prevista a verba de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 104# do

PROCESSO 2209534
CONT. APART.Carlos Roberto Silva
Reg. 1130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
G17	2	raimundo	Finanças	s23-10-95	

62 milhões e alguma coisa. Esses 62 milhões, pelas nossas contas, representam um subsídio de ~~12~~ 3 centavos por passageiros, certo.

É interessante observar que a tarifa de ônibus sofreu um reajuste real, de janeiro de 93 até agora, de 161% e o valor pago às empresas, quer era de 30 centavos no início do Governo Maluf, ~~maior~~ de 30 centavos de dólar, passou a 72 centavos de dólar, no valor atual. Ou seja, um reajuste de 140%, ~~e~~ isso ao mesmo tempo que houve um aumento da receita por conta do aumento de passageiros transportados em 17%, de 93 a 95, e um aumento de apenas 9% na quilometragem percorrida.

Então, o que nos parece é que há, da parte das empresas, um aumento de recursos bastante grande, um aumento de receita bastante grande pelo próprio aumento de tarifa. E o valor pago às empresas praticamente vem sendo pago ~~praticamente~~ a conta do aumento das tarifas.

Então, a minha pergunta é por que se coloca um subsídio a mais - na verdade, um subsídio às empresas - de mais 3 centavos por passageiro, que representa um custo ao tesouro de 62 milhões de reais para o ~~x~~ ano de 96.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Antes da resposta do Sr. Secretário, queremos registrar aqui a presença do Vereador Edson



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 105# do

Processo 24095#

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
G17	3	raimundo	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva	Reg. 11 30

Simões. E para que ~~x~~ fique registrado, chegou aqui para nós Orçamento de 1996, evolução real de investimentos - em 1988, um bilhão e 80 milhões de reais; em 1992, 691 milhões; em 1995, um bilhão, 104 milhões e em 1996, um bilhão, 616 milhões de reais.

O SR. ODILON GUEDES = Qual é a fonte, poderia dizer ?

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - A fonte tem que ser oficial, essa é a fonte correta.

O SR; _____ - São os balanços da Prefeitura.

O SR. ODILON GUEDES - Só queria ~~x~~ esclarecer que em 1996 vai acontecer ainda, não dá para comparar o que aconteceu com o que vai acontecer ainda.

O SR. CELSO PITTA - Eu vou responder ao ilustrê Vereador Zarattini, na medida do meu conhecimento sobre o ~~x~~ setor transporte. Eu já verifiquei aqui na Mesa, haverá ~~uma~~ uma audiência específica com o Secretário de Transportes, onde esses assuntos poderão ser recolocados e ter um detalhamento de informação maior do que eu possa esclarecer. Mas alguma coisa a nível conceitual eu tenho condições de informá-lo. Primeiro, com relação ao FUMCOR. Esse FUMCOR é produto de uma lei aprovada na Câmara Municipal, que estabelece um fundo orçamentário para a execução desses corredores de transporte; não é uma execução de des-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 106 # do

Processo 24954

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	4	Raimundo	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva	Rcg. 11130

pesa, ele não é um ressarcimento de despesas que serão feitas pela operadora particular no x ano de 96, é um fundo de reserva que é criado através dessa legislação que instituiu o FUNCOR, é um fundo reserva, não é um fundo para despesa.

Quando à existência de subsídios de 3 centavos por passageiros ela é x decorrente da gratuidade oferecida a idosos, a estudantes, a descontos de outra natureza e também prevista na legislação. É um resultado, digamos assim, oriundo da própria gratuidade que o poder público estabeleceu para determinadas categorias de passageiro.

Quando ao aumento da receita para as empresas, lembro unicamente que foi alterada a base de cálculo anteriormente existente no contrato das operadoras privadas; antes de 93 o pagamento era feito por distância percorrida, independentemente da existência de passageiros; hoje, esse pagamento é feito por passageiro efetivamente transportado. A tarifa vem sendo mantida e essa manutenção envolve, como eu disse, uma diferença entre o que efetivamente é pago pelo passageiro pagante e o que a Municipalidade oferece de gratuidade.

Subsídios ao setor de transporte são de 2 naturezas, primeiro, a própria herdeira da CMTA, a SP Transportes, que tem na sua
que
folha funcionários com estabilidade, x tem nas suas contas contratos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 12 # 1 do

Processo 240672

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
017	5	Raimundo	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

financeiros que têm que ser honrados e que tem ainda como encargos todos os inativos da extinta CMTC, que recebe salário integral por tempo indeterminado. Essas 3 categorias de gasto impõem um repasse do tesouro municipal à CMTC e a outra parte é essa gratuidade. São as informações que posso oferecer. Acredito que o Secretário ~~Imi~~ Toledo tenha um detalhe maior e acredito que seja conveniente a representação dessas questões na audiência sobre o setor de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - Para complementar o que o Secretário está dizendo, a audiência da Secretaria Municipal de Transporte vai ser dia 07 de novembro, às 10h da manhã.

E vai fazer aqui um questionamento também, para encerrar esta nossa Audiência, o Marcos Afonso Oliveira, Presidente do Sindicato dos Comerciários.

O SR. MARCOS AFONSO OLIVEIRA - Vereador, Zenas, eu sou diretor de Relações Sindicais do Sindicato.

Secretário, para o Orçamento de 96, consta no nosso orçamento a previsão de conclusão das obras do Complexo Jacu Pessego, uma indagação?

A outra indagação, Sr. Secretário, é no que se refere a esse financiamento do BIRD para a canalização desses 13 córregos e também para a implantação das avenidas de fundo de vale. Esse contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 1087 do
Processo 220/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL6	1	Raimundo	n	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130

já foi assinado ? E se já foi assinado, Secretário, em relação a implementação dessas obras aqui na Cidade, já tem alguma coisa em andamento ? É só.

O SR. CELSO PITTA - Bom, pela última, queé mais fácil.

O Banco Interamericano já liberou 10% do valor do financiamento. Esse valor se encontra numa conta do Banco do Brasil, em nome da Prefeitura, e ela é movimentada de acordo com a execução do próprio projeto. Várias licitações já foram feitas. Acredito que algumas das obras, inclusive, já foram inclusive iniciadas, por conta dessa fase II do projeto.

O complexo Jacu pêssego vai ser concluído no ano de 96.

O que está na ~~proporção~~ Proposta Orçamentária é para a sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Zenas Pires) - O Vereador Edson Simões quer quæstionar.

O SR. EDSON SIMÕES - Queria aproveitar a oportunidade, eu deixei algu mas perguntas pendentes, mas não trouxe a minha pasta aqui no final da última reunião, onde tinha anotado, mas uma delas que queria um esclarecimento técnico, por sinal, antes do esclarecimento técnico, quero colocar aqui uma observação que o depoimento do Secretário me surpreenden, porque normalmente a gente está acostumado com economista, administrador e na hora de fazer a apresenção há deter-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 109# do

Processo 240952

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL6	2	Raimundo	Finanças	23-10-95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

minadas dificuldades do técnico e o senhor se saiu muito bem, pelo menos naquela última reunião, porque nesta eu cheguei atrasado, infelizmente. Mas uma das perguntas que queria fazer é a seguinte: ficou aquele debate devido a antiga administração, atual administração, sobre obras incompletas, obras que não são concluídas. Eu queria fazer uma pergunta técnica para o Sr. Secretário, para ficar mais fácil. Uma obra do tipo dos túneis que ficaram parados na Gestão passada, que foi iniciada pelo Jânio Quadros, obras inclusive, na época, polêmicas quando Jânio Quadro resolveu fazer, ~~deixar~~ devido ao problema do meio ambiente, do Parque Ipirapuera, etc. e outras discussões. Estou falando isso porque estava aqui na Câmara até 88 e essa discussão foi polêmica, mas no final ele iniciou a obra. Qual o prejuízo que traz para as finanças do Município, além dos prejuízos para a sociedade, obras ~~par~~ daquele tipo paradas durante 4 anos?

O SR. CELSO PITTA - Bem, muito obrigado, ~~mas~~ Vereador Edson Simões, sobre sua observação com relação às nossas informações. Acredito que procuro sempre esclarecer numa linguagem a mais acessível possível essa matéria tão controversa e complexa, que Finanças, é ~~uma~~ uma questão muito árida, mas a gente se ~~for~~ esforça por torná-la mais transparente, mais entendível cada vez mais.

Quanto ao prejuízo dessas obras paralisadas, nós temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Processo	Folha nº 110 # 112 do
616	3	Raimundo	Finanças	23-10-95		Carlos Roberto Silva Reg. 11130	200/95-2

que conceituark primeiro o que foi arrecadado do contribuinte, o que aplicado nessa obra, ou nas diversas obras que foram paralisadas e que não geraram benefícios. Então, temos um valor X reais, um valor bastante raazoável, sobre os quais incidirão juros e sobre os quais não se advém nenhum benefício de caráter social. Esse é o prejuízo de ordem social e financeiro.

Agora, sobre o ponto de vista financeiro, acresça-se a isso multas contratuais. Essas obras que foram retomadas, para serem retomadas, tiveram que ter seus pagamentos, que estavam suspensos, serem colocados em dia e para colocar esses pagamentos em dia a Prefeitura teve que pagar multa por atraso de pagamento. Então, foram juros, multa, correção ~~monetária~~ monetária, falta de geração de benefício que a cidade toda pagou. Então, é, de fato, uma má administração, uma postura irresponsável simplesmente a paralisação de obras iniciadas em Gestões anteriores e falamos isso com muita segurança, porque na Gestão atual nós concluímos as obras iniciadas pela ex-prefeita Luiza Erundina, nem por isso a desmerecemos. Acho que o mérito tem que ser ao dinheiro do contribuinte, tem que haver um respeito ao dinheiro do Cidadão e não desrespeito, como foi feito anteriormente.

OSR. JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - É bom ~~em~~ acrescentar que a Lei Orgânica agora determina que as obras iniciadas ~~em~~ no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Processo	do
GL5	4	raimundo	Finanças	23-10		Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

governo anterior sô serão paralisadas com autorização da Câmara Municipi-
pal.

~~O SR. PRESIDENTE (DORAS P. ...)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 124 do
Processo 220650

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
618	1	Monteiro	AP-C.F.O.	23.10.95	Carlos Roberto Siqueira
					Reg. 1130

O SR. MENAS PIRES - Ok, o Vereador Odilon Guedes vai fazer então as suas considerações, vamos chamar aqui de considerações finais, para a gente encerrar nossa audiência. Por favor, Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Quero fazer duas observações e mais uma pergunta para o Secretário. A primeira é a seguinte: o mês passado, se não estou equivocado mas o Secretário deve ter lido, o Tribunal de Contas do Município deu um parecer sobre as contas do Município, do atual Prefeito da cidade de São Paulo e fez críticas severas à administração da Cidade, nas mais diversas áreas inclusive a área financeira. O Secretário, se leu, já tomou conhecimento. Eu queria, inclusive reportar ao Tribunal de Contas, Vereador José Índio, porque o Tribunal de Contas glosou as contas da Prefeita Luiza Erundina por questões mínimas e a do Prefeito Paulo Maluf, se o senhor ler isso que estou falando, o parecer dos técnicos do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito Paulo Maluf, o senhor vai ver as conclusões que o Tribunal chegou e depois, num parecer político, aprovou.

O SR. JOSÉ ÍNDIO - Ele aprovou com ressalvas.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 113# do

Processo 220952

ORADOR CONT. APARTE

Carlos Roberto Silva

Reg. 11180

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	2	Monteiro	AP-COF	23.10.95		

O SR. ODILON GUEDES - Esse é o problema. Quer dizer, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, é isso que eu quero primeiro ressaltar.

Uma segunda questão, é uma observação, depende de que obras você pára e quem vai ter benefícios com essas obras que se parou e você usar esse dinheiro para outros tipos de investimentos. Eu quero voltar a falar, são coisas relativas, depende da concepção. Isso aí que precisa ficar claro e que a sociedade precisa amadurecer. Quer dizer, você fazer um túnel em vez de fazer metrô são concepções para quem você vai atender.

Finalmente, eu gostaria que o Secretário, se possível, fizesse agora, senão ele me mandasse um documento explicando como é que ele chegou a esses 44%, baseado em que, do peso da ~~análise~~ folha do funcionalismo nas despesas correntes do Município porque pelas análises que nós fizemos, baseados nas informações técnicas, chegamos a 39. Então eu gostaria que o Secretário informasse quais são essas receitas em que se baseia para dizer que é 44% porque nós chegamos a números diferentes, e baseados em informações da Secretaria das Finanças.

O SR. ZENAS PIRES - O Vereador Edson Simões vai fazer umas colocações para que o Secretário responda as duas perguntas e depois



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
Gl8	3	Monteiro	AP-CEO	25.10.95	

Folha nº 114#	do
Processo 202/95	CONT. APARTE
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

a gente encerres a audiência.

O SR. EDSON SIMÕES - É que chegou a outra observação da reunião passada, que pairou dúvidas para mim. Fora essa pergunta, que já foi respondida muito bem pelo Secretário e na medida em que eu moro na zona Sul e sou ligado, portanto, a divisa com a zona Oeste, aquela obra do Rio Pinheiros foi maravilhosa porque diminuiu profundamente, a do Rio Pinheiros que eu tenho usado há muito tempo com a população, ficou realmente melhor o trânsito. A gente escapa daquela balbúrdia maluca que tem na Cidade Jardim, saindo mais em frente ao Bosque do Morumbi, caindo fora para a Marginal pela retaguarda. Então, essa obra realmente melhorou para aquela área o setor de transportes. Isso é irrefutável. A outra eu não testei ainda, não posso opinar.

Imposto progressivo foi outro problema que eu percebi aqui na discussão da semana passada, em que o senhor era contra o imposto progressivo e o nobre Vereador e grande economista Odilon Guedes é favorável ao imposto progressivo. São duas administrações, como o próprio Odilon falou, com pontos de vista diferentes. Mas me parece, e eu queria somente constatar isso com o Secretário, que o imposto progressivo, segundo uma corrente geral, onera a população. Por que onera a população? Porque a maior parte da população não tem imóveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 115 #1 do
Processo 220957
CONT. APARTE
Carlos Roberto Silva
Reg. 1130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
GL8	4	Monteiro	AP-CFO	23.10.95

Não tendo imóveis, ela não especula. Além disso, ela paga aluguel e o IPTU está embutido no pagamento do aluguel, a pessoa que faz o aluguel é obrigada a pagar mensalmente durante o ano.

Então, só queria fazer a seguinte pergunta: o senhor é contra o imposto progressivo, e a atual Administração, porque onera a população? É essa a posição?

O SR. CELSO PITTA - Nós somos contra o imposto progressivo porque ele é injusto e tecnicamente indefensável. Ele representa um pensamento socialista que está ultrapassado. Isso inclusive foi respondido anteriormente nesta mesma audiência.

Eu queria aproveitar o ensejo, se me der a palavra o ilustre Vereador...

O SR. ZENAS PIRES - Por favor, Secretário, por favor.

O SR. CELSO PITTA - ... para fazer algumas considerações finais da nossa apresentação. A primeira delas é com relação à afirmação do Vereador Odilon Guedes, do parecer técnico do Tribunal de Contas das nossas contas relativas ao ano de 94. Qualquer leitor interessado poderá percorrer esse parecer técnico e verá que em nenhum momento existe recomendação contrária à aprovação das contas. Evidentemente, existem recomendações no sentido de aperfeiçoar controles no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PROCESSO	CONT. A PARTE
G18	5	Monteiro	AP-CFO	23.10.95		Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

Folha nº 116 # 1 do

sentido de melhorar a gestão financeira, que é o papel do Tribunal de Contas. Em nenhum momento desse relatório está dito "recomendamos a não aprovação da conta."

Bom, fora isso, as contas desta Administração tem sido aprovadas seguidamente, o que não foi na Administração anterior. Então, me parece mais uma questão de "dor de cotovelo" do que qualquer outra base técnica de avaliação.

Quanto à questão do uso do dinheiro economizado com a paralisação de obras, a tentativa de justificar essa atitude, quem me parece totalmente irresponsável, da Administração anterior é infrutífera e infundada por uma razão simples. A partir de 89, ano em que o PT assumiu a administração da Cidade, todos os municípios brasileiros foram beneficiados pela Constituição de 88, que elevou substancialmente a arrecadação. O que que o PT fez com o produto dessa arrecadação? Colocou funcionários públicos na folha de pagamento, não investiu. Está aqui a prova e eu deixei registrado aqui os valores de investimentos dos governos anteriores para verificação dos senhores.

Então, falar que faz bem parar obras porque o produto dessa economia será gastado em outras, não corresponde à verdade. O PT gas-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 112#	do
Processo 220952	
CONT. APART.	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 1130	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
G18	6	Monteiro	AP-CFO	23.10.95	

tou o dinheiro da Cidade com o funcionalismo e, o pior, não atendeu as necessidades da Cidade.

O SR. ZENAS PIRES - Eu gostaria então de agradecer a presença de todos, a presença do Vereador José Índio, que já se retirou, do Vereador Carlos Zarattini, que já se retirou, do Vereador Edson Simões, do Vereador Mohamad Mourad, agradecer a presença do Vereador Odilon Guedes, e que o Sr. Secretário faça suas considerações finais e deixando aqui, Sr. Secretário, da Comissão de Finanças e da Câmara Municipal, um pedido: gostaríamos que no exercício de 1996 fosse tomado um cuidado especial com relação ao Orçamento da Secretaria de Promoção Social e da Secretaria da Educação. Nós gostaríamos do empenho do senhor, do empenho do Executivo todo para que se cumpra integralmente essas duas secretarias, todas é fundamental, mas essas duas secretarias que realmente são a parte mais carente hoje da nossa cidade de São Paulo. Muito obrigado, Secretário.

O SR. CLSO PITTA - Muito obrigado ao ilustre Vereador, muito obrigado a todos os presentes.

O SR. ZENAS PIRES - Está encerrada a reunião. Fica reconvenida para amanhã, dia 25.10, Secretaria de Habitação, Fundo Municipal de Habitação, Verde e Meio Ambiente, às 10 horas da manhã. Muito obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Folha nº 11841 do CONT. APARTE
					Processos	220/95#
					Carlos Roberto Silva	
					Reg. 11130	

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**Presidente:** Sr. Vereador Almir Guimarães**Membros :** Srs. Vereadores

Nelson Guimarães Proença

Edson Simões

José Índio Ferreira do Nascimento

Hanna Gharib

Odilon Guedes

Zenas Pires

Vicente Viscome

Mohamad Said Mourad

Reunião Ordinária e Audiência Pública da Comissão sobre o
PL 270/95, realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio da
Câmara Municipal de São Paulo em 14 de novembro de 1995.

Solicitante: Sr. Ver. Almir Guimarães

(Memo nº 82/95-CFO).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J 1	1	morg.	Com. Finanças	14.11.95		

Folha nº 119 # do
 Processo 220953
 Carlos Roberto Silva
 Reg. 11130

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Vamos iniciar a reunião de audiência pública sobre o PL 270/95, que concede isenção do IPTU incidente sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transportes S.A. Contamos com a presença dos Vereadores José Índio, relator do projeto, Vicente Viscome, Odilon Guedes e Nelson Guimarães Proença. Registramos a presença do Dr. Rossi, chefe de gabinete do Secretário das Finanças do Município, registramos a presença do ex-Vereador Moura, Dr. Freitas, demais presentes.

O item primeiro da pauta diz respeito à isenção do IPTU e posteriormente teremos a reunião ordinária que vamos tratar do assunto que foi objeto da nossa missiva levantada pelo Vereador Odilon Guedes, quando das nossas reuniões técnicas.

Assim sendo, está liberada a palavra aos Srs. Vereadores que queiram falar sobre a isenção do IPTU para a São Paulo Transportes.

O Sr. Odilon Guedes - O que nós gostaríamos é que houvesse uma exposição mais detalhada dessa questão da isenção, para que a gente pudesse ter orientação para uma posição a tomar.

O Sr. Dr. Dean Rossi - [A isenção concedida para a antiga CIRC data de maio de 47, foi concedida através do Decreto 973. Com o advento da reforma tributária de 66, ela foi inserida no Sistema Tributário do Município e sempre foi concedida essa isenção até o advento da Administração da Prefeita Erundina, que em 1989 revogou essa isenção. A atual administração por conveniência e oportunidade, achou conveniente tornar



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORDEM n.º	CONT. APARTE
J1	2	morg.	Com. Finanças	14.11.95	Processo nº 24.957	Carlos Roberto Silva Reg. 11130

em conceder à CMTC essa isenção, porque a Prefeitura tem 99,97% das ações da CMTC e todos os repasses de subvenção são feitos por nós. Seria um contrasenso também fazer repasse para pagamento desses impostos já que ela vem enfrentando sérias dificuldades.

A respeito de subvenções e outras coisas da CMTC, o Dr. Freitas poderá explicar melhor.

O Sr. Nelson Guimarães Proença - Sr. Presidente, antes de passar ao expositor seguinte, que está atendendo a solicitação do Vereador Odilon Guedes, gostaria que nos fosse explicado um pouco melhor a natureza das sérias dificuldades que - para usar a expressão que foi há pouco usada - e qual é a origem, qual natureza, quais são as sérias dificuldades que estão sendo enfrentadas, já que este é o motivo que está sendo sugerido para que a isenção seja concedida.

O Sr. Dean Rossi - O Dr. Freitas vai explicar, porque ele é que cuida do orçamento e da execução orçamentária, por isso que eu passei a palavra para ele.

O Sr. José Antonio Freitas - Como o Dr. Gilberto colocou, essa isenção já vinha de há algum tempo, foi colocada na administração passada e agora o projeto do Executivo visa retornar a situação anterior, porque a Prefeitura repassa recursos para a CMTC via subvenção, para custear as despesas correntes da empresa, despesas de custeio e o pagamento desses impostos é uma despesa corrente, uma despesa de custeio. Então, a ideia geral é isentar a CMTC para que ela não pague esses impostos, e o segundo ponto seria, se não for aprovado isso, a Prefeitura dá

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J1	3	morg.	com. finanças	14.11.95	Folha nº #12#1 do Processo #2095# Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

o dinheiro à CMTC via subvenção e esse dinheiro retorna ao caixa da Prefeitura via pagamento de impostos e além do mais a Prefeitura repassa recursos à CMTC via aumento de capital que é para pagamento dos compromissos financeiros assumidos já em outras administrações, de empréstimos em Bancos e tal, e também subsidia o transporte via uma dotação orçamentária. Era isso a questão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) — Após a exposição do Dr. Bean Rossi e do Dr. José Antonio de Freitas, passamos a palavra ao nobre Vereador Nelson Guimarães Proença.

O Sr. Nelson Guimarães Proença — Queria insistir que fossem melhor explicitadas as grandes dificuldades que está atravessando a CMTC, ou sua sucessora a São Paulo Transportes S.A., porque este é o argumento utilizado para solicitar a isenção. No texto da mensagem enviada é dito que as perdas de receitas são constantes exigindo da Prefeitura subvenção para que possa equilibrar as suas contas anuais. Quando isto ocorre nós temos naturalmente dois caminhos a percorrer, um é subsidiar mais e isto é que está sendo proposto através deste projeto, subsidiar mais isentando, a isenção é uma forma indireta de subsídio, obviamente. A outra que me parece mais correta e que precisaria ser melhor explicitada nesta audiência pública é por que não se revê a política praticada na área de transportes para que São Paulo Transportes não tenha estas perdas constantes e progressivas das receitas conforme foi dito no texto da justificativa enviada. E eu quero dizer que foi este o sentido do meu pedido de informações, de explicações, de esclarecimentos e não me considero informado ou esclarecido. Essa resposta não foi dada. Pediria que fosse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J2	1	Marcelo	Con. Fin. Org.	14.11.95		

Folha nº

Processo

Carlos Roberto Silva
Reg. 11130

~~de um pedido de informações, de explicações, de esclarecimento e não se~~
~~estivera inferido o esclarecimento, esta resposta não foi dada. Eu pedi-~~
~~cia que ela fosse~~ dada, porque me parece indispensável para que o julga-
 mento dos Srs. Vereadores possa ser feito, ^{por que} ~~para~~ ao invés de se reorien-
 tar, redirecionar a São Paulo Transportes, ou seja, a política por ela
 praticada, se pretende trazer ainda uma vez, sob uma outra forma, uma
~~injeção~~ injeção indireta de recursos? É essa a resposta que queria obter.

Digo a razão, aprofundando um pouco mais, é que ao se ini-
 ciar a atual administração foi feito uma pesada crítica à administração
 anterior que estaria sempre, constantemente, aumentando o buraco da anti-
 ga CMTC e, por esta razão, foi feita revisão na política de transportes.
 No entanto, estamos hoje ~~ainda~~ ainda reafirmando, o projeto diz e foi
 reafirmado pelos expositores, em nome da Prefeitura aqui estão presentes,
 que ~~realmente~~ ~~isso~~ ~~isso~~ isso se passa e de alguma maneira precisamos so-
 correr a ~~imprensa~~ imprensa. Então ~~insistiria~~ insistiria mais uma vez nas
 explicações.

O SR. FREITAS - Eu só acho que a comparação que o senhor
 faz não se justifica porque o senhor disse que a Prefeitura, o Prefeito,
 ao iniciar o mandato fez uma série de colocações visando reduzir os gas-
 tos com a CMTC. Isso foi feito, haja visto que no último ano a admi-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J2	2	Marcelo	Com. Fin. Or.	14.11.95	Folha nº 1234 Processo 220954	do
					Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

nistração anterior a Prefeitura injetava dinheiro na CMTc, por ~~uma~~ volta de 700 a 800 milhões de dólares. Neste ano a Prefeitura vai colocar lá ~~150~~ 150 milhões. Então houve uma política de contenção de despesa via privatização, sem dúvida nenhuma, e o senhor até melhor do que eu a respeito disso.

O que nós colocamos é que essa intenção existia já há um bom tempo, ela foi revogada pela administração anterior, queremos voltar essa isenção por que? Você dá o subsídio via subvenção. A CMTc paga esse imposto à Prefeitura e está voltando para o caixa, seria uma forma de acertar isso.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Sr. Presidente, eu acho que vai ser difícil nos ~~próx~~ progredirmos aqui. Eu solicitei explicações sobre a expressão sérias dificuldades porque atravessa São Paulo Transportes Coletivos da Capital, eu solicitei informações sobre o porquê dessa afirmação, isto é, quais são as sérias dificuldades, sua origem e o porquê e esta resposta eu continuo não tendo. Das duas ~~uma~~ uma, ou não há resposta para essa pergunta ou está se procurando esquivar a resposta a essa pergunta, não tem terceira ~~alguma~~ alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - O ~~Sr~~ Dr. Din Rossi nos pede a palavra.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J2	3	Marcelo	Con. Fin. Crq.	14.11.95	Folha nº 124 # Processo 220954 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	do

O SR. BIM ROSSE- Eu devo ter sido infeliz ao ~~stir~~ dizer sérias dificuldades, porque inclusive não sou da CMTC. Eu estou só explicando o porquê do encaminhamento, da mensagem propondo isenção para a CMTC. Possot~~er~~ ter sido ~~infelix~~ infeliz na expressão, porque 700 mil reais que vai ser o auxílio à CMTC não tira nenhuma companhia de sérias dificuldades, principalmente companhias do porte da CMTC. O senhor me desculpe a expressão, pode ser que eu tenha sido infelix na expressão, porque aí todo o débito anterior com a Prefeitura, em torno x de 700 mil reais só. O senhor me desculpe a x expressão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Antes de passar a palavra ao Vereador Odilon Guedes, nós registramos a presença dos membros da Comissão Edson Simões, Mohamad S Mourad e Hanna Gharib. Tem a palavra ao Vereador Odilon Guedes, depois dessa retificação da expressão, que não faz parte do corpo do projeto, nem no seu caput, como nem na justificativa. A ~~expres~~ expressão sérias dificuldades foi um adjetivo que colocou o emite- nte assessor, chefe ~~de~~ de gabinete da Secretaria de Finanças, que a nos- so ver já está esclarecido.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Sr. Presidente, me permiti- ta acreditar que não se trata apenas de uma expressão ~~xx~~ utilizada pelos representantes do Executivo hoje. Na própria justificativa do projeto, as-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J2	4	Marcelo	Com. Fin. Orç.	14.11.95	Folha nº 125 Processo 220957 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	do

sinado pelo Prefeito, está aqui expressamente indicado que: "A empresa vem sistematicamente apresentando perdas de receita, a exigir constantes repasses por parte da Prefeitura para viabilizar os serviços de transporte municipal", e está é a razão pela qual está sendo solicitada isenção.

Então eu acho que a maior discussão, antes que se decida pela isenção, é sobre a política de transportes praticada pela Prefeitura e que está levando a perdas constantes que ela mesma reconhece.

Esta é a razão de ~~que~~ eu ter insistido, e ainda agora voltar a insistir, porque não foi apenas uma expressão usada durante esta audiência. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) — Tem a palavra o nobre Verador Odilon Guedes .

O SR. ODILON GUEDES ~~I~~ — Boa-tarde a todos. O Verador ~~Nel~~ Nelson Guimarães Proença levantou coisas, no meu entender, bastante procedentes. Se nós lembrarmos, houve toda uma ~~campanha~~ campanha em relação à privatização da CMTC, dizendo que ela ~~estaria~~ estaria, após a privatização, saneada. Inclusive, em qualquer entrevista que a gente veja o Prefeito participar ele reitera ~~esse~~ esse tipo de questão e nos surpreende esse tipo de questão, que a CMTC está em dificuldade, como o nobre Verador Nelson

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
J2	5	Marcelo	Com. Fin. Org.	14.11.95	Folha nº 10671 Processo 220957 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	do

Guimarães Proneça acabou de ler. Eu queria saber o que é a ~~reali-~~ reali-
dade, é o que o Prefeito fala ou o que ~~se~~ está aqui. Inclusive acho mui-
to importante informar a Imprensa sobre esse tipo de questão. ~~N~~ Nós não
podemos ~~x~~ mais viver num tipo de ~~situação~~ relação em que o Executivo
fala uma coisa, vai na televisão, faz propaganda e vem aqui pedir isen-
ção para a CMTC. E tem mais, na medida que se isenta é uma forma de
transferir dinheiro público para a CMTC, indiretamente. Quer dizer, os
tão criticados subsídios que os neoliberais vivem ~~x~~ criticando, vem aqui
pedir para a Câmara. Eu acho que é uma coisa ~~x~~ que ~~se~~ não dá para ser
explicado, do ponto de vista político e que precisa ser explicado ~~publica-~~
tecnicamente. Como é? A CMTC ia ser privatiza, ia resolver tudo e está
em situação de dificuldades. ~~Quer dizer, acho que essas xit questões pre-~~
~~cisam ser esclarecidas, Sr. Presidente, para~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART
J-3	1	raimundo	PL 270/95	14-11-95	Folha n°	1234 do
					Processo	220957
					Carlos Roberto Silva	
					Reg. 11130	

... quer dizer, acho que essas questões precisam ser esclarecidas, Sr. Presidente da nossa Comissão, para que a gente como Vereadores participantes de um Poder independente possamos analisar o que está acontecendo, por exemplo com relação a Companhia de Transporte dos Município hoje. Então, são questões que precisam ser detalhadamente esclarecidas e precisa ser inclusive comunicado ao Prefeito para ele mudar o discurso dele, que a coisa não está indo tão bem como ele fala por aí nos meios de comunicação. Acho que essas coisas nós aqui temos a obrigação de está fiscalizando para esclarecer a opinião pública, que é quem paga nossos salários e o do prefeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Passamos a palavra - para nós sempre Vereador - o ex-companheiro Luiz Carlos EX Moura.

O SR. LUIZ CARLOS MOURA - Vereador na 1ª 10ª Legislatura desta Casa, ~~me~~movejo aqui com prazer alguns colegas - Almir Guimarães, Zé Índio, Odilon Guedes, que naquela ocasião assumiu o mandato já no final da 10ª Legislatura, com quem tivemos oportunidade de debater e encaminhar muitas das questões que importam e se decide nesta Cidade, quero cumprimentá-los, como cumprimentar também os demais vereadores e os senhores que fazem parte da Mesa nesta audiência pública, mecanismo introduzido ~~em~~ nesta Casa, após a Lei Orgânica aprovada

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J-3	2	raimundo	PL 270/95	14-11-95	Folha nº 118# Processo 27095#	do
					Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

naquela 10ª Legislatura e que tem ~~seus antecedentes~~ demonstrado bastante oportuno e muito interessante para o debate na fase de encaminhamento interno à na Casa de questões bastante polêmicas como esta. Eu, acompanhando evidentemente as questões da nossa Cidade, como cidadão ~~sp~~ paulistano, fiquei, me chamou atenção esta audiência pública, tive oportunidade agora de ver o processo e queria em primeiro lugar dizer que não estou tão preocupado, bastante preocupado com a questão, mas não preocupado do ponto de vista de como ela está se colocando preliminarmente, a Mesa, nas discussões de início. Há questões, por exemplo, o ~~parágrafo~~ art. 3º deste projeto de lei, analisado sob o princípio da anterioridade, me parece que constitui um grave problema de natureza constitucional. Entretanto, não estou, na verdade, preocupado com essa questão, como também acho que a questão do transporte em S|P é maior do que algumas colocações de natureza partidárias e como pode se politizar essa questão e eu digo isso com todo respeito às colocações que foram feitas ~~antes~~ anteriormente, obviamente, aliás, acho todas perfeitamente válidas, entretanto, ~~me~~ me parece que é um momento bastante oportuno para esta Casa poder, através de uma iniciativa dos Vereadores desta Comissão, tomar em mãos a condução de um problema de magna importância para esta Cidade que já vai se denominando porque ~~me~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J3	3	raimundo	PL- 270/95	14-11-95	Folha nº 129#1 do Processo 22095#1 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

zinha.

Pois bem, a questão de transporte urbano de passageiros ela está limpidamente definida na Constituição Federal no seu art. 30, inciso V, trata-se de uma questão de responsabilidade do Município e é um serviço caracterizado ali, no texto constitucional, como essencial.

Pois bem, outras iniciativas desta natureza já passaram por esta Casa. Tiveram, inclusive, no caso, de uma isenção bastante assemelhada a esta que foi, num primeiro plano, aprovada pelos senhores e vetada pelo Sr. Prefeito, que dizia respeito a uma isenção para a companhia do Metropolitano de SP - Metrô, do IPTU - uma solicitação como esta.

~~De qualquer maneira, esta é uma questão que não se resolve, mas a questão em si mesma que está subjacente a esse problema. Eu acho que não.~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARTE
J4	1	valéria	fin. orç.	14.11.95	Carlos Roberto Silva	Reg. 11130

Folha nº 1207

Processo 240957

da)

ORADOR

CONT. ARTE

Reg. 11130

Pois bem, também não é essa a questão que me preocupa, mas a questão maior que está subjacente a esse problema. Eu acho que o transporte, pela essencialidade, pela sua importância para o município, poderia muito bem estar isento, no seu conjunto, dos impostos municipais. Solicitaria que os Srs. Vereadores pensassem nessa tese ~~subtraxa~~ sob o prisma da questão da justiça, porque nós teremos ainda na Constituição um sério entrave a iniciativas como essa na forma em que ela está. O Artigo 173 da Constituição, e esse sim é o que fez com que se derrubassem todas as isenções de 1989, porque ele vem depois da Constituição de 88, antes dessa Constituição ele não existia. A queda das isenções havida depois de 88 não é uma decorrência desta ou daquela Administração, desejo deste ou daquele prefeito de tirar a isenção. É que o Artigo 173 é muito claro também. Ali está consignado nitidamente, no Artigo 1º que as empresas estatais de economia mista, empresas da natureza da SPPlan, Metrô, etc, não podem gozar de benefício fiscal de natureza trabalhista e tributária. E depois, no Artigo 2º diz claramente que essas empresas não podem gozar de benefícios que não sejam estendidos às empresas privadas. Ora, então, a não ser que os srs. a Municipalidade, a Câmara Municipal e o Prefeito, queiram arrostar possíveis ações de natureza pública com iniciativas dessa natureza, entendo que essa questão que pode, na minha opinião, ser resolvida, talvez possa ser retomada pela Câmara Municipal, pensando na questão do transporte e na isenção desses impostos para a atividade, porque é uma atividade essencial. Obviamente teria de se levantar o que há de renúncia fiscal numa possível iniciativa dessa natureza, mas eu não tenho dúvida de que os benefícios são muito grandes para a cidade e para os cidadãos.

Era o que eu tinha a colocar. Solicito ao Presidente que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADO	CONF. PARTE
J4	2	valéria	fin. orç.	14.11.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

me fosse possível obter cópia das transcrições taquigráficas da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta Presidência agradece a manifestação de V.Sa. e determina que sejam fornecidas as cópias solicitadas por V.Sa., não só de sua fala mas de toda a tramitação desta segunda audiência pública do dia de hoje.

Tem a palavra o Vereador José Indio.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Em primeiro lugar, quero fazer algumas colocações que talvez não sejam do conhecimento de todos os Vereadores porque é uma situação que ainda vem sendo encaminhada e tratada pela ex-CMTC e atual São Paulo Transportes, de uma dívida contraída pela defasagem de pagamentos feitos entre os anos de 79, não me lembro bem as datas, mas a São Paulo Transportes, de fato, está em situação precária. Gostaria de levantar esse problema justamente pela colocação feita pelo Vereador Nelson Guimarães Proença que estranha a colocação feita na justificativa do projeto de isenção. A São Paulo Transportes hoje tem uma ação de sete mil e poucos funcionários que já foi transitada e julgada, diga-se de passagem e é bom que se frise, mas com uma possibilidade mínima, por uma ação rescisória, de lá na frente a coisa virar, o que eu, na condição de advogado não acredito, pois acho que as possibilidades da São Paulo Transportes são mínimas e futuramente vamos ter problemas relevantes.

Para os senhores terem uma noção do tamanho do problema, hoje, segundo um levantamento preliminar, isso está mais ou menos em torno de 600 milhões de dólares e, de certa forma, será assumido sim pela Prefeitura porque a Prefeitura tem - e aí gostaria de contrariar o sempre Vereador Luis Carlos Moura, mesmo porque entendo que existe uma diferença

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OP. DO PROCESSO	CONT. DA PARTE
J4	3	valéria	fin. orç.	14.11.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

entre a São Paulo Transportes e o Metrô, apesar da Prefeitura também ter uma participação no Metrô - muito pequena, no caso da São Paulo Transportes a Prefeitura tem quase a totalidade de suas ações. E é natural que a São Paulo Transportes comece a se preparar ate espiritualmente porque lá na frente ela automaticamente vai ter que absorver essa dívida contraída em outra gestão, até por culpa de ninguém, essa ação, quando foi impetrada, sofre um relaxamento por parte do departamento jurídico da São Paulo Transportes, na época CLTC, e hoje está aí na iminência, diria próxima, de ter aí uma bomba para os próximos 10, 12 meses e que não está prevista no Orçamento. Ou seja, é uma preocupação a mais porque como a Prefeitura deverá fazer para suprir o problema, eu pelo menos, não tenho idéia.

Quanto à colocação do Vereador Luis Carlos Moura, acho que as duas situações são diferentes. Na ocasião, inclusive, votei favorável à isenção do imposto para os imóveis do Metrô. Acho que é uma situação em que se poderia, em determinado momento, concentrando os dois Poderes, estadual e municipal, detalhar melhor. Mas, no meu entender, pelo menos, de momento, entendo que são duas situações diferentes, porque, afinal de contas, o dinheiro que vai para a São Paulo Transportes para saldar o IPTU sairia do mesmo bolso - sai e volta. Então, a política de não isentar os imóveis da São Paulo Transportes é o caso da Emurb, é o caso de que o prédio da Prefeitura pague IPTU - o dinheiro sai do mesmo bolo. Então, a gente insiste que a coisa deva ser burocratizada. Já tivemos, em determinado momento da vida do país, um Ministério dizendo que tem de desburocratizar o país e de repente a gente cria mecanismos que dizem que devemos criar a burocracia. Então, com todo o respeito que tenho ao nobre Vereador Luis Carlos Moura, acho que as duas situações são diferentes. Obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Processo	do
J 5	1	valéria	fin. org.	14.11.94		210954	CONT. LAPARTE
						Carlos Roberto Silva	Reg. 11130

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Tem a palavra o Vereador Nelson Guimarães Proença.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Em primeiro lugar, quero agradecer as informações que acabam de ser trazidas pelo nobre Vereador José Indio. São as primeiras explicações que recebo às perguntas que fiz. As três informações trazidas pelo Vereador retratam uma situação altamente preocupante na São Paulo Transportes SA. São três as informações. Primeiro que as perdas atuais são muito graves e crescentes - aliás isso já estava nos autos do processo que acompanham o projeto de lei legislativo. A segunda, de que a pendência judicial que confronta 7mil funcionários com a Municipalidade, seguramente na sua opinião de advogado e não de Vereador, será ganha pelos que estão acionando a Prefeitura. E, terceiro, que isso implicará em futuro muito próximo - não para o atual Prefeito, mas para seu sucessor - numa despesa da ordem de 600 milhões de reais. Então, esse é o retrato da grave situação que a São Paulo Transportes S.A. enfrenta e que aflorou no início de nossos debates de uma maneira mais vaga e agora já está mais definida.

Eu queria perguntar ao Dr. Rossi, chefe de gabinete e Dr. Antônio de Freitas, ambos da Secretaria de Finanças, a um ou a ambos, de qualquer maneira é uma pergunta que dirijo ao representante do Executivo presente, se a situação retratada pelo nobre Vereador José Indio corresponde à realidade ou se é ainda mais grave do que aquilo que foi aqui reportado.

O SR. Bin Rossi(?) - Vereador, eu não cuido da CMTC e não tenho condições de responder ao senhor. Peço ao Dr. Freitas que é o assessor geral de Orçamento da Prefeitura e poderá informar melhor do que



Folha nº 134 #	do
Processo 22095	
ORADOR Carlos Roberto Silva Reg. 11130	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA
J5	2	valéria	fin. org.	14.11.95

e até o Dr. Cristhovan que é exclusivo da CMTG.

O SR. FREITAS- Eu não conheço o montante que o Vereador citou, 600 milhões, mas o problema judicial existe. Só quero dizer que infelizmente eu não conheço esse montante, é um montante que deverá ser apurado ainda. Quero dizer que em 1995 o que vem acontecendo é um repasse de recursos bem inferior àquilo que acontecia no passado. Dos 150 milhões que foram aventados, cercade metade, 80 ou pouco mais, se destina ao subsídio às tarifas, ao passe do trabalhador - a Prefeitura cobre um percentual - subsídio ao passe do estudante - a Prefeitura cobre um percentual - subsídio ao passe do idoso - a Prefeitura também tem destinado recursos via aumento de capital para pagamento de despesas financeiras de despesas anteriores, dívidas contraídas nem na Administração anterior, nem de Jânio Quadros ou Mári Covas, mas dívidas de 20 anos. Agora a Prefeitura vem pagando, como já o vinha fazendo, e continuará pagando em 1996, em 1997, enfim, há um perfil longo na dívida da CMTG. A Prefeitura também aporta recursos na CMTG para complementação de aposentadorias, uma legislação que tem esse débito e a Prefeitura tem bancado isso, o que já vem de muito tempo e vai continuar até o ano 2000, 2005. Então, a Prefeitura sempre aportará recursos na CMTG, seja como subvenção ou outras coisas. A subvenção dada é para manter suas funções administrativas, sua diretoria, seu corpo técnico porque a CMTG não tem mais receitas. Então, a situação em 1995 é essa: dos 150 milhões aportados, metade se refere a subsídio; outro tanto é para pagamento de dívida passada; uma parcela significativa, cerca de 30 milhões, é para complementação de aposentadorias. Esses são os recursos que têm sido aportados na CMTG. Essa isenção proposta, segundo o Dr. Gilberto corresponde a 700 mil reais, significa simplesmente 0, 001

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	Processo	do
J 6	1	valéria	fin. org.	14.11.95	Carlos Roberto Silva	220.957	do
					Reg. 11	30	

daquilo que era repassado em 1992, foi repassado 800 milhões de reais.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Em primeiro

lugar, gostaria de fazer algumas colocações. Essa dívida não foi contraída na atual gestão; foi contraída em outra gestão, houve um relaxamento no departamento jurídico na ocasião, mesmo porque algumas ações desse mesmo tipo foram derrubadas no Supremo, porque o Supremo só discute matéria de direito, não discute matéria de fato, e a ação rescisória pressupõe um fato novo. E a São Paulo Transportes hoje procura, naturalmente, levar isso até o extremo. É lógico que ela também pensa em se salvar de um débito desse tamanho. Acho que a culpa cabe ao departamento jurídico da época que não tomou a coisa força, com pulso, com um pouco de sabedoria e lamentavelmente hoje nos encontramos com esse problema aí. O fato de possivelmente ser transferida a uma outra gestão, acredito que essa gestão teria como última alternativa a ação rescisória, porque uma matéria já transitada e julgada fica um pouco complicado derrubar. Então, minha preocupação é essa. Existe um mínimo de chance da São Paulo Transportes até ganhar, existe a possibilidade de negociação - inclusive, levei ao Secretário de Governo a proposta dos funcionários da CMTC mas é lógico que, como Vereador, temos obrigação de dar conhecimento a todos da situação e dizer que no meu modo de entender a São Paulo Transportes tem essa ação rescisória contemplada é bem distante, bem remoto.

O SR. ODILON GUEDES - Só queria deixar registrada a justificativa do representante Sr. Freitas de que ficar comparando subsídio agora com os que haviam anteriormente não está em pauta e se havia subsídio maior antigamente é porque havia outro tipo de política em que a tarifa era muito menor do que a atual. O que nos causa preocupação, e já

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha nº 126 #1 do
Processo 220954
ORADOR: Carlos Roberto Silva Reg. 1130
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J 6 2		vléria	fin. orç.	14.11.95		

foi levantado por mim e pelo Vereador Nelson Guimarães Proença, é que não entendemos muito bem, já que a privatização era para acabar com os subsídios e a CMTC está em dificuldades e dívidas da CMTC vêm de longa data, desde o Governo Mário Covas, inclusive dívidas que foram muito bem negociadas na época do Partido dos Trabalhadores, Prefeita Luiza Erundina.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, temos um item, a seguir, muito importante em nossa reunião ordinária. Se não houver nada mais relevante para esta audiência, gostaríamos de encerrá-la, já que estamos com problemas de horário.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Uma proposta que acho poderá permitir que nossa discussão fique embasada em informações absolutamente fiéis. Proponho que nossa Comissão de Finanças e Orçamento encaminhe ofício ao Executivo Municipal, e especificamente à São Paulo Transportes S.A. solicitando o detalhamento das razões pelas quais vêm ocorrendo as perdas financeiras, o agravamento de seu déficit e quais as medidas que se propõe tomar para que o processo se normalize, seja revertido e a situação financeira da empresa seja sanada. Porque tanto, como aqui foi dito, resolver problemas de perdas da casa de centenas de milhões de reais com uma isenção da ordem de 800 mil reais, absolutamente não significa nada para o futuro da empresa. Então, mais do que a isenção em si, que é uma gota d'água no oceano, é importante que nos digam quais outras medidas, além dessa, estão sendo tomadas para que se normalize a situação da empresa. Caso não esteja sendo tomada nenhuma outra medida além desta, ela se torna uma medida absolutamente inócua e então inoportuna, porque abre uma perspectiva de isenções para todos aqueles que não estiverem administrando bem, descompromissando com o bem administrar. Então, a su-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha nº 171 do

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PROCESSO	CONT. APARTE
J 6	3	valéria	fin. orç.	14.11.95	Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

gestão que faço é de que se faça um ofício solicitando informações dentro do espírito da exposição que acabo de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) — Esta Presidência acolhe a sua sugestão e submete a votos. Não havendo manifestação contrária, está aprovado. Peço à assessoria que tome essa providência e que se junte ao processo em tramitação.

Srs. Vereadores, encerrando nossa audiência pública, vamos passar à sessão ordinária.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
J 3	1	valéria	fin. org.	14.11.95	

Folha nº 138 #1 do
Processo 240957
CONT. APARTE
Carlos Roberto Silva
Reg 11130

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs. Vereadores, a sessão ordinária de hoje tem como assunto principal a deliberação de solicitação de convocação pelo nobre Vereador Odilon Guedes e outros Vereadores do Sr. Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Dr. Lair Krahenbuhl; do Verde e Meio Ambiente, Dr. Werner Zulauf e Vias Públicas Serviços e Obras, Dr. Reynaldo de Barros, e da Saúde, Dr. Gotúlio Hamashiro e do Governo, Dr. Edivaldo Alves da Silva.

~~Aqui~~ Vamos iniciar os debates. Tem a palavra o nobre Vereador José Indio.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Quero fazer um levantamento preliminar porque temos o problema dos prazos regimentais para a votação da Peça Orçamentária. Queria pedir ao Sr. Presidente que coloque em votação a não convocação desses Secretários para que possamos agilizar os trabalhos e discutir dentro da Comissão até a criação do parecer sem a necessidade das convocações. A princípio diria que era absolutamente favorável à convocação dessas Secretarias, mas sinto que vamos perder o prazo regimental e não sei o que faríamos com a data limite do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - O Vereador José Indio, como Relator do projeto de lei que trata do Orçamento da Cidade aconselha e sugere que não se faça a reconvocação dos Secretários para que tenha condições de agilizar seu parecer. Logo mais vamos dar a palavra aos Vereadores inscritos, Odilon Guedes e Nelson Guimarães Proença e, a seguir, votarem a essa pendência. Tem a palavra o Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Sr. Presidente, Srs. Vereadores,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha nº 139#

Processo 22095#

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J 7	2	vãeria	fin. orç.	14.11.95	Carlos Roberto Silva	Reg. 1130

fiz essa solicitação porque nós sabemos que um dos momentos mais importantes na vida do Município e nesta Casa é a discussão orçamentária, porque, afinal de contas, não podemos esquecer que quem paga os impostos é a população paulistana e nós, como seu representante, temos de ter ciência de qual vai ser a destinação desses impostos. Não podemos esquecer isso. E nos anos anteriores, quando esta Comissão convidava os Secretários, na maioria compareciam e o que aconteceu neste ano simplesmente é que esta Comissão foi ignorada, este Poder foi ignorado. Inclusive, houve casos de Secretários não virem e nem darem satisfação. Sequer mandaram representantes. E, nesse sentido, acho que temos de preservar o direito que este Poder e esta Comissão têm. É fundamental que os Secretários venham aqui explicar onde vão gastar o dinheiro, quando vão gastar, como foi a sua performance no ano de 95. Isso é fundamental para nós para que possamos manter o equilíbrio dos Poderes na cidade de São Paulo. Desculpe-me o nome Vereador José Indio, mas acho que temos tempo. Podemos até convocar sessões para as 8h e trabalhar até as 14h. Isso é do interesse da Cidade. Temos todas as condições de convocar os Secretários para que possamos debater essas questões para esclarecimento do Poder, independentemente de quem seja o Prefeito. Isto vai ficar registrado nos anais da Casa, se na próxima eleição o Partido dos Trabalhadores ganhar e chegar ao Executivo, vou exigir que aqui venham os Secretários do PT para esclarecer a esta Comissão como estão vendo o Orçamento e como vão gastar o dinheiro público. Isso é fundamental para que este Poder seja fortalecido, porque estamos percebendo que existe um menosprezo - e podemos dizer essa palavra, apesar de parecer meio forte - do Executivo em relação ao Legislativo, e não entra no mérito de partidos políticos, porque o que importa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J 7	3	valéria	fin.org.	14.11.95	Carlos Roberto Silva Reg. 1130	

Folha nº 140 #1 do 1º
Processo 22095-1

são os Vereadores, que têm o mandato popular.

Nesse sentido, penso que devemos manter a convocação e inclusive, quando argumentei isso o Vereador Almir Guimarães ponderou que precisaríamos mudar a Lei Orgânica que hoje diz em seu Artigo 32 Seção V, das Comissões, que a Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação. No §2º: às comissões em razão da matéria de sua competência cabe - o que cabe a nós? - convocar os Secretários Municipais ou responsáveis pela Administração, Inciso IV. Então, nós temos o poder de convocação. Nesse sentido, penso que esta Comissão deveria liberar, do ponto de vista do fortalecimento do Poder Legislativo e desta Comissão - e diga-se de passagem, é uma Comissão que melhor tem funcionado nesta Câmara - o nobre Vereador Almir Guimarães tem conduzido com bastante competência os trabalhos da Comissão - deveríamos deliberar pela convocação dos Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Tem a palavra o nobre Vereador Nelson Guimarães Proença.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA - Quero me associar aos cumprimentos do Vereador Edilon Guedes ao nobre Vereador Almir Guimarães e não poderia deixar de citar os demais membros da Comissão, Vereador José Indio, Edson Simões, Mourad, Hanna Gariba, que, como nós, nunca faltam. Isso é relato meritório para a Casa. Agora, quanto à proposta feita pelo nobre Vereador José Indio de que se dispense a convocação dos Secretários, conforme proposta do Vereador Edilon Guedes, quero recordar o seguinte: em abril deste ano, quando estudamos e depois elaboramos a proposta de um substitutivo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, um dos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha nº 14571 do

Processo 220954

Carlos Roberto Silva
Reg. 1130

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J 7	4	valéria	fin. orç.	14.11.94		

itens que ali incluímos é que o trabalho da Comissão fosse compartilhado com as demais comissões, convocando-se cada um dos Secretários para as respectivas Comissões desta Casa para que se pudesse tirar um maior proveito do diálogo entre o Executivo e o Legislativo a fim de que a Peça Orçamentária pudesse ser

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J8	1	dalva	orçamento	14.11.95	Folha nº 14271 do Processo 250953 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	

(...) a ~~cidade~~ ~~que o~~ ~~Depto. de~~ ~~estatística~~ ~~municipal~~ ~~foi~~ minuciosamente analisada. Quando em maio este parecer foi posto a votos nesta Comissão, contra o meu voto, mas pelos os demais 8 votos dos Srs. Vereadores, a minha proposta foi rejeitada. E o argumento para que ela fosse rejeitada, ~~partiu~~ partiu do nobre Vereador José Índio, está escrito em ato, corroborado pelo nobre Vereador Almir Guimarães e secundado pelo nobre Vereador Odilon Guedes. Naquela ocasião foi dito que esta Comissão não podia abrir mão de ouvir nenhum dos Srs. ~~Vereadores~~ Secretários. E este foi o motivo pela qual minha proposta foi derrotada. Então propunhamos um processo mais ágil que foi aceito porque a Comissão não poderia através da minha proposta foi assim entendido, ouvir todos, e era obrigação, foi dito aqui, pode procurar a ata, pelo nobre Presidente, pelo nobre Vereador ~~Indio~~ José Índio, era obrigação desta Comissão ouvir todos os Srs. Secretários. Então fui voto vencido, acho que teria sido mais ágil a maneira como eu propus, mas aceito a minoria que eu representei naquele instante, e pediria ao nobre Vereador José Índio, ~~inclusive~~ inclusive, que coerentemente com a opinião dada naquele instante retirasse a sua proposta para que não ficasse a Comissão com duas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
JB	2	dalva	orçamento	14.11.95		Folha nº 143#1 do Processo 240657 Carlos Roberto Silva Reg. 11130

posições diversas. Uma a de maio, que é ~~imprescindível~~ imprescindível que ouça. Outra, a de novembro, e dispensável que ouça. Isso ficaria muito mal para essa Comissão que se reúne regularmente, como já foi dito, com a liderança, com a competência do nobre Vereador Almir Guimarães e a participação de todos os senhores Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Esta

Presidência agradece as homenagens recebidas pelos nobres C^olegas Odilon Guedes e Nelson Proença, mas como Presidente desta C^omissão eu só tenho o dever de submeter aos senhores Pares a vontade daqueles que aqui se manifestam. Assim sendo nós ~~submetemos~~ submetemos a votos a proposta do nobre Vereador José Índio. Os senhores Vereadores que forem favoráveis a proposta, permaneçam como estão. (Pausa) Então nós temos o Vereador Nelson Guimarães Proença, Odilon Guedes, foram contrários. Agora com votos a favor, José Índio, Vicente V₁scome, Hanna Gharib, Mohamad Said Mourad, Edson S₁mões, ~~aprox~~ pela sua maioria está aprovado e assim sendo no dia de hoje nós encerramos as audiências técnicas, na vontade da ~~exa~~ maioria dos seus membros. E passa a Peça Orçamentária a receber, ter condições técni-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J8	3	dalva	orçamento	14.11.95		

Folha nº	144 #
Processo	220952
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

cas para receber o parecer do eminente ~~Xxxx~~ Relator, Vereador José Indio, dispensando assim, a ~~reconvocação~~ ^{reconvocação} dos Srs. Secretários como havia anteriormente deliberado, e foi objeto das discussões na nossa reunião de hoje.

Antes de encerrar a reunião, com a palavra o nobre Vereador Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Eu só queria corrigir que em parte o nobre Vereador José Indio já corrigiu, ~~xxx~~ por exemplo, o Sr. Secretário Reynaldo de Barros está convidado a vir. Então seria, quer dizer, nós vamos ter ainda uma reunião que nós esperamos a presença dele e de outros....

O SR. PRESIDENTE (Aimir Guimarães) - Não. Não teremos mais, com a decisão de hoje

OSR. ODILON GUEDES - Não. O Vereador José Indio colocou ~~x~~ é de reconvocar, ele não vai ser convocado, ele foi ~~reconvocado~~ convocado uma primeira vez, se ele não vier, é que aí faz efeito o que nós estamos deliberando hoje aqui.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J8	4	dalva	orçamento	14.11.95		

Folha nº 1454	do
Processo 24095	
Carlos Roberto Silva	
Reg. 11130	

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Eu diria ao nobre Vereador Odilon ~~Indio~~ Guedes que essa Presidência foi muito clara. A ~~partir~~ partir de hoje nós encerramos as reuniões técnicas, não teremos mais as nossas reuniões, nós ~~xx~~ iremos receber o relatório do relator Vereador José Indio, ~~para~~ para o projeto ter condições de pauta para passarmos as audiências públicas.

O SR. NELSON GUIMARÃES PROENÇA (Pela ordem) - Sr. Presidente, em vista do que acaba de ser decidido o relatório final desta Comissão, obrigatoriamente deve fazer constar que não responderam a convocação os Srs. Secretários tal, e tal, e tal...e que a Comissão por maioria decidiu que não seria necessário reconvocá-los mas é importante que faça figurar no parecer que não se cumpriu o disposto na Lei orçamentária, não por decisão desta Comissão, mas por não atendimento a convocação que ela fez. Se não ~~xx~~ fizermos isso, nós não teremos deixado ~~claro~~ claro que seguimos o que está previsto no Regimento Interno da Câmara.

O SR. JOSÉ INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Entenda bem, eu não poderei fazer constar isso do Parecer, uma que por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J8	5	dalva	Orçamento	14.11.95		
						Folha nº 146 # 1 do Processo 2005 Carlos Roberto Silva Reg. 11130

sua vez é uma matéria totalmente descabida para o caso. O tra, é que quem está permitindo que não exista a reconvoção é a maioria dos membros da Comissão. As reconvoções que foram feitas, elas estão sendo deliberadamente extinguidas. Então eu não tenho razão, mesmo porque não seria uma matéria cabível dentro do orçamento, essa é uma decisão que está sendo tomada pela maioria.

O SR. ODILON GUEDES - Eu só queria

deixar aqui registrado o meu ~~próprio~~ protesto de ~~insatisfação~~ ponto de vista de que infelizmente a Comissão não votou favoravelmente a convocação desses Secretários, inclusive no meu entender o Sr. Secretário ~~Rafael~~ Reynaldo de Barros tem que vir aqui, porque ele ainda não veio, ele não está sendo reconvocato, como no caso o Secretário da Habitação que ele tinha data marcada, mandou seu representante e não veio, inclusive, se nós pegarmos o registro das reuniões podemos constatar a fala do nobre Vereador Almir Guimarães dizendo o seguinte: no caso em que a Comissão fique satisfeita com as explicações dos representantes das Secretarias, nós ficaremos contemplados, sem a necessidade de reconvoçá-los. Agora no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

147



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
J9	1	dalva	orçamento	14.11.95	Folha nº 142/1 Processo 2A095 Carlos Roberto Silva Reg. 11130	do

caso de não estarmos contemplados, eles seriam reconvidados, e no
~~caso~~ caso o Sr. REynaldo de Barros, ele nem veio aqui e ~~em~~ em
mandou representantes. Então eu acho que temos que manter a data pa-
ra ele vir.

O SR. PRESIDENTE (Almir Guimarães) - Srs.s

Vereadores a discussão é objeto daquilo que foi lido pelo nobre
Vereador Odilon Guedes, que é o art. 32 da Lei Orgânica que dá prer-
rogativa no § 4º de convocar os Secretários Municipais responsáveis
pela Administração direta e indireta e os Conselheiros do Tribunal de
Contas. É evidente que essa convocação só terá sua validade feita
pela maioria dos Srs. Membros, como no dia de hoje os senhores mem-
bros pensa o contrário, damos por encerrada a reunião, e não haverá
mais reuniões técnicas. O Sr. Relator está autorizado pelos membros
da Comissão a emitir seu parecer.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Segue _____ rubricado _____, nesta data _____
Documento _____ e papel de informação _____
Rubricado _____ sob folha _____ nº 404
Em _____

Carlos Roberto da Silva

Supervisor de Equipe - SGP-15



Câmara Municipal de São Paulo

Senhor Presidente:

Folha nº. 148	do proc.
nº. 270	da 1975
Carlos Roberto da Silva Supervisor de Grupo - SGP.	

Solicito de V.Exa. as providências cabíveis a fim de que o Executivo responda aos seguintes quesitos sobre o Projeto de Lei nº 270/95, formulados por decisão da Comissão que presido:

1º) Quais os motivos que levaram à situação atual da empresa, que vem apresentando sistematicamente perda de receita, conforme afirma a exposição de motivos?

2º) Quais os valores referentes ao endividamento da empresa, quais as pendências judiciais existentes referentes a esse endividamento e que medidas estão sendo tomadas para sua solução?

3º) Qual o plano de recuperação da empresa? Quais as medidas concretas que vêm sendo adotadas para tal finalidade?

Almir Guimarães

Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

Deferido

Miguel Colasuonno

Presidente

19
LEG 2 - Senhora. Chefe
Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.

A
LEG 3 - Senhora. Chefe
Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.

SP. 30/11/95

CAETANO DEL GIORPO
em Chefe Gab. Presidência
Reg. 22.272

RECEBIDO EM LEG. 3

30/11/95

17:30

Sr. Cristino.

Oficiar ao Executivo solicitando informações para a
Comissão de Finanças e Orçamento.

01/12/95
MARCOS ANTÔNIO LEONIDAS
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Sr. Chefe.

Providenciado, conforme solicitação de V. S^a.

01/12/95
José Cristino Souza Santos
Oficial Legislativo

SEGUE m. juntado, nesta data
documento e papel de informação
publicado sob folha nº 149 a 151

Em 11/12/95.

José Cristino Souza Santos
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 04 de dezembro de 1995.

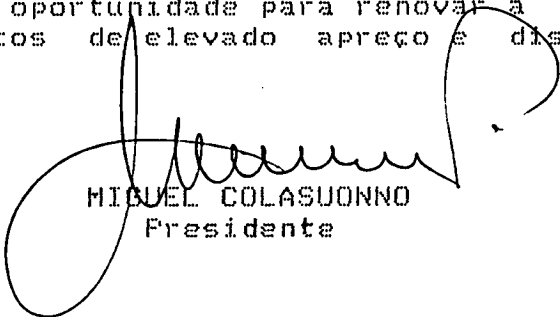
18 - OF-LEG3
OFICIO N.0935/1995

Folha nº. 149	do proc.
nº. 270	da 19 95
8	

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Finanças e Orçamento e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 270/95, de autoria desse Executivo - que concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A, e dá outras providências, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do despacho da comissão solicitante de fls. 148.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

jcss.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

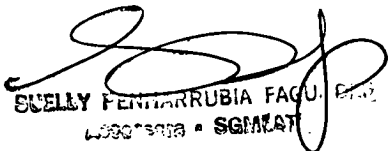
MEMORANDO

São Paulo, 04 de dezembro de 1995

Folha nº. 150	do proc.
nº. 270	de 1995
X	

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 935/95, de 04/12/95, solicitando ao Executivo informações referentes ao Projeto de Lei nº 270/95, de autoria do Executivo.

Anexo: cópia xerográfica do despacho da Comissão de Finanças e Orçamento de fls. 148.

5/12/95

SUELY FENTURRUBIA FAGUNDES
LÍDERA SUPLENTE - SGMTAT



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 151

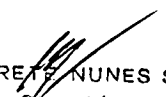
do processo nº 270 de 1995 11 12 95 (a) 8

José Cristino Souza Santos
Oficial Legislativo

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em, 11/12/95


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 11.12.95 às 19h.


MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

EM BRANCO

SEGUE *m* juntado *s* nesta data, *os* documento *s* e papel para informação, rubricado *s*

sob folha *s* nº *152 a 184*

Em *27* *12* *95*

(a) *m*

153
270 1.9 96

315 -

**RELAÇÃO ANEXA AO OFÍCIO A.T.L. Nº 315/95 DAS INFORMAÇÕES
RELATIVAS AOS PROJETOS DE LEI RELACIONADOS A SEGUIR:**

1. P.L. nº 1068/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0747/95 = Vereador Mário Noda - denomina Cristóvão de Alencar a Passagem 2 (CADLOG 42.467-0), setor 198 - quadra 067 - Tremembé - AR/JT.
2. P.L. nº 691/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0691/95 - Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho - institui o Museu de Astrologia Contemporânea, e dá outras providências.
3. P.L. nº 803/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0590/95 - Vereador Jooji Hato - denomina Ambulatório de Especialidades do Ipiranga Flávio Giannotti o Ambulatório de Especialidades do Ipiranga, Rua Xavier de Almeida no bairro do Ipiranga.
4. P.L. nº 322/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0321/95 - Vereador Mário Noda - proíbe o tabagismo, consumo e venda, nos locais que especifica e determina outras providências.
5. RPP nº 56/95-CÊE nº 08/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0717/95 - Comissão de Estudos da Poluição Visual.
6. P.L. nº 717/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0814/95 - Vereador Marcos Cintra - altera tipo de corredor de uso especial da Rua Ásia e da Rua Amália de Noronha.
7. P.L. nº 270/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0935/95 =

Executivo - concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A, e dá outras providências.

8. P.L. nº 1128/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0810/95 - Vereador Mário Noda - denomina Peter Lawford, a via sem denominação, localizada no setor 187 - quadras 089 e 095 - AR/PR.

9. P.L. nº 1117/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0807/95 - Vereador Mário Noda - denomina Fernando Lamas, a Passagem Particular, sem denominação (CADLOG 28.880-2) setor 140 - quadra 073 - AR/FO.

10. P.L. nº 948/95 - Ofício nº 18/Leg.3/0768/95 - Vereador Mário Noda - denomina Luis Jatobá, a Passagem Dois (CADLOG 64.223-1) Setor 142 - Quadra 105 - AR/PE.



Folha n.º	155	do proc.
n.º	270	de 19 96
o	funcionário	

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 270/95, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0935/95, REME
TIDO A CÂMARA MUNICIPAL COM OFÍCIO ATL Nº 315/95.

DEMONSTRATIVO DE IPTU

Folha n° 156 do proc. 24
n° 270 de 1996
o funcionário

ANTONIO NISSENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SAO PAULO TRANSPORTE S/A

Exercício - 1.992 (Atrasado)	66,0180
Exercício - 1.994 (Atrasado)	3 880,5086
Exercício - 1.995 (Atrasado)	6 032,0350
Sub-Total	9 978,5616

DEFE UFM : 9 978,5616

VALOR UFM DEZ/95 : 38,74

T A L 386 569,48

OBS: O VALOR ACIMA NAO ESTA INCLUIDO A MULTA.

FIN/IPTU/DEMONSTR.WK1

20-Dez-95

DEMONSTRATIVO DE IPTU EM ATRASO

Folha n. 157 do proc. fl. 25
n. 270 de 1996
o funcionárioANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SAO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. DAS NACOES UNIDAS S/N.

087.079.0039-2

EXERCICIO 1992

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/02/92	2,3356
13/03/92	2,3356
13/04/92	2,3356
13/05/92	2,3356
12/06/92	2,3356
13/07/92	2,3356
12/08/92	2,3356
11/09/92	2,3356
13/10/92	2,3356
12/11/92	2,3356

TOTAL

23,3560

AV. DAS NACOES UNIDAS S/N.

087.079.0039-2

EXERCICIO 1992

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/02/92	4,2662
13/03/92	4,2662
13/04/92	4,2662
13/05/92	4,2662
12/06/92	4,2662
13/07/92	4,2662
12/08/92	4,2662
11/09/92	4,2662
13/10/92	4,2662
12/11/92	4,2662

TOTAL

42,6620

AV. AGUIA DE HAIA, N 3270

141.057.0080-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94	57,4545
05/09/94	57,4545
05/10/94	57,4545
07/11/94	57,4545
07/12/94	57,4545

TOTAL

287,2725

AV. AGUIA DE HAIA, N 3270

141.057.0080-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94	63,8177
05/09/94	63,8177
05/10/94	63,8177
07/11/94	63,8177
07/12/94	63,8177

TOTAL

319,0885

AV. CELSO GARCIA, N 158

025.055.0002-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	0,3708
02/09/94	0,3708
03/10/94	0,3708
03/11/94	0,3708
05/12/94	0,3708
04/01/95	0,3708

TOTAL

2,2243

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. CELSO GARCIA, N 158
=====

025.055.0002-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,8985
02/09/94	1,8985
03/10/94	1,8985
03/11/94	1,8985
05/12/94	1,8985
04/01/95	1,8985

TOTAL

11,3910

AV. CELSO GARCIA, N 158
=====

025.055.0002-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,4820
02/09/94	1,4820
03/10/94	1,4820
03/11/94	1,4820
05/12/94	1,4820
04/01/95	1,4820

TOTAL

8,8920

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0328-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7314
19/08/94	0,7314
19/09/94	0,7314
19/10/94	0,7314
18/11/94	0,7314

TOTAL

3,6570

DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0328-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9559
19/08/94	0,9559
19/09/94	0,9559
19/10/94	0,9559
18/11/94	0,9559

TOTAL

4,7795

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0329-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7150
19/08/94	0,7150
19/09/94	0,7150
19/10/94	0,7150
18/11/94	0,7150

TOTAL

3,5750

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0329-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9282
19/08/94	0,9282
19/09/94	0,9282
19/10/94	0,9282
18/11/94	0,9282

TOTAL

4,6410

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0330-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7061
19/08/94	0,7061
19/09/94	0,7061
19/10/94	0,7061
18/11/94	0,7061

TOTAL

3,5305

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0330-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9066
19/08/94	0,9066
19/09/94	0,9066
19/10/94	0,9066
18/11/94	0,9066

TOTAL

4,5330

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0331-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,6970
19/08/94	0,6970
19/09/94	0,6970
19/10/94	0,6970
18/11/94	0,6970

TOTAL

3,4850

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0331-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,8922
19/08/94	0,8922
19/09/94	0,8922
19/10/94	0,8922
18/11/94	0,8922

TOTAL

4,4610

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0332-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7038
19/08/94	0,7038
19/09/94	0,7038
19/10/94	0,7038
18/11/94	0,7038

TOTAL 3,5190

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0332-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9012
19/08/94	0,9012
19/09/94	0,9012
19/10/94	0,9012
18/11/94	0,9012

TOTAL 4,5060

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0333-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7083
19/08/94	0,7083
19/09/94	0,7083
19/10/94	0,7083
18/11/94	0,7083

TOTAL 3,5415

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0333-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9048
19/08/94	0,9048
19/09/94	0,9048
19/10/94	0,9048
18/11/94	0,9048

TOTAL 4,5240

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0334-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7451
19/08/94	0,7451
19/09/94	0,7451
19/10/94	0,7451
18/11/94	0,7451

TOTAL 3,7255

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0334-7

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,9675
19/08/94	0,9675
19/09/94	0,9675
19/10/94	0,9675
18/11/94	0,9675

TOTAL

4,8375

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0335-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	1,0452
19/08/94	1,0452
19/09/94	1,0452
19/10/94	1,0452
18/11/94	1,0452

TOTAL

5,2260

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0335-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,7851
19/08/94	0,7851
19/09/94	0,7851
19/10/94	0,7851
18/11/94	0,7851

TOTAL

3,9255

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0336-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

07/03/94	0,5435
06/04/94	0,5435
06/05/94	0,5435
06/06/94	0,5435
05/08/94	0,5435
05/09/94	0,5435
05/10/94	0,5435
07/11/94	0,5435
07/12/94	0,5435

TOTAL

4,8915

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0337-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

07/03/94	0,5435
06/04/94	0,5435
06/05/94	0,5435
06/06/94	0,5435
05/08/94	0,5435
05/09/94	0,5435
05/10/94	0,5435
07/11/94	0,5435
07/12/94	0,5435

Folha n° 162 do proc. 230 de 1996 fl. 30
n° 230 de 1996
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

TOTAL

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0338-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

07/03/94	0,5435
06/04/94	0,5435
06/05/94	0,5435
06/06/94	0,5435
05/08/94	0,5435
05/09/94	0,5435
05/10/94	0,5435
07/11/94	0,5435
07/12/94	0,5435

TOTAL

4,8915

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0340-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

07/03/94	0,5435
06/04/94	0,5435
06/05/94	0,5435
06/06/94	0,5435
05/08/94	0,5435
05/09/94	0,5435
05/10/94	0,5435
07/11/94	0,5435
07/12/94	0,5435

TOTAL

4,8915

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0341-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

07/03/94	0,5435
06/04/94	0,5435
06/05/94	0,5435
06/06/94	0,5435
05/08/94	0,5435
05/09/94	0,5435
05/10/94	0,5435
07/11/94	0,5435
07/12/94	0,5435

TOTAL

4,8915

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0327-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,3781
19/08/94	0,3781
19/09/94	0,3781
19/10/94	0,3781
18/11/94	0,3781

TOTAL

1,8905

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0327-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,4956
19/08/94	0,4956

19/09/94
19/10/94
18/11/94

0,4956
0,4956
0,4956

Fl. 31
163 do proc.
270 de 1996
o funcionário

ANTÔNIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

TOTAL

2,4780

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0342-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94
19/08/94
19/09/94
19/10/94
18/11/94

0,3785
0,3785
0,3785
0,3785
0,3785

TOTAL

1,8925

DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0342-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94
19/08/94
19/09/94
19/10/94
18/11/94

0,4911
0,4911
0,4911
0,4911
0,4911

TOTAL

2,4555

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0343-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94
19/08/94
19/09/94
19/10/94
18/11/94

0,3312
0,3312
0,3312
0,3312
0,3312

TOTAL

1,6560

DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0343-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94
19/08/94
19/09/94
19/10/94
18/11/94

0,4297
0,4297
0,4297
0,4297
0,4297

TOTAL

2,1485

AV. DAS NACOES UNIDAS S/N.

087.079.0039-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

15/08/94
14/09/94
14/10/94
14/11/94
14/12/94
13/01/95
13/02/95

2,7733
2,7733
2,7733
2,7733
2,7733
2,7733
2,7733

Folha n. 164 do proc. 32
n. 270 de 1946
19,4131o funcionário
ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SAO PAULO TRANSPORTE S/A

TOTAL

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0353-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
01/03/94	0,1161
04/04/94	0,1161
04/05/94	0,1161
03/06/94	0,1161
03/08/94	0,1161
02/09/94	0,1161
04/10/94	0,1161
04/11/94	0,1161
06/12/94	0,1161

TOTAL 1,0449

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0353-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
01/03/94	0,1999
04/04/94	0,1999
04/05/94	0,1999
03/06/94	0,1999
03/08/94	0,1999
02/09/94	0,1999
04/10/94	0,1999
04/11/94	0,1999
06/12/94	0,1999

TOTAL 1,7991

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0345-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
20/07/94	0,0958
19/08/94	0,0958
19/09/94	0,0958
19/10/94	0,0958
18/11/94	0,0958

TOTAL 0,4790

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0345-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
20/07/94	0,3491
19/08/94	0,3491
19/09/94	0,3491
19/10/94	0,3491
18/11/94	0,3491

TOTAL 1,7455

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0346-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
20/07/94	0,1033
19/08/94	0,1033
19/09/94	0,1033
19/10/94	0,1033
18/11/94	0,1033

Folha n. 165 do procl. 33
 270 de 1996
 o Funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
 Téc em Serv. Administração
 SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 EXERCICIO 1994
 =====
 076.761.0346-0
 =====
 VENCIMENTO
 20/07/94 0,3761
 19/08/94 0,3761
 19/09/94 0,3761
 19/10/94 0,3761
 18/11/94 0,3761
 =====
 TOTAL 1,8805

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 EXERCICIO 1994
 =====
 076.761.0347-9
 =====
 VENCIMENTO
 20/07/94 0,1077
 19/08/94 0,1077
 19/09/94 0,1077
 19/10/94 0,1077
 18/11/94 0,1077
 =====
 TOTAL 0,5385

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 EXERCICIO 1994
 =====
 076.761.0347-9
 =====
 VENCIMENTO
 20/07/94 0,3959
 19/08/94 0,3959
 19/09/94 0,3959
 19/10/94 0,3959
 18/11/94 0,3959
 =====
 TOTAL 1,9795

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 EXERCICIO 1994
 =====
 076.761.0348-7
 =====
 VENCIMENTO
 20/07/94 0,1147
 19/08/94 0,1147
 19/09/94 0,1147
 19/10/94 0,1147
 18/11/94 0,1147
 =====
 TOTAL 0,5735

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 EXERCICIO 1994
 =====
 076.761.0348-7
 =====
 VENCIMENTO
 20/07/94 0,4254
 19/08/94 0,4254
 19/09/94 0,4254
 19/10/94 0,4254
 18/11/94 0,4254
 =====
 TOTAL 2,1270

AV. ITABERABA, S/N.
 =====
 076.761.0349-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,1222
19/08/94	0,1222
19/09/94	0,1222
19/10/94	0,1222
18/11/94	0,1222

TOTAL

0,6110

166 do proc.
270 de 1996
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0349-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,4643
19/08/94	0,4643
19/09/94	0,4643
19/10/94	0,4643
18/11/94	0,4643

TOTAL

2,3215

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0350-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,1282
19/08/94	0,1282
19/09/94	0,1282
19/10/94	0,1282
18/11/94	0,1282

TOTAL

0,6410

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0350-9

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,4931
19/08/94	0,4931
19/09/94	0,4931
19/10/94	0,4931
18/11/94	0,4931

TOTAL

2,4655

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.351-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,1341
19/08/94	0,1341
19/09/94	0,1341
19/10/94	0,1341
18/11/94	0,1341

TOTAL

0,6705

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.351-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,5226
19/08/94	0,5226
19/09/94	0,5226
19/10/94	0,5226
18/11/94	0,5226

Folha n° 167 do pro. fl. 35
n° 270 de 1996
o funcionário

TOTAL

2,6130

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0352-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,1374
19/08/94	0,1374
19/09/94	0,1374
19/10/94	0,1374
18/11/94	0,1374

TOTAL

0,6870

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0352-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	0,5438
19/08/94	0,5438
19/09/94	0,5438
19/10/94	0,5438
18/11/94	0,5438

TOTAL

2,7190

AV. MARQUES SAO VICENTE, S/N.

197.015.0056-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	1,6594
19/08/94	1,6594
19/09/94	1,6594
19/10/94	1,6594
18/11/94	1,6594

TOTAL

8,2970

AV. MARQUES SAO VICENTE, S/N.

197.015.0056-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94	1,2035
19/08/94	1,2035
19/09/94	1,2035
19/10/94	1,2035
18/11/94	1,2035

TOTAL

6,0175

AV. VIEIRA DE CARVALHO, 149

007.062.0036-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	3,4219
02/09/94	3,4219
04/10/94	3,4219
04/11/94	3,4219
06/12/94	3,4219

TOTAL

17,1095

AV. VIEIRA DE CARVALHO, 149

007.062.0036-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94
02/09/94
04/10/94
04/11/94
06/12/940,8209
0,8209
0,8209
0,8209
0,8209

TOTAL

4,1045

Folha n. 168 do proc.
n. 270 de 1996
o funcionárioANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SAO PAULO TRANSPORTE S/A

RUA BARRA DO MENDES

075.345.0001-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

18/07/94
17/08/94
16/09/94
17/10/94
16/11/94
16/12/944,2716
4,2716
4,2716
4,2716
4,2716
4,2716

TOTAL

25,6296

RUA BARRA DO MENDES

075.345.0001-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

18/07/94
17/08/94
16/09/94
17/10/94
16/11/94
16/12/942,0342
2,0342
2,0342
2,0342
2,0342
2,0342

TOTAL

12,2052

RUA BIGUACU, 185

055.014.0007-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94
02/09/94
04/10/94
04/11/94
06/12/940,9422
0,9422
0,9422
0,9422
0,9422

TOTAL

4,7110

RUA BIGUACU, 185

055.014.0007-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94
02/09/94
04/10/94
04/11/94
06/12/940,0369
0,0369
0,0369
0,0369
0,0369

TOTAL

0,1845

RUA BIGUACU, 185

055.014.0007-3

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94
02/09/940,7076
0,7076

04/10/94 0,7076
04/11/94 0,7076
06/12/94 0,7076

Folha n° 169 do proc.
n° 270 de 1996
o funcionário

fl 37

TOTAL

3,5380

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

RUA BORGES LAGOA, 930
=====

042.045.0312-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94 1,8154
19/08/94 1,8154
19/09/94 1,8154
19/10/94 1,8154
18/11/94 1,8154

TOTAL

9,0770

BORGES LAGOA, 930
=====

042.045.0312-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94 0,6630
19/08/94 0,6630
19/09/94 0,6630
19/10/94 0,6630
18/11/94 0,6630

TOTAL

3,3150

RUA CACHOEIRA, 975
=====

026.003.0001-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94 158,5126
19/08/94 158,5126
19/09/94 158,5126
19/10/94 158,5126
18/11/94 158,5126

TOTAL

792,5630

CACHOEIRA, 975
=====

026.003.0001-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/07/94 114,7895
19/08/94 114,7895
19/09/94 114,7895
19/10/94 114,7895
18/11/94 114,7895

TOTAL

573,9475

RUA CARNEIRO LEAO, 421
=====

003.019.0302-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/08/94 2,3611
12/09/94 2,3611
13/10/94 2,3611
14/11/94 2,3611
14/12/94 2,3611
13/01/95 2,3611
13/02/95 2,3611
15/03/95 2,3611

TOTAL

18,8888

RUA CARNEIRO LEAO, 421

003.019.0302-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/08/94	2,2239
12/09/94	2,2239
13/10/94	2,2239
14/11/94	2,2239
14/12/94	2,2239
13/01/95	2,2239
13/02/95	2,2239
15/03/95	2,2239

TOTAL

17,7912

RUA CARNEIRO LEAO, 421

003.019.0302-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/08/94	0,8009
12/09/94	0,8009
13/10/94	0,8009
14/11/94	0,8009
14/12/94	0,8009
13/01/95	0,8009
13/02/95	0,8009
15/03/95	0,8009

TOTAL

6,4072

RUA CHAMANTA, 835

100.109.0009-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,9815
02/09/94	1,9815
03/10/94	1,9815
03/11/94	1,9815
05/12/94	1,9815
04/01/95	1,9815
03/02/95	1,9815
06/03/95	1,9815
05/04/95	1,9815

TOTAL

17,8335

RUA CHAMANTA, 835

100.109.0009-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,0069
02/09/94	1,0069
03/10/94	1,0069
03/11/94	1,0069
05/12/94	1,0069
04/01/95	1,0069
03/02/95	1,0069
06/03/95	1,0069
05/04/95	1,0069

TOTAL

9,0621

RUA COMENDADOR CANTINHO, 474

061.052.0056-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

15/08/94 1,5606
14/09/94 1,5606
14/10/94 1,5606
14/11/94 1,5606
14/12/94 1,5606
13/01/95 1,5606
13/02/95 1,5606

TOTAL 10,9242

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

RUA COMENDADOR CANTINHO, 474
=====

061.052.0056-0

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

15/08/94 1,5245
14/09/94 1,5245
14/10/94 1,5245
14/11/94 1,5245
14/12/94 1,5245
13/01/95 1,5245
13/02/95 1,5245

TOTAL 10,6715

RUA CONEGO VICENTE M. MARINO, 621
=====

020.008.0071-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94 15,2955
05/09/94 15,2955
05/10/94 15,2955
04/11/94 15,2955
06/12/94 15,2955

TOTAL 76,4775

RUA CONEGO VICENTE M. MARINO, 621
=====

020.008.0071-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94 64,9046
05/09/94 64,9046
05/10/94 64,9046
04/11/94 64,9046
06/12/94 64,9046

TOTAL 324,5230

RUA CONEGO VICENTE M. MARINO, 621
=====

020.008.0071-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94 77,0935
05/09/94 77,0935
05/10/94 77,0935
04/11/94 77,0935
06/12/94 77,0935

TOTAL 385,4675

RUA DIAMANTE PRETO, S/N.
=====

056.079.0102-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

08/08/94 1,4715
08/09/94 1,4715

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

10/10/94	1,4715
09/11/94	1,4715
09/12/94	1,4715
09/01/95	1,4715
08/02/95	1,4715

TOTAL 10,3005

RUA DIAMANTE PRETO, S/N.

056.079.0102-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

08/08/94	1,7480
08/09/94	1,7480
10/10/94	1,7480
09/11/94	1,7480
09/12/94	1,7480
09/01/95	1,7480
08/02/95	1,7480

TOTAL 12,2360

DIAMANTE PRETO, S/N.

056.079.0102-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

08/08/94	0,2450
08/09/94	0,2450
10/10/94	0,2450
09/11/94	0,2450
09/12/94	0,2450
09/01/95	0,2450
08/02/95	0,2450

TOTAL 1,7150

RUA DO MAR PAULISTA, S/N.

121.194.0019-8

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

20/07/94	2,8685
19/08/94	2,8685
19/09/94	2,8685
19/10/94	2,8685
18/11/94	2,8685

TOTAL 14,3425

RUA DOS TRILHOS, S/N.

027.071.0054-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,4719
02/09/94	1,4719
03/10/94	1,4719
03/11/94	1,4719
05/12/94	1,4719
04/01/95	1,4719
03/02/95	1,4719
06/03/95	1,4719
05/04/95	1,4719

TOTAL 13,2471

RUA DOS TRILHOS, S/N.

027.071.0054-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

Folha n. 173 do processo n. 220 de 1996 p. 41
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

03/08/94	0,5552
02/09/94	0,5552
03/10/94	0,5552
03/11/94	0,5552
05/12/94	0,5552
04/01/95	0,5552
03/02/95	0,5552
06/03/95	0,5552
05/04/95	0,5552

TOTAL 4,9968

RUA DOS TRILHOS, S/N.
=====

027.071.0054-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,7486
02/09/94	1,7486
03/10/94	1,7486
03/11/94	1,7486
05/12/94	1,7486
04/01/95	1,7486
03/02/95	1,7486
06/03/95	1,7486
05/04/95	1,7486

TOTAL 15,7374

RUA DONA ADMA JAFET, 220
=====

010.061.0122-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

17/02/94	2,0794
21/03/94	2,0794
20/04/94	2,0794
20/05/94	2,0794
20/06/94	2,0794
20/07/94	2,0794
19/08/94	2,0794
19/09/94	2,0794
19/10/94	2,0794
18/11/94	2,0794

TOTAL 20,7940

RUA DONA ADMA JAFET, 220
=====

010.061.0122-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

17/02/94	2,5167
21/03/94	2,5167
20/04/94	2,5167
20/05/94	2,5167
20/06/94	2,5167
20/07/94	2,5167
19/08/94	2,5167
19/09/94	2,5167
19/10/94	2,5167
18/11/94	2,5167

TOTAL 25,1670

RUA DOUTOR ELIAS CHAVES, S/N.
=====

020.018.0009-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

03/08/94	2,1148
02/09/94	2,1148
03/10/94	2,1148

03/11/94 2,1148
05/12/94 2,1148

Folha n. 174 do proc. 42
n. 270 de 1996
o funcionário

TOTAL 10,5740

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

RUA DOUTOR ELIAS CHAVES, S/N.

020.018.0009-6

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

03/08/94 3,8899
02/09/94 3,8899
03/10/94 3,8899
03/11/94 3,8899
05/12/94 3,8899

TOTAL 19,4495

RUA GEDIVALDO CALIXTO DE SOUZA, 352

148.173.0041-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

08/08/94 1,1698
08/09/94 1,1698
10/10/94 1,1698
09/11/94 1,1698
09/12/94 1,1698
09/01/95 1,1698
08/02/95 1,1698

TOTAL 8,1886

RUA GEDIVALDO CALIXTO DE SOUZA, 352

148.173.0041-7

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

08/08/94 1,6739
08/09/94 1,6739
10/10/94 1,6739
09/11/94 1,6739
09/12/94 1,6739
09/01/95 1,6739
08/02/95 1,6739

TOTAL 11,7173

RUA JOSE DE ALBUQUERQUE MEDEIROS, 70

070.349.0012-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

12/08/94 0,5226
12/09/94 0,5226
13/10/94 0,5226
14/11/94 0,5226
14/12/94 0,5226

TOTAL 2,6130

RUA JOSE DE ALBUQUERQUE MEDEIROS, 70

070.349.0012-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO QUANTIDADE UFM

12/08/94 0,6367
12/09/94 0,6367
13/10/94 0,6367
14/11/94 0,6367
14/12/94 0,6367

Folha n° 175 do proc.
n° 270 de 1992
o funcionário 43

TOTAL

3,1835

RUA JOSE TAVARES SIQUEIRA, 83
=====

062.124.0223-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/08/94	1,2283
12/09/94	1,2283
13/10/94	1,2283
14/11/94	1,2283
14/12/94	1,2283
13/01/95	1,2283
13/02/95	1,2283
15/03/95	1,2283

TOTAL

9,8264

RUA JOSE TAVARES SIQUEIRA, 83
=====

062.124.0223-1

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

12/08/94	1,9582
12/09/94	1,9582
13/10/94	1,9582
14/11/94	1,9582
14/12/94	1,9582
13/01/95	1,9582
13/02/95	1,9582
15/03/95	1,9582

TOTAL

15,6656

RUA JOAQUIM G. FRANCO, 399
=====

150.132.0046-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,1177
02/09/94	1,1177
03/10/94	1,1177
03/11/94	1,1177
05/12/94	1,1177
04/01/95	1,1177

TOTAL

6,7062

RUA JOAQUIM G. FRANCO, 399
=====

150.132.0046-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	0,8210
02/09/94	0,8210
03/10/94	0,8210
03/11/94	0,8210
05/12/94	0,8210
04/01/95	0,8210

TOTAL

4,9260

RUA MACHADO DE ASSIS, 601
=====

038.109.0012-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

05/08/94	65,9680
05/09/94	65,9680
05/10/94	65,9680
04/11/94	65,9680
06/12/94	65,9680

Folha n° 176 do proc.
n° 270 de 1994. 44
o funcionário

TOTAL 329,8400

RUA MACHADO DE ASSIS, 601
=====

038.109.0012-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
05/08/94	32,9963
05/09/94	32,9963
05/10/94	32,9963
04/11/94	32,9963
06/12/94	32,9963

TOTAL 164,9815

RUA PAULO GONCALVES, 44
=====

072.108.0004-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
08/08/94	1,1238
08/09/94	1,1238
11/10/94	1,1238
10/11/94	1,1238

TOTAL 4,4952

RUA PAULO GONCALVES, 44
=====

072.108.0004-2

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
08/08/94	0,7622
08/09/94	0,7622
11/10/94	0,7622
10/11/94	0,7622

TOTAL 3,0488

RUA URANO, 388
=====

033.053.0026-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
18/07/94	1,2907
17/08/94	1,2907
16/09/94	1,2907
17/10/94	1,2907
16/11/94	1,2907
16/12/94	1,2907

TOTAL 7,7442

RUA URANO, 388
=====

033.053.0026-4

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
18/07/94	2,4270
17/08/94	2,4270
16/09/94	2,4270
17/10/94	2,4270
16/11/94	2,4270
16/12/94	2,4270

TOTAL 14,5620

RUA VISCONDE DE PARNAIBA, 3537
=====

026.064.0030-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	2,1885
02/09/94	2,1885
03/10/94	2,1885
03/11/94	2,1885
05/12/94	2,1885
04/01/95	2,1885

TOTAL

13,1310

RUA VISCONDE DE PARNAIBA, 3537

026.064.0030-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	0,7127
02/09/94	0,7127
03/10/94	0,7127
03/11/94	0,7127
05/12/94	0,7127
04/01/95	0,7127

TOTAL

4,2762

RUA VISCONDE DE PARNAIBA, 3537

026.064.0030-5

EXERCICIO 1994

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

03/08/94	1,8596
02/09/94	1,8596
03/10/94	1,8596
03/11/94	1,8596
05/12/94	1,8596
04/01/95	1,8596

TOTAL

11,1576

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0327-4

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,9312
01/03/95	0,9312
03/04/95	0,9312
03/05/95	0,9312
02/06/95	0,9312
03/07/95	0,9312
02/08/95	0,9312
01/09/95	0,9312
02/10/95	0,9312
01/11/95	0,9312

TOTAL

9,3120

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0328-2

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,7991
01/03/95	1,7991
03/04/95	1,7991
03/05/95	1,7991
02/06/95	1,7991
03/07/95	1,7991
02/08/95	1,7991
01/09/95	1,7991
02/10/95	1,7991
01/11/95	1,7991

Folha n. 137 do proc. 270 de 1996 fl. 45
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

TOTAL

17,9910

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0329-0

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,7523
01/03/95	1,7523
03/04/95	1,7523
03/05/95	1,7523
02/06/95	1,7523
03/07/95	1,7523
02/08/95	1,7523
01/09/95	1,7523
02/10/95	1,7523
01/11/95	1,7523

TOTAL

17,5230

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0330-4

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,7206
01/03/95	1,7206
03/04/95	1,7206
03/05/95	1,7206
02/06/95	1,7206
03/07/95	1,7206
02/08/95	1,7206
01/09/95	1,7206
02/10/95	1,7206
01/11/95	1,7206

TOTAL

17,2060

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0331-2

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,6958
01/03/95	1,6958
03/04/95	1,6958
03/05/95	1,6958
02/06/95	1,6958
03/07/95	1,6958
02/08/95	1,6958
01/09/95	1,6958
02/10/95	1,6958
01/11/95	1,6958

TOTAL

16,9580

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N

076.761.0332-0

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,7128
01/03/95	1,7128
03/04/95	1,7128
03/05/95	1,7128
02/06/95	1,7128
03/07/95	1,7128
02/08/95	1,7128
01/09/95	1,7128
02/10/95	1,7128
01/11/95	1,7128

TOTAL

17,1280

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.033-9

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,7215
01/03/95	1,7215
03/04/95	1,7215
03/05/95	1,7215
02/06/95	1,7215
03/07/95	1,7215
02/08/95	1,7215
01/09/95	1,7215
02/10/95	1,7215
01/11/95	1,7215

TOTAL

17,2150

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0334-7

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,8264
01/03/95	1,8264
03/04/95	1,8264
03/05/95	1,8264
02/06/95	1,8264
03/07/95	1,8264
02/08/95	1,8264
01/09/95	1,8264
02/10/95	1,8264
01/11/95	1,8264

TOTAL

18,2640

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0335-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,9504
01/03/95	1,9504
03/04/95	1,9504
03/05/95	1,9504
02/06/95	1,9504
03/07/95	1,9504
02/08/95	1,9504
01/09/95	1,9504
02/10/95	1,9504
01/11/95	1,9504

TOTAL

19,5040

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0342-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,9274
01/03/95	0,9274
03/04/95	0,9274
03/05/95	0,9274
02/06/95	0,9274
03/07/95	0,9274
02/08/95	0,9274
01/09/95	0,9274
02/10/95	0,9274
01/11/95	0,9274

TOTAL

9,2740

Folha n.º 127 do proc. 47
n.º 270 de 1996
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. DEPUTADO EMILIO CARLOS, S/N
=====

076.761.0343-6

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,8116
01/03/95	0,8116
03/04/95	0,8116
03/05/95	0,8116
02/06/95	0,8116
03/07/95	0,8116
02/08/95	0,8116
01/09/95	0,8116
02/10/95	0,8116
01/11/95	0,8116

TOTAL

8,1160

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0345-2

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,4667
01/03/95	0,4667
03/04/95	0,4667
03/05/95	0,4667
02/06/95	0,4667
03/07/95	0,4667
02/08/95	0,4667
01/09/95	0,4667
02/10/95	0,4667
01/11/95	0,4667

TOTAL

4,6670

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0346-0

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,5028
01/03/95	0,5028
03/04/95	0,5028
03/05/95	0,5028
02/06/95	0,5028
03/07/95	0,5028
02/08/95	0,5028
01/09/95	0,5028
02/10/95	0,5028
01/11/95	0,5028

TOTAL

5,0280

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0347-9

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,5279
01/03/95	0,5279
03/04/95	0,5279
03/05/95	0,5279
02/06/95	0,5279
03/07/95	0,5279
02/08/95	0,5279
01/09/95	0,5279
02/10/95	0,5279
01/11/95	0,5279

TOTAL

5,2790

AV. ITABERABA, S/N.
=====

076.761.0348-7

Folha n. 180 do proc.
n. 220 de 1996
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,5662
01/03/95	0,5662
03/04/95	0,5662
03/05/95	0,5662
02/06/95	0,5662
03/07/95	0,5662
02/08/95	0,5662
01/09/95	0,5662
02/10/95	0,5662
01/11/95	0,5662

TOTAL

5,6620

Folha n.º 181 do proc.

n.º 270 de 1996 fl. 49

o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0349-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,6145
01/03/95	0,6145
03/04/95	0,6145
03/05/95	0,6145
02/06/95	0,6145
03/07/95	0,6145
02/08/95	0,6145
01/09/95	0,6145
02/10/95	0,6145
01/11/95	0,6145

TOTAL

6,1450

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0350-9

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,6506
01/03/95	0,6506
03/04/95	0,6506
03/05/95	0,6506
02/06/95	0,6506
03/07/95	0,6506
02/08/95	0,6506
01/09/95	0,6506
02/10/95	0,6506
01/11/95	0,6506

TOTAL

6,5060

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0351-7

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	0,6873
01/03/95	0,6873
03/04/95	0,6873
03/05/95	0,6873
02/06/95	0,6873
03/07/95	0,6873
02/08/95	0,6873
01/09/95	0,6873
02/10/95	0,6873
01/11/95	0,6873

TOTAL

6,8730

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0352-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

27/01/95	0,7124
01/03/95	0,7124
03/04/95	0,7124
03/05/95	0,7124
02/06/95	0,7124
03/07/95	0,7124
02/08/95	0,7124
01/09/95	0,7124
02/10/95	0,7124
01/11/95	0,7124

TOTAL 7,1240

AV. ITABERABA, S/N.

076.761.0353-3

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,5094	
01/03/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
03/04/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
03/05/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
02/06/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
03/07/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
02/08/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
01/09/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
02/10/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
01/11/95	1,5094	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA

TOTAL 15,0940

AV. VIEIRA DE CARVALHO, 149

007.062.0036-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	3,9639
01/03/95	3,9639
03/04/95	3,9639
03/05/95	3,9639
02/06/95	3,9639
03/07/95	3,9639
02/08/95	3,9639
01/09/95	3,9639
02/10/95	3,9639
01/11/95	3,9639

TOTAL 39,6390

RUA BARRA DO MENDES

075.345.0001-1

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

20/02/95	6,3741
22/03/95	6,3741
24/04/95	6,3741
24/05/95	6,3741
23/06/95	6,3741
24/07/95	6,3741
23/08/95	6,3741
22/09/95	6,3741
23/10/95	6,3741
22/11/95	6,3741

TOTAL 63,7410

RUA BORGES LAGOA, 930

042.0454.0312-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	1,8609
----------	--------

Folha n.º 183 do proc.
n.º 270 de 19 96 fl 51
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SAO PAULO TRANSPORTE S/A

01/03/95	1,8609
03/04/95	1,8609
03/05/95	1,8609
02/06/95	1,8609
03/07/95	1,8609
02/08/95	1,8609
01/09/95	1,8609
02/10/95	1,8609
01/11/95	1,8609

TOTAL 18,6090

RUA BORGES LAGOA, 930
=====

042.045.0312-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
27/01/95	0,6625
01/03/95	0,6625
03/04/95	0,6625
03/05/95	0,6625
02/06/95	0,6625
03/07/95	0,6625
02/08/95	0,6625
01/09/95	0,6625
02/10/95	0,6625
01/11/95	0,6625

TOTAL 6,6250

RUA DO MAR PAULISTA, S/N.
=====

121.194.0019-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
27/01/95	2,9855
01/03/95	2,9855
03/04/95	2,9855
03/05/95	2,9855
02/06/95	2,9855
03/07/95	2,9855
02/08/95	2,9855
01/09/95	2,9855
02/10/95	2,9855
01/11/95	2,9855

TOTAL 29,8550

RUA DO MAR PAULISTA, S/N.
=====

121.194.0053-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
27/01/95	2,7209
01/03/95	2,7209
03/04/95	2,7209
03/05/95	2,7209
02/06/95	2,7209
03/07/95	2,7209
02/08/95	2,7209
01/09/95	2,7209
02/10/95	2,7209
01/11/95	2,7209

TOTAL 27,2090

RUA DO MAR PAULISTA, S/N.
=====

121.194.0052-1

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO	QUANTIDADE UFM
27/01/95	2,6321
01/03/95	2,6321
03/04/95	2,6321

Folha n.º 184 do proc. 52
n.º 270 de 1996
o funcionário

ANTONIO NASCIMENTO DOS SANTOS
Téc em Serv. Administração
SÃO PAULO TRANSPORTE S/A

03/05/95	2,6321
02/06/95	2,6321
03/07/95	2,6321
02/08/95	2,6321
01/09/95	2,6321
02/10/95	2,6321
01/11/95	2,6321

TOTAL	26,3210
-------	---------

RUA CACHOEIRA, 972
=====

026.003.0001-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

08/03/95	306,0806	NAO RECEBEMOS ESTA PARCELA
07/04/95	306,0806	
08/05/95	306,0806	
07/06/95	306,0806	
07/07/95	306,0806	
07/08/95	306,0806	
06/09/95	306,0806	
06/10/95	306,0806	
06/11/95	306,0806	
06/12/95	306,0806	

TOTAL	3 060,8060
-------	------------

RUA CONEGO VICENTE M. MARINO, 621
=====

020.008.0071-8

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

16/02/95	154,5957	
20/03/95	154,5957	NAO RECEBEREMOS ESTA PARCELA
19/04/95	154,5957	NAO RECEBEREMOS ESTA PARCELA
19/05/95	154,5957	
19/06/95	154,5957	
19/07/95	154,5957	
18/08/95	154,5957	
18/09/95	154,5957	
18/10/95	154,5957	
17/11/95	154,5957	

TOTAL	1 545,9570
-------	------------

MACHADO DE ASSIS, 601

038.109.0012-5

EXERCICIO 1995

VENCIMENTO

QUANTIDADE UFM

27/01/95	98,2404
01/03/95	98,2404
03/04/95	98,2404
03/05/95	98,2404
02/06/95	98,2404
03/07/95	98,2404
02/08/95	98,2404
01/09/95	98,2404
02/10/95	98,2404
01/11/95	98,2404

TOTAL	982,4040
-------	----------

TOTAL GERAL	9 978,5616
-------------	------------

[Handwritten signature]

Recebido na Comissão da

Finanças e Orçamento

Em 28/12/95 às 12:00 h.

MARGARETE ALVES SILVA
Secretária

CÂMARA MUNICIPAL

SEGUEMOS

cadastro

n.º 185

28

12

95

W



Folha n.º 185 do proc.
n.º 270 de 1946
o funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos sobre a matéria, solicito a V. Exa. a prorrogação de prazo para elaboração do relatório, conforme disposto no artigo 63, "caput", do Regimento Interno.

EM 28 / 12 / 95.

RELATOR

DEFERIDO

ALMIR GUIMARÃES

Presidente da Comissão
de Finanças e Orçamento

EN DRANCO

CAMAR

SEGURIM

cadore)

n.º 186 2187 06 02 96

78

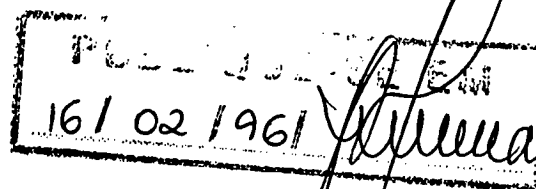


16 - PAR
16-0072/1996

Municipal de São Paulo

Folha n.º 186 do proc.
n.º 270 de 1996
o funcionário

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 270/95



O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, visa conceder isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A, atual razão social da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC, enquanto esta empresa executar os serviços que legalmente lhe são atribuídos.

Além da isenção, seriam anistiadas as penalidades correspondentes, existentes até a data de início de vigência desta propositura, mas as importâncias já recolhidas não seriam restituídas.

A exposição de motivos alega que a empresa vem sistematicamente apresentando perda de receita, a exigir constantes repasses por parte da Prefeitura para viabilizar o transporte municipal.

Quando do envio do projeto a esta Casa (março de 1995), o total das dívidas apuradas não atingia o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Considerando-se que a empresa era isenta do IFTU desde a edição da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, até o exercício de 1989 e que atualmente a isenção não implicaria em perda de receita em razão dos repasses de verba que vêm sendo efetuados,

ENCLOSURE



Câmara Municipal de

Folha n.º 187 do proc.
n.º 270 de 1996
funcionário

São Paulo

quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 6 de fevereiro de 1996.

Presidente -

Relator -

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature] (Então)

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de ____ / ____ / 19 ____
pagina ____ coluna ____
Conferido: _____

A A.T.M.
Em, _____

MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

EMENDAS

CÂMARA MUNICIPAL
SEGUE(M) JUNTADO(S) SOB N.º
n.º 188 / 06 02 96

Folha n.º 188 do proc.
n.º 270 de 1996
o funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO AO PARECER Nº / 96 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI 270/95 -.....

A presente proposição, de iniciativa do Sr. Prefeito, objetiva conceder anistia do Imposto Predial e Territorial Urbano, incidentes sobre imóveis pertencentes à São Paulo Transportes S/A. e remissão das obrigações acessórias decorrentes do mesmo tributo.

Os objetivos, a que visam a proposição sob análise, é manifestamente contrária ao interesse público e afronta, de modo ignominioso, o disposto no § 2º do Art. 173 da Constituição Federal, que expressamente veda tratamento tributário privilegiado às sociedades de economia mista, como é o caso de São Paulo Transportes S/A.

A justificativa apresentada de perda de receita, que sistematicamente a empresa retrocitada vem sofrendo, apenas demonstra que a mesma vem sendo administrada de modo incorreto por meio de uma direção despreparada.

No mesmo sentido, a perda de receita revela que o "processo de privatização" a qual a empresa foi submetida, no início da atual gestão, é um fracasso. O sucesso da "privatização da CMTC " não existe no mundo real, mas apenas no mundo mágico e falso da propaganda oficial.

A São Paulo Transportes S/A deve modernizar o seu gerenciamento e praticar as medidas administrativas que efetivamente façam sustar as perdas de receita que vem sofrendo e não pleitear tratamento tributário inconstitucional e não condizente com o interesse público.

Contrário, portanto, é o nosso parecer ao Projeto de Lei nº 270/95.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento,



Publicado no DIARIO OFICIAL
de 16/02/1996
pagina 63 coluna 1a
Conferido: WJ

SEM EFEITO

À A. T. M.
Em, 16/02/96

MARGARETE NUNES SILVA
Secretária

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 189 e 190
Em 09/02/2007
Ass: [Assinatura]

Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP-21



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 6 de setembro de 2006.

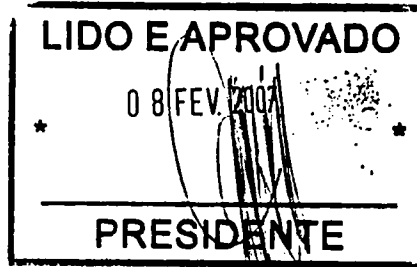
Folha nº 189 do proc.
nº 270 de 1995

Luzia Leite
RF 10.736

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º 135/06
Processo nº 1995-0.080.515-4

15 - DOCREC
15- 1401/2006



Senhor Presidente

Solicito a Vossa Excelência a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 270/95, que concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio da São Paulo Transporte S/A.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

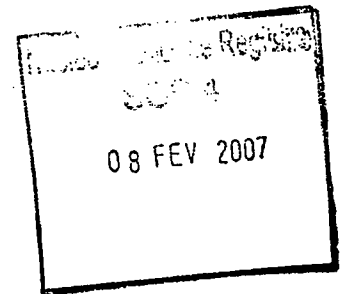
Ao

Excelentíssimo Senhor

ROBERTO TRIPOLI

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/LMS/lrs
REV 276-85



14:01 11/09/2006 000753 - Protocolo Legislativo 587



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº 190 ✓

do processo n.º 270/95

09/02/2007

(a)

LUZIA A. LEITE

Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP-21

À SGP - 23 - Sr. Supervisor,

Oficiar ao Executivo comunicando a retirada e conseqüente arquivamento do presente projeto, conforme solicitado à fl. 189 e deferido pelo Presidente desta Edilidade.

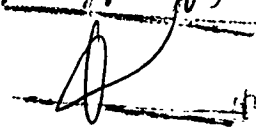
09/02/2007


Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO EM SGP-23

EM 13/12/07

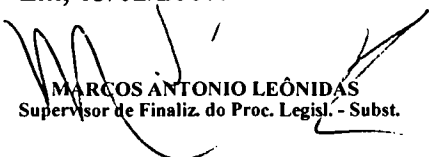
AS


ORLANDO KOCI MENDES
Agente de Apoio Legislativo

Sra. Rosmari,

Oficiar ao Executivo informando a retirada e conseqüente arquivamento do presente, conforme solicitação através do Of. ATL 135/06.

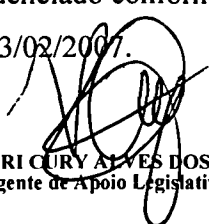
Em, 13/02/2007.


MARCOS ANTONIO LEÔNIDAS
Supervisor de Finaliz. do Proc. Legisl. - Subst.

Sr. Supervisor,

Providenciado conforme determinado por V.Sa.

Em, 13/02/2007.


ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Agente de Apoio Legislativo

SEGUIE 1 juntado 1 nesta data.
documento 1 • papel de informação
publicado 1 sob folha n.º 191/193
Em 06/03/2007


ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Agente de Apoio Legislativo



Folha nº 191 do proc.
nº 01-270 de 95
ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Agência de Apoio Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

23 - OF-SGP23
23- 0555/2007

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência o deferimento de retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 270/95, de autoria do Executivo, que concede isenção dos Impostos Predial e Territorial Urbano incidentes sobre imóveis integrantes do patrimônio de São Paulo Transporte S/A, e dá outras providências, conforme solicitação contida no Of. ATL nº 135, de 6 de setembro de 2006, numerado nesta Casa como DOCREC 15-1401/06.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Gilberto Kassab
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

MAL/rcas



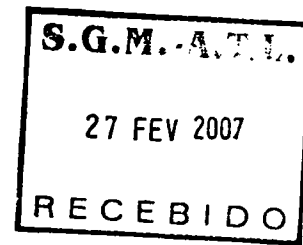
Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	192	do proc.
nº	01-270	do 95
ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS		
Assistente de Apoio Legislativo		

São Paulo, 16 de fevereiro de 2007.

Recebi ofício SGP-23 nº 555, 16 de fevereiro de 2007, comunicando ao Senhor Prefeito o deferimento de retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei nº 270/95, de autoria do Executivo, conforme solicitação contida no Of. ATL nº 135, de 06 de setembro de 2006, numerado como DOCREC 15-1401/06.

Eliene Carvalho Pinha
RF: 558.463.9.00
SGM/ATL





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

193 ✓

do processo n°

01.270

de 20

95

, 06/03/07

(a)

ROSMARIO ALVES DOS SANTOS
Agente de Apoio Legislativo

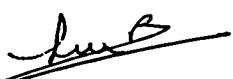
À

SGP.33

Sra. Supervisora,

Para arquivar.

Em, 06/03/2007.


LILIANA MARIA MIGLIANO BOSISIO
Superv. de Finaliz. do Proc. Legislativo-Subst.

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 1947

Em 03.10.2007

(a) LINA ANGÉLICA M. GUMAUSKAS

UF 100.927

SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha n° 194
do processo 01-270 de 1995 03/04/2007

Lina A. M. Gumauskas
BE 100927

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 194 fls.
Arquivado em 03/04/2007
O Funcionário

Lina A. M. Gumauskas
BE 100927